

UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**O MDB DURANTE O GOVERNO GEISEL (1974-1978): A ATUAÇÃO
PARLAMENTAR DO PARTIDO DE OPOSIÇÃO À DITADURA APÓS
AS ELEIÇÕES DE 1974.**

TAMIRES MASCARENHAS PECORARO

Seropédica

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O MDB DURANTE O GOVERNO GEISEL (1974-1978): A ATUAÇÃO
PARLAMENTAR DO PARTIDO DE OPOSIÇÃO À DITADURA APÓS
AS ELEIÇÕES DE 1974.**

TAMIRES MASCARENHAS PECORARO

Sob orientação do Professor

Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração: Relações de Poder e Cultura, Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Seropédica, RJ

outubro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P369m Pecoraro, Tamires Mascarenhas, 1993-
O MDB DURANTE O GOVERNO GEISEL (1974-1978): A
ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PARTIDO DE OPOSIÇÃO À DITADURA
APÓS AS ELEIÇÕES DE 1974. / Tamires Mascarenhas
Pecoraro. - Volta Redonda, 2019.
138 f.

Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Mestrado em História, 2019.

1. Partido político. 2. Ditadura brasileira. 3.
Oposição. I. Campos, Pedro Henrique Pedreira, 1983-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Mestrado em História III. Título.

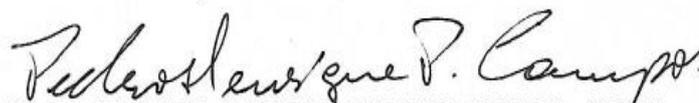
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

TAMIRES MASCARENHAS PECORARO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/10/2019

Banca Examinadora:



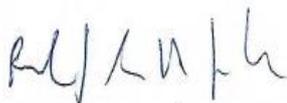
Doutor (a) PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS - UFRRJ

(Presidente)



Doutor (a) JEAN RODRIGUES SALES - UFRRJ

(Interno)



RODRIGO PATTO SÁ MOTTA – UFMG

(Externo à Instituição)

Agradecimentos

O mestrado é processo de grande aprendizagem e ao mesmo tempo um grande desafio. Nesse caminho percorrido ao longo de pouco mais de dois anos, deparamo-nos com acontecimentos da vida acadêmica, profissional e pessoal que precisamos superar para que a pesquisa aconteça. Sem a base de pessoas com quem possamos contar esse árduo trabalho não teria sido concluído.

Dessa maneira, meus agradecimentos são primeiramente a Deus pela oportunidade de ingressar, desenvolver e concluir essa dissertação. A fé foi imprescindível nos momentos de desesperança.

Aos meus queridos pais, Sandra e Venancio, agradeço por me ensinarem o valor e a importância que a educação tem para mudar nosso cotidiano. Obrigada pelos anos de cuidado e carinho têm dedicado a mim. Obrigada por todo o apoio nessa jornada.

Ao meu amado esposo, Michel, agradeço por todo o suporte emocional recebido durante essa jornada de pesquisa e escrita da dissertação. Obrigada! Seus incentivos e “puxões de orelha” para que eu me concentrasse quando a preguiça e o desânimo apareciam foram o impulso que eu precisei por diversas vezes.

Ao meu estimado orientador, Pedro Campos, agradeço por todo o apoio dado durante todo o desenvolvimento da dissertação. Seus conselhos e orientações foram essenciais para que essa pesquisa ocorresse. Obrigada pela paciência e atenção que teve durante todo esse processo. Obrigada pela sua dedicação e profissionalismo.

A banca de qualificação, formada pelos doutores Rodrigo Patto Sá Motta e Jean Rodrigues Sales, agradeço por me mostrarem as falhas e os caminhos que pudessem ser seguidos para que essa pesquisa pudesse ser desenvolvida da melhor maneira possível. Seus conselhos enriqueceram o desenvolvimento dessa dissertação.

A todos vocês, agradeço e dedico essa dissertação. Sem vocês ela não teria sido possível.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Resumo

Esta dissertação teve como principal objetivo analisar a atuação do MDB como partido de oposição durante o governo Geisel, entre 1974 e 1978. Esse recorte foi realizado tendo em vista que, durante a década de 1970, o MDB passou por uma reestruturação partidária. Também nesse contexto, a heterogeneidade do partido ficou evidente com o surgimento do grupo dos “autênticos”, que contribuíram para a reformulação do grupo, em seus debates e embates com o grupo principal, os “moderados”. Dessa maneira, com um discurso renovado e mais incisivo de oposição, a sigla emedebista conseguiu nas eleições legislativas diretas em 1974 um crescimento eleitoral incomum até então no bipartidarismo. Por meio desse crescimento eleitoral, o MDB conquistou mais de um terço das cadeiras no Congresso Nacional, número esse necessário para terem acesso a alguns requisitos da legislação então vigente, como poder formar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ou até mesmo barrar em votações nas casas legislativas alguns projetos de lei governistas. Nesse cenário, foi-nos importante compreender como se deu a atuação partidária do MDB, tendo em vista seu crescimento eleitoral, sua plataforma de governo e composição diversificada internamente.

Palavras- chave: partido político; ditadura brasileira; oposição.

Abstract

The present dissertation had as main objective to analyze the MDB's performance as an opposition party during the Geisel government, between 1974 and 1978. This cut was made considering that during the 1970s, the MDB underwent a partisan restructuring. Also in this context, the heterogeneity of the party was evident with the emergence of the group of the "authentic", which contributed to the reformulation of the group, in its debates and clashes with the main group, the "moderates". Thus, with a renewed and more incisive speech of opposition, the Emedebist acronym achieved in the direct legislative elections in 1974 an unusual electoral growth until then in bipartisanship. Through this electoral growth, the MDB won more than a third of the seats in the National Congress, which is necessary to have access to some requirements of the current legislation, such as being able to form a Parliamentary Committee of Inquiry (CPI) or even bar voting in the legislative houses some governmental bills. In this scenario, it was important for us to understand how MDB's party action took place, given its electoral growth, its governance platform and its internally diversified composition.

Keywords: political party; Brazilian dictatorship; opposition.

Lista de tabelas e imagens

Tabela 1.1 - Composição do MDB e Arena na Câmara dos Deputados a partir dos antigos partidos (1965-1966).....	18
Imagem 1.1 - Composição do MDB e Arena no Senado Federal a partir dos antigos partidos (1965-1966).....	18
Imagem 1.2 – Deputado Federal, David Lerer, identifica divisões internas no MDB.....	30
Imagem 1.3 – Título de matéria do Jornal do Brasil sobre a divisão do MDB em relação a Constituinte.....	33
Imagem 1.4 – Título de matéria do Jornal Estado de São Paulo sobre a divisão do MDB em relação a Constituinte.....	33
Tabela 2.1 - Dados comparativos entre votos no MDB e votos brancos e nulos nas eleições legislativas de 1966.....	42
Tabela 2.2 - Dados comparativos entre votos no MDB e votos brancos e nulos nas eleições legislativas de 1970.....	43
Imagem 2.1 - Geisel é anunciado como novo "candidato" a presidência.....	48
Tabela 2.3 - Previsão do SNI para composição da Câmara dos Deputados em 1974.....	59
Imagem 2.2 - Prognóstico para eleições do Senado em 1974.....	62
Imagem 2.3 - Capa da Folha de S. Paulo sobre as apurações de votos das eleições de 15 de novembro de 1974.....	63
Imagem 2.4 - Capa do Jornal do Brasil sobre as apurações de votos das eleições de 15 de novembro de 1974.....	64
Tabela 2.4 - Dados da eleição para a Câmara dos deputados em 15 de novembro de 1974.....	64
Tabela 2.5 - Dados da eleição para o Senado federal em 15 de novembro de 1974.....	65
Imagem 2.5 - Quadro representativo das eleições a senador por estado.....	66
Tabela 2.6 - Dados comparativos entre as eleições de 1970 e 1974.....	67

Sumário

Introdução	1
Capítulo I	12
MDB: a construção da oposição à ditadura	12
1.1 Contexto histórico-político de formação do partido oposicionista	12
1.2 Origem e construção da oposição: composição, estrutura e programas emedebistas	17
1.3 Divisões internas no MDB	30
Capítulo II	41
Eleições legislativas de 1974: campanha e vitória oposicionista em nível federal.	41
2.1 Eleições anteriores à campanha eleitoral de 1974	42
2.2 Condições socioeconômicas no início da década de 1970.	52
2.3 Os resultados eleitorais	59
Capítulo III	74
A atuação emedebista no Congresso Federal	74
3.1 Expectativa de ação	74
3.2 Atuação emedebista no Congresso	81
Conclusão	117
Bibliografia	122

Introdução

O atual cenário político brasileiro encontra-se em um momento de intensas complexidades. Motivados, entre outros problemas, pelos desalentos dos recentes desdobramentos políticos, tem ressurgido uma onda de pensamentos radicais de setores da direita que ameaçam as frágeis pontes democráticas que se têm construído no Brasil desde o fim da ditadura militar em 1985. A população mostra-se insatisfeita com os constantes problemas aparentes que envolvem os poderes que estruturam a política nacional, além da forte influência da mídia e da operação “Lava Jato”, que contribuíram para criminalizar a política nacional, promovendo uma interferência tendenciosa na opinião pública. Isso tem incentivado o crescimento e fortalecimento de pensamentos autoritários como maneira de solucionar esse cenário caótico.

Ainda nesse momento de descrença na atual política brasileira, diversos partidos buscaram mudar suas nomenclaturas e siglas, talvez em uma tentativa de reaproximação com o público eleitoral e desvinculação de suas siglas com os atos considerados corruptíveis. Dentre esses partidos, encontra-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Com suas origens atreladas ao período da ditadura militar, esse grupo foi construído nas bases do bipartidarismo desenhado pelo regime daquele período. Nele foram congregados os opositores que não haviam sido cassados ainda pelo sistema. Sob a nomenclatura Movimento Democrático Brasileiro (MDB), essa sigla heterogênea precisou se reconfigurar durante os anos da ditadura reaprendendo, dentro dos limites políticos daquele período, a como exercer sua oposição. Assim, com grande carga simbólica, o PMDB retornou no ano de 2018 o uso dessa sua antiga sigla, buscando referência em elementos da memória de sua história que se desvincilasse da imagem da “corrupção”, presente no atual retrato do partido.

Diante desse preocupante cenário de incertezas, faz-nos necessário retomar alguns aspectos do passado que contribuem para refletir e repensar a atual política brasileira. Assim, esta dissertação debruçou-se sobre a atuação do MDB durante a ditadura militar, especificamente entre os anos de 1974 a 1978, no governo Geisel. Em nossa pesquisa procuramos compreender o processo de formação do grupo, sua construção como partido de oposição, bem como seu crescimento eleitoral ocorrido no pleito para o legislativo federal em novembro de 1974. A ênfase desta pesquisa se deu sobre a atuação legislativa do MDB entre 1974 e 1978, visto que foi durante esse período que a sigla de oposição aumentou sua

representatividade no Congresso Nacional no mesmo período em que o então presidente Ernesto Geisel pretendia desenvolver a chamada “distensão”. Assim, buscamos examinar os discursos realizados pelos políticos emedebistas no Congresso Nacional, afim de compreender melhor a atuação da sigla de oposição enquanto um grupo e entendendo o grau de coesão ou heterogeneidade do partido. Assim, nossa questão central é compreender como o MDB se estruturou e buscou fazer oposição legal à ditadura após 1974.

Para embasar tal análise, alguns conceitos foram utilizados para melhor compreensão do período.

A respeito da concepção direita-esquerda foi usada a definição desenvolvida por Norberto Bobbio. Em sua análise, essa diferenciação parte de conceitos antitéticos, sendo então elementos divergentes, opostos em uma síntese dialética.¹ Esse filósofo buscou compreender que desde a formação desses conceitos, com a Revolução Francesa, houve mudanças na identificação dessas vertentes, não sendo hoje uma distinção idêntica à de sua formação.²

Bobbio, baseando-se em diversos autores, buscou compreender o que definiria a esquerda e a direita. Além das inúmeras diferenças que podem variar de acordo com o contexto histórico e o fato de não serem conceitos absolutos,³ o autor procurou compreender que a diferença principal entre esquerda e direita se dá em torno das definições de igualitário e desigual. Para ele, a esquerda busca atenuar as diferenças, principalmente as definidas socialmente, enquanto setores de direita reforçam as diferenças como algo positivo, natural e singular,⁴ como expresso na citação abaixo:

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis. O movimento feminista foi um movimento igualitário. A força do movimento dependeu do fato de que um de seus temas preferidos sempre foi, independentemente da veracidade fatural, o reconhecimento de que as desigualdades entre homem e mulher, embora tendo raízes na natureza, são o produto de costumes, leis, imposições do mais forte sobre o mais fraco, e são socialmente modificáveis. Manifesta-se neste novo contraste o chamado “artificialismo”, que é considerado uma das características da esquerda. A direita está

¹ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1995.p. 32.

² BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. op. cit.* p. 33.

³ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. op. cit.* p. 91 e 92.

⁴ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. op. cit.* p. 104 a 110.

mais disposta a aceitar aquilo que é natural e aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado.⁵

Esses conceitos nos ajudam a compreender o período em questão, primeiramente no panorama internacional, no qual a ditadura brasileira se inseria. Um dos resultados à perseguição aos comunistas foi a demonização de ideias pertencentes ao campo político de defesa de setores da esquerda. Levantar bandeiras sociais ou questionamentos ao regime que se implantava tornava o indivíduo um cidadão subversivo à ordem que tentavam perpetuar, sendo ele adepto ao comunismo ou não.

Já com relação ao próprio MDB a questão era mais complexa, visto que era uma oposição com diversas frações em seu interior. Não dá pra compreender o MDB daquele período como um partido de esquerda, só por fazer oposição ao partido do governo, identificado com o campo da direita. Os emedebistas vinham de diferentes grupos políticos anteriores ao bipartidarismo, o que configurou diferentes posições políticas dentro dessa oposição. Assim, era possível identificar elementos da esquerda como da direita dentro desse grupo.

Também outros conceitos se fazem importantes para o estudo aqui proposto. Sendo assim, sobre as discussões que envolvem as noções de “partido político”, “bipartidarismo” e “oposição”, buscou-se analisar e compreender as ideias desenvolvidas pelos cientistas políticos Giovanni Sartori e Maurice Duverger e também o historiador político Serge Berstein.

Sobre os partidos políticos, Giovanni Sartori busca diferenciá-los das facções e com esse objetivo faz uma série de afirmações, dentre elas destacamos esta:

É certo que os membros dos partidos não são altruístas, e a existência de partidos não elimina, de modo algum, as motivações egoístas e inescrupulosas. As motivações dos políticos para busca do poder continuam constantes. O que varia são o processamento e as limitações impostas a tais motivações. Mesmo que o político partidário seja motivado pelo interesse pessoal apenas, seu comportamento deve disfarçar – se as restrições do sistema forem operativas – tal motivação. A diferença está, então, em que os partidos são instrumentos das vantagens coletivas, de um fim que não é apenas a vantagem privada dos competidores. Os partidos ligam o povo a um governo, as facções não. Em suma, os partidos são instrumentos *funcionais* – servem a objetivos e desempenham papéis – e as facções não. E isso, em última

⁵ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. op. cit.* p. 105 e 106.

análise, porque um partido é parte de um todo que procura servir aos propósitos desse todo, ao passo que a facção é apenas parte de si mesma.⁶

Baseando-se em Edmund Burke, Sartori faz essa clara distinção entre o que são facções e o que são partidos políticos. Para Burke e replicadas nas palavras Sartori, os partidos têm “princípios comuns”.⁷ Segundo essa citação, então, os partidos não estão isentos de possuir em suas fileiras pessoas movidas por interesses pessoais. Porém, diferentemente das facções, os partidos possuem e funcionam por motivos comuns e acima dos interesses particulares de seus políticos. Assim sendo, poderíamos compreender que no MDB, apesar sua de construção não ter se dado de uma forma orgânica e de uma necessidade comum *a priori*, dada a imposição do bipartidarismo, seu interesse convergiu a um ponto comum em seu interior: opor-se à ditadura militar. Como se verá nas discussões feitas nos capítulos desta dissertação, a sigla do MDB representava a oposição consentida ao projeto de governo que se implantou no Brasil durante a ditadura e essa era sua principal bandeira e o ponto que agregava a maioria de seus políticos, mesmo que a interpretação sobre como deveria ser feita a oposição divergisse entre seus membros.

Sobre a origem do MDB constata-se que este grupo foi fundado por bases parlamentares. A respeito dos partidos que tiveram sua construção a partir do parlamento, Maurice Duverger⁸ é um dos principais teóricos que abordam o assunto, sendo inclusive citado por Serge Berstein e por Giovanni Sartori. Entretanto, sendo sua análise voltada para o modelo europeu, encontramos especificidades no caso do MDB.

Em seus estudos, Duverger afirma que os partidos vêm de duas origens: a parlamentar e a eleitoral.⁹ A origem parlamentar de um partido seria a primeira forma de construção partidária. Inicialmente surgiram as assembleias políticas antes do nascimento do processo eleitoral.¹⁰ Usando como exemplo a construção do grupo “girondino” durante a Revolução Francesa, o autor explicou como essas assembleias políticas começaram a reunir-se por

⁶ SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Trad. Waltensir Dutra; apresentação à edição brasileira do Prof. David Fleischer. – Ed. Brasileira ver. e ampl. - Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 46 e 47.

⁷ SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. *op. cit.* p. 29.

⁸ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

⁹ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. *op. cit.* p. 14.

¹⁰ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. *op. cit.* p. 14.

questões locais, expandindo-se para o nível nacional por defender interesses que atraíam segmentos de outras regiões.¹¹

Entretanto, apesar de ter bases parlamentares, o MDB não se formou por um ato em comum acordo a partir da canalização de mesmos interesses. O partido não foi fruto de forças voluntárias de seus integrantes. O processo pelo qual construiu-se a sigla oposicionista deu-se inversamente. Baseando-se na escola americana “developmentalista”, que pensou o caso específico de países de terceiro mundo e seus estágios de desenvolvimento, Serge Berstein explica:

Para que nasça um partido, é necessário além disso que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo. [...] Sem se deter nos diversos tipos de crise [...], o historiador do político conservará da contribuição dessa escola a ideia de que um partido não nasce fortuitamente, da decisão de seus criadores, e só tem chance de sobreviver se responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea, e que faz com que haja adequação entre a imagem que ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que ele lhe propõe.¹²

Berstein, assim, busca explicar que há situações em que os partidos surgem de uma eventualidade maior que a vontade de seus pares em criar uma organização política de maneira orgânica. Citando como exemplo países subdesenvolvidos, houve casos em que ocorreram crises e rupturas de um contexto histórico que impulsionou um grupo a se formar em uma situação específica daquele dado momento. Entretanto, apesar da especificidade do período, o grupo se tornaria capaz de gerar em sua estrutura um discurso com opiniões que o sustentaria para além daquele contexto de seu surgimento. No caso do MDB, sua formação deveu-se à crise institucional da política brasileira e à imposição por parte de um regime autoritário, na qual houve um golpe de poder e no lugar do governo democrático que vinha se desenvolvendo, instalaram uma ditadura. O MDB foi criado como oposição a esse regime que era imposto no país, tendo como seu principal ponto de defesa o retorno à democracia.

¹¹ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos. op. cit.* p. 15.

¹² BERSTEIN, Serge. *Os partidos.* In: RÉMOND, René. *Por uma história política.* 2ª ed., trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV. p. 67 e 68.

Esse surgimento do partido de oposição aconteceu no contexto em que ele estava inserido e não de forma espontânea. Isso quer dizer que sua formação não se deu por vontade de um grupo específico que tinha entre si mesmos interesses. Na verdade, por conta da legislação imposta que pôs fim às siglas partidárias existentes e das várias restrições para a formação de novos partidos, diversos políticos que se opunham ao sistema ditatorial ou se opunham ao grupo que formou a base do partido do governo constituíram um grupo heterogêneo e de diversos matizes ideológicos. Entretanto, sua memória de oposição ao regime ditatorial foi um dos fatores capazes de atravessar o tempo, permanecendo o partido que hoje retoma o uso de sua sigla apelando a esse passado.

Já sobre as características da estrutura interna partidária temos as menções de Duverger e Sartori. Para esse primeiro autor, “*un partido no es una comunidade, sino un conjunto de comunidades, una reunión de pequeños grupos diseminados a través del país*”.¹³ Um partido, assim, não possui uma estrutura única. Ele é composto por diversas partes que interagem em conjunto. O MDB tinha essa estrutura bem marcante, levando a dissensões dentro do partido. Sobre esse assunto, Giovanni Sartori nos ajuda a compreender melhor as distinções internas.

Para esse cientista político, dentro dos partidos existem as subunidades partidárias, identificadas como facções, tendências e frações.¹⁴ A partir dessa identificação, podemos as definir como sendo facções grupos movidos por interesses próprios. Em alguns casos, antecede a formação dos partidos políticos, mas não é um termo adequado para designar as diferentes posições intrapartidárias.¹⁵ Em contrapartida, tendências são uma “série configurada de atitudes”,¹⁶ mas “não um grupo estável de políticos”¹⁷. Quando um partido possui tendências em seu interior, essas divisões ficam pouco evidentes, enquanto que nas facções as divisões seriam perceptíveis.¹⁸ Mas o autor prefere, então, usar o termo fração. Sobre elas, afirmou:

[...] diferentes tipos de frações incidem sobre o grau de coesão e, inversamente, de fragmentação de um partido, e sobre as maneiras e meios de interações e dinâmica intrapartidárias. Por ambas as razões, é muito expressivo dizer que a natureza de um partido está na natureza de suas frações.¹⁹

¹³ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos. op. cit.* p. 44.

¹⁴ SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários. op. cit.* p. 94.

¹⁵ SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários. op. cit.* p. 94 a 97.

¹⁶ SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários. op. cit.* p. 97.

¹⁷ SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários. op. cit.* p. 96.

¹⁸ SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários. op. cit.* p. 97.

¹⁹ SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários. op. cit.* p. 97.

Assim, ao estudar as frações de um partido é possível compreender a organização e presença de diferentes pontos de vistas dentro do mesmo. Além disso, permite analisar como essas diferenças interferem na formação e atuação do grupo como um único partido. Essas distinções eram uma das principais características do MDB como partido de oposição.

Após compreender esses conceitos, chegamos ao entendimento de que partido político é uma reunião de pessoas que partilham uma mesma concepção sobre os diferentes assuntos que envolvem a política, como entendimento sobre a gestão pública, organização social, economia etc. Sendo assim, ao analisar o MDB enquanto partido político, buscaremos interpretar quais eram os pensamentos do partido e de seus políticos, bem como entender se havia coesão nessa sigla.

Agora, antes de adentrarmos a própria noção de oposição, é necessário mostrar como entendemos o bipartidarismo no Brasil. Duverger analisa que o bipartidarismo é uma construção anglo-saxã, porém o modelo bipartidário que ocorreu na América Latina é deformado e fruto das “*revoluciones, de los golpes de Estado, las manipulaciones electorales y las luchas de clanes que caracterizam a la vida política de esse continente*”.²⁰

O caso do Brasil ocorreu dentro desse contexto definido pro Duverger. Inicialmente, após o golpe de Estado em abril de 1964, em que o presidente João Goulart fora deposto, o sistema pluripartidário havia sido mantido, mesmo com as ações de cassações impostas a políticos e outras personagens históricas consideradas de oposição ao novo projeto de governo que civis e militares buscavam implementar naquele período. A construção do bipartidarismo ocorreu a partir do final de 1965, com uma série de legislações que punham fim aos partidos existentes e delimitavam as concessões para a formação de novas siglas, finalmente viabilizando a criação de apenas dois partidos.

Já sobre as definições de bipartidarismo, Sartori nos abre uma perspectiva melhor para compreensão. Em sua análise, em um sistema bipartidário existe a possibilidade de alternância no poder, mesmo que não aconteça.²¹ “O Bipartidarismo gira em torno, se não de um rodízio real, pelo menos da expectativa de ação de alternância no governo.”²² Assim, no Brasil, apesar da lógica de existir e se permitir apenas dois partidos e ficar definido como sistema bipartidário,

²⁰ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos. op. cit.* p. 236.

²¹ SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários. op. cit.* p. 214 e 215.

²² SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários. op. cit.* p. 221.

podemos analisar como um sistema de partido predominante. Sartori defende que se um partido se mantém no poder não é bipartidarismo, mas partido predominante.²³

No Brasil, convencionou-se chamar o sistema político construído durante a ditadura como bipartidário por existirem dois partidos. Porém, partindo da análise conceitual de Sartori e identificando que um partido predominava sobre o outro, podemos compreender o papel destinado ao MDB no cenário político. Essa sigla nasceu para ser um grupo de oposição e somente oposição, devendo ser minoritária, conforme a orientação autoritária do regime. O governo não desejava sua participação em um jogo efetivo de um sistema bipartidário. Com uma série de manipulações legislativas que afetavam diretamente as eleições, o governo ditatorial não permitia que o MDB competisse em iguais condições e mesmo que alcançasse o poder saindo da condição de oposição para situação.

O entendimento conceitual sobre o regime autoritário existente no Brasil está relacionado ao termo ditadura militar, alinhado com a concepção tradicional como usado por Carlos Fico.²⁴ Como defendido por este historiador, o processo golpista que foi civil-militar, ao assumir o poder e tornar-se uma ditadura, passa a ser controlado pelos “chefes das três armas”.²⁵ Os processos políticos eram, então, ditados e controlados diretamente pelos militares que passaram a não depender de aprovações legislativas para realizarem seus objetivos políticos.

No que diz respeito às pesquisas já desenvolvidas sobre partidos políticos na ditadura, existem bons estudos já realizados. Apesar de não ser um dos assuntos mais abordados nas pesquisas referentes a esse período histórico, há obras que já se debruçaram especificamente na análise sobre o MDB e a Arena. Sobre a sigla de oposição destaca-se a tese escrita por Maria D’alva G. Kinzo, “Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB”.²⁶ Essa cientista política abordou a criação do MDB, bem como sua estrutura e trajetória até o retorno do pluripartidarismo. Alessandra Carvalho também se dedicou ao estudo desse grupo, entretanto com enfoque maior sobre a composição social do MDB em sua tese intitulada “Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB”.²⁷ Ainda há

²³ SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. op. cit. p. 214.

²⁴ FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

²⁵ FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. op. cit. p. 100 e 101.

²⁶ KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

²⁷ CARVALHO, Alessandra. *Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2008.

a dissertação de Rodrigo Patto Sá Motta, “Partido e Sociedade: A trajetória do MDB”,²⁸ no qual esse historiador buscou compreender a relação do MDB com diversos setores sociais como empresariado, intelectuais, juventude, setores da esquerda e novos movimentos sociais.

Já sobre a Arena, o trabalho que talvez seja a principal referência foi desenvolvido por Lucia Grinberg. Em sua tese, “Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979”,²⁹ Grinberg buscou analisar a formação, constituição e atuação da Arena. Entretanto, a autora buscou demonstrar como havia separação entre governo e partido, sendo que nem sempre a Arena ou parte de seus políticos estavam de acordo com o governo e assumiu, assim, posturas distintas do que era desejado ou esperado. Também abordou, secundariamente, como era a relação com a sigla oposicionista.

Diante dos diversos estudos que já foram realizados sobre o assunto, buscamos aqui desenvolver uma dissertação que focasse nas posições assumidas pelo MDB enquanto sigla que representava oposição ao regime ditatorial, especificamente após seu crescimento eleitoral e consequentemente aumento de sua presença no Congresso Nacional. Por meio da interpretação dos discursos, será possível compreender como os políticos do MDB se comportavam enquanto partidários da oposição, como defendiam as teses do partido, bem como perceber a relação entre as partes desse grupo. Procuramos, então, entender o grau de coesão entre as teses do partido e seus políticos, fazendo uma leitura tradicional dos discursos, relacionando o texto ao seu contexto de produção.³⁰ Dos pronunciamentos, identificamos os conteúdos e quem os produziu.

Buscamos assim, interpretar os discursos produzidos pelos indivíduos políticos em sua relação com o contexto histórico e com o grupo ao qual pertenciam. Sendo assim, nossa principal fonte utilizada foram os discursos realizados no Congresso Nacional pelos políticos emedebistas. Este foram levantados no site da Câmara dos Deputados e Senado Federal, por meio dos anais e diários, cujos materiais encontram-se digitalizados. Em maior número e em maior facilidade de acesso, os pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados ampararam o estudo dos posicionamentos dos políticos do MDB. Muitos discursos realizados no Senado Federal não estavam sendo encontrados na pesquisa *online*, na qual estavam fora da intercessão digitalizada e disponível para acesso.

²⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade: A trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.

²⁹ GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

³⁰ Para a finalidade deste presente trabalho, foi utilizada uma metodologia tradicional de leitura e interpretação dos discursos, buscando analisar a quantidade, os assuntos mais relevantes e os posicionamentos assumidos diante dos principais temas levantados pelos deputados federais e senadores emedebistas.

Sobre esse processo, primeiramente houve o levantamento quantitativo dos discursos na Câmara. Os pronunciamentos entre 1975 e 1978 superavam o número de 25 mil. Uma análise inicial foi feita para destacar os principais assuntos tratados pelos emedebistas. Assim, conseguimos perceber os temas mais sensíveis a oposição e como seus partidários os tratavam no plenário.

Sobre as mudanças eleitorais e construção do MDB, foi utilizada legislação produzida na época em questão, bem como dados presentes no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Também contribuíram para esse estudo as entrevistas já realizadas e memórias produzidas por políticos da oposição e outros sujeitos históricos. Assim, foi possível entender a formação e constituição do partido de oposição. Outros dados importantes foram documentos produzidos pelo próprio MDB que nos ajudam a compreendê-lo em sua trajetória como partido político. Esses documentos foram encontrados em parte no banco de dados do CPDOC, no TSE e também publicado em jornais, que também contribuíram para as análises eleitorais do período de 1974. Assim, com base nessas fontes, elaboramos uma dissertação dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “MDB: a construção da oposição à ditadura”, foi analisada a construção do bipartidarismo, bem como a constituição e formação do MDB enquanto oposição ao regime ditatorial. A preocupação aqui era compreender a trajetória inicial do MDB, suas dificuldades diante das restrições impostas pelos governos autoritários e como isso refletia na imagem do partido. Também analisamos como se dava as diferenças internas no partido e como diante dessas diferenças o MDB foi construindo sua figura oposicionista na década de 1970.

Já no segundo capítulo, “Eleições legislativas de 1974: campanha e vitória oposicionista em nível federal”, buscou-se compreender como o grupo oposicionista construiu sua campanha para o pleito direto de 1974 para formação de nova legislatura da Câmara dos Deputados e renovação de 1/3 do Senado Federal. Entender como a campanha da anticandidatura em 1973, união com intelectuais do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e denúncia das mazelas sociais contribuíram para esse processo de alavancada eleitoral. O MDB saiu de 1974 como o grande vitorioso, já que derrotou o governo no pleito para o Senado e aumentou sua representação na Câmara para mais de um terço das cadeiras.

Já no último capítulo, “A atuação emedebista no Congresso Federal”, diante do crescimento eleitoral e do aumento da presença dos políticos da oposição no Congresso Federal, buscou-se analisar os discursos produzidos pelos emedebistas. Assim, através dos

pronunciamentos, procurou-se compreender os principais posicionamentos e defesas tratados pelo MDB no período de 1975 a 1978. Analisamos também a relação entre os políticos da oposição entre eles mesmos e com o próprio partido, podendo identificar assim a coesão partidária e as diferenças existentes internamente a sigla emedebista.

Sendo assim, diante das incertezas presentes no atual cenário político brasileiro, esta dissertação debruçou-se sobre o estudo do partido que legalmente representava as diferentes oposições ao regime autoritário que havia sido constituído no Brasil. Tornou-se importante compreender o avanço da oposição e como está comportou-se diante dos principais assuntos a serem discutidos naquele período histórico.

Capítulo I

MDB: a construção da oposição à ditadura

Buscando responder à indagação sobre como a formação do MDB refletiu em sua atuação como oposição, este capítulo se debruça sobre a pesquisa do contexto histórico no qual se deu a formação dessa sigla, bem como da implantação do bipartidarismo no Brasil. Assim, tentamos compreender como ocorreu a composição emedebista a partir dos antigos grupos políticos, examinar os programas do MDB, identificar as divisões internas ao partido e analisar os primeiros momentos de ação da oposição.

Foram usados diversos tipos de documentos que nos ajudaram a entender o objeto em questão, como jornais, arquivos do CPDOC, memórias e entrevistas de políticos, dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), documentos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e legislações, bem como uma gama bibliográfica sobre o assunto em análise.

Sendo assim, nossa intenção é tentar compreender o que era para o MDB ser e fazer oposição. Buscamos perceber como este partido dialogou e conflitou com o governo e regime ditatorial nos seus primeiros passos oposicionistas, sua crise e enfrentamento às arbitrariedades do AI-5, cassações, crise de autodissolução, até sua reestruturação iniciada na década de 1970 nas reuniões promovidas pelo partido para discutir sua situação no cenário político brasileiro. Também buscamos compreender como se davam as divisões internas e os diferentes posicionamentos políticos no MDB, para nas próximas partes da dissertação identificar como essas distintas posturas influenciavam no exercício da oposição.

1.1 Contexto histórico-político de formação do partido oposicionista

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) constituiu-se, durante o governo da ditadura militar, o partido político que compreendia a oposição ao regime implantado em 1964. Essa agremiação foi criada após uma série de investidas do governo para reformular o campo político no sentido de fortalecer sua base governista e controlar as forças dissidentes no novo processo governamental que era imposto.

Em 27 de outubro de 1965, o governo, sob comando do general Humberto de Alencar Castelo Branco, editou o segundo Ato Institucional (AI-2). Das diversas alterações e

determinações contidas no texto, a que cabe aqui frisar é a que compõe o artigo 18: “Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.”³¹ Ou seja, os partidos constituídos em período anterior foram eliminados. Assim cabia aos políticos se reorganizarem em novas agremiações.

De acordo com o parágrafo único que compunha do art.18 do AI-2, os novos partidos deveriam seguir a Lei nº4.740, de 15 de julho de 1965 (Lei orgânica dos Partidos Políticos) e suas modificações. O que se seguiu na verdade ao AI-2 foi a imposição do Ato Complementar de número 4 (AC-4) que delimitou a formação de novas agremiações provisórias, que futuramente constituiriam os novos partidos do período do governo militar.

Para essa reconfiguração partidária, então, o governo expediu o AC-4, em 20 de novembro de 1965, também chamado pela mídia como Ato dos Partidos.³² Pelas suas determinações, novas agremiações provisórias deveriam ser formadas em 45 dias, a partir do Congresso Nacional, sendo necessário um número superior a 120 deputados e 20 senadores.

Primeiramente, é importante compreender o contexto que levou o governo recém implantado a extinguir os antigos partidos políticos.

Sobre a organização pluripartidária anterior ao AI-2, dos diversos partidos existentes, três tinham grande expressão em nível nacional: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O governo instituído em 1964 tinha como base política principal a UDN,³³ partido antigetulista que atraía empresários, classe média urbana e setores liberais.³⁴ Já a coligação formada pelo PSD e PTB, tinha antiga tradição getulista. O PSD tinha uma característica conservadora, assentada na antiga política-administrativa do governo Vargas,³⁵ mas o PTB possuía maior proximidade com as massas de trabalhadores urbanos.³⁶ A coligação PSD-PTB apresentava, geralmente, interesses opostos ao que a UDN representava. Tendo o PSD expressivo número de representantes no Congresso e o PTB maior proximidade com os grupos populares e de trabalhadores, a coligação desses dois partidos poderia representar um entrave aos interesses do novo projeto governista.³⁷ Para Fábio

³¹ Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 19 de março de 2016.

³² Tal nome apareceu nas edições do Jornal do Brasil, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo nas edições posteriores ao dia 21 de novembro de 1965 em que era discutido em matérias sobre essa lei.

³³ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo...* op. cit. p. 27.

³⁴ REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 289.

³⁵ REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia*. op. cit. p. 288.

³⁶ REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia*. op. cit. p. 288.

³⁷ Para saber mais sobre os partidos UDN, PTB e PSD ver:

Wanderley Reis, a mobilização dos setores populares promovida pelas lideranças políticas populistas dessa coligação de partidos, principalmente pelo PTB, foi um dos fatores que colaborou para a extinção dos partidos.³⁸

As eleições diretas para governadores em 1965 estimulou o que David Fleischer afirmou ter sido a “antecipação do realinhamento do sistema pluripartidário de então por vias autoritárias”.³⁹ Onze estados renovaram seus governos executivos e, nos principais, o PSD elegeu o governador, sendo em Minas Gerais o eleito Israel Pinheiro da Silva e na Guanabara, Francisco Negrão de Lima. O problema com o governo e principalmente com os mais exaltados do exército (a assim chamada “linha dura”) se deu principalmente por esses representantes receberem apoio e se basearem na figura de Juscelino Kubitschek,⁴⁰ ex-presidente que teve seus direitos políticos cassados pelo primeiro Ato Institucional, demonstrando continuidade da sua força política, de acordo com Marcos Napolitano.⁴¹ Outro dado importante que pesou nesse cenário foi o apoio declarado que o então candidato, o embaixador Negrão de Lima recebeu pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante as campanhas. Mesmo não havendo reciprocidade explícita por parte do candidato, o governo por meio de órgãos como o Conselho de Segurança Nacional (CSN), o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Ministério da Guerra entendeu o ato do PCB como uma tentativa de tumultuar o processo eleitoral e como um ataque ideológico à União.⁴² O governo abriu um Inquérito Policial-Militar (IPM) do Partido Comunista Brasileiro (IPM 709), chegando a UDN pedir a impugnação da candidatura do candidato eleito pela Guanabara por envolvimento de comunistas em sua campanha.⁴³ Porém, o processo não resultou em impedimento de posse, mas abriu precedentes para investigações das ações dos comunistas no país, indicando como estas deveriam ser geridas.⁴⁴

ARAUJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996;

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *UDN e o UDENISMO: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981;

HIPPOLITO, Lúcia. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

³⁸ REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia. op. cit.* p. 291.

³⁹ FLEISCHER, David. *Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileira: uma introdução*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 308.

⁴⁰ FLEISCHER, David. *Os partidos políticos. op. cit.* p. 308.

⁴¹ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 83.

⁴² *Jornal do Brasil*. Ano LXXV, nº 227, 1º caderno. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1965. p.3

⁴³ MALIN, Mauro. *FRANCISCO NEGRAO DE LIMA*. Verbete. CPDOC. DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-negrao-de-lima>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

⁴⁴ CZAJKA, Rodrigo. “Esses chamados intelectuais de esquerda”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe. v. 8, n. 15, p. 219-242. Londrina: Antíteses, jan./jun. 2015. p. 227 a 230.

Somando-se à força política da oposição representada pelo PSD-PTB, a pouca expressão da UDN frente a essa coligação - não sendo uma base forte de sustento aos novos interesses dos projetos governistas -, além da constante ação dos “subversivos” comunistas sobre a política, o governo também contava com um Congresso liderado pelo PSD que não estava disposto a negociar a aprovação de emendas constitucionais enviadas pelo presidente Castelo Branco ao Congresso. A negação dos congressistas se deu pelo fato de essas emendas representarem o aumento do poder delegado à Justiça Militar, enfraquecendo o poder judiciário, bem como limitando os poderes do legislativo, sob interferência do poder executivo.⁴⁵ Para além desse fator, houve uma crise militar na pretendida sucessão de Castelo Branco. Segundo Marcos Napolitano, havia em uma parte dos quartéis uma insatisfação com o tom moderado e o continuísmo do governo castelista, como com a parcela dos militares identificados com a direita militar revolucionária, como com “Costa e Silva, que reforçava sua liderança para se viabilizar como o próximo presidente da República.”⁴⁶

Dessa forma, a ditadura que se implantava recorreu ao ato de força para mudar a configuração política, no sentido de que essa lhe fosse beneficiária e estivesse sob seu controle. O AI-2 foi editado no mesmo dia em que o governo não obteve o consenso do Congresso a seu favor.⁴⁷

Sobre as reações sociais e políticas que se seguiram ao AI-2, a mídia buscou sinalizar que o ato já era esperado, dada a situação de impasse no Congresso, sendo ele recebido com “tranquilidade”.⁴⁸ Mas a novidade e elemento surpresa contava no já referido artigo 18, que colocava fim dos partidos políticos existentes.⁴⁹ Apenas algumas manifestações estudantis ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro promovidas por movimentos sociais, rapidamente sufocados pela polícia.⁵⁰

Por parte dos partidos políticos, PSD e PTB, bem como outros, lançaram nota de repúdio à ação do governo, sendo que os pessedistas reafirmaram seu “compromisso de lutar pela plena recuperação da normalidade e tranquilidade da vida democrática em nosso país”⁵¹, – por mais

⁴⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 90;

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 59.

⁴⁶ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar brasileiro*. *op. cit.* p. 78.

⁴⁷ *Jornal do Brasil*. Ano LXXV, nº 253, 1º caderno. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1965. p.4

⁴⁸ *Folha de São Paulo*. Ano XLV, nº 13.283, capa. São Paulo, 28 de outubro de 1965.

⁴⁹ *O Estado de São Paulo*. Ano LXXXVI, nº 27.770. São Paulo, 28 de outubro de 1965, p. 3.

⁵⁰ *Jornal do Brasil*. Ano LXXV, nº 253, capa. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1965.

⁵¹ *Jornal do Brasil*. Ano LXXV, nº 253, capa. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1965.

que a maioria desses políticos tenha optado futuramente pelo partido da situação governista. Já a UDN foi o único partido que apoiou a medida do governo, o que levou a historiadora Lucia Grinberg a afirmar:

[...] através do AI-2, mais uma vez, a UDN procurava artifícios autoritários para combater vitórias eleitorais do PSD e do PTB, tentando impedir a posse de presidentes eleitos, quer pelo questionamento quanto à inexistência de maioria absoluta – não prevista constitucionalmente (caso de Vargas, em 1950) - quer pelo artifício do incentivo à conspiração militar (caso JK, em 1955).⁵²

Apesar do repúdio da maioria dos partidos políticos às suas extinções, grande parte dos congressistas depois aderiu ao “Bloco da Revolução”.

Com isso e baseado na edição do AC-4, a formação das novas agremiações ocorreu de forma limitada, principalmente no que diz respeito à constituição de uma oposição ao governo que era implantado, tendo em vista o processo de expurgo que acometeu o Congresso já a partir de 1964, e que permaneceu por quase todo o período ditatorial.

Com o primeiro Ato Institucional (AI-1), seguiu-se uma lista das primeiras 100 cassações de direitos políticos. Dentre os cassados, havia importantes intelectuais e políticos que compuseram a oposição ao novo governo, como João Goulart, Luiz Carlos Prestes, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Francisco Julião e Rubens Paiva.⁵³

As cassações se seguiram a essa primeira lista, somando-se posteriormente as medidas do AI-2. Os principais atingidos no Congresso Nacional foram os partidários do PTB. Dos 67 deputados cassados na legislatura de 1963-1967, 39 pertenciam a esta legenda.⁵⁴ Já no Senado, os únicos dois senadores cassados no período inicial da ditadura foram Amaury Silva, do PTB, e o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que pertencia à legenda do PSD.⁵⁵ Do PTB vinham importantes nomes de líderes mais combativos, como Leonel Brizola e o próprio presidente

⁵² GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 59.

⁵³ _____. *ATO Nº 1, SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS*. Disponível em: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_10.htm. Acesso em: outubro de 2018.

⁵⁴ PITELLA JUNIOR, João. *Saiba quem foram os deputados cassados pela ditadura militar*. Agência Câmara Notícias: Brasília, 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/432096-SAIBA-QUEM-FORAM-OS-DEPUTADOS-CASSADOS-PELA-DITADURA-MILITAR.html>. Acesso em: 25 de outubro de 2018.

⁵⁵ _____. *O SENADO E O INÍCIO DO REGIME MILITAR*. Agência Senado: Brasília, 1998. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1998/06/01/o-senado-e-o-inicio-do-regime-militar>. Acesso em: 5 de novembro de 2018.

João Goulart. O PTB, tinha uma tradição trabalhista originada do governo Vargas, com uma política voltada a essa classe e grande proximidade com os sindicatos, o que gerava receio nos militares e civis⁵⁶ articuladores do golpe. Sob a lógica do comunismo vinda anteriormente ao contexto da Guerra Fria, esses fatores contribuía para o governo constantemente acusar as mobilizações e críticas como subversiva e comunista, de maneira a justificar suas ações de cassações. Sendo assim, os expurgos buscavam retirar do Congresso os opositores que ameaçavam o projeto governista que se seguiu ao golpe.

Com o AC-4 limitando a formação de novas agremiações no Congresso, houve uma dificuldade para a formação de um partido de oposição que realmente pudesse se valer desse título para fazer uma política incisiva. Seus quadros mais combativos foram vitimados por cassações e exílios. Não à toa, o grupo de oposição que conseguiu se formar foi chamado de “oposição consentida”, por haver ali nomes tolerados pelo governo, sendo também chamado como partido do “sim”⁵⁷ por usarem por diversas vezes de tom conciliatório e moderado, visto que caso eles se colocassem mais combativos do que era permitido pelo governo, sofreriam pressões ou até cassações.

1.2 Origem e construção da oposição: composição, estrutura e programas emedebistas

O Movimento Democrático Brasileiro nasceu em meio à reconstrução partidária estabelecida pela ditadura em 1965, sendo instituído, primeiramente, enquanto agremiação em 14 de março de 1966 e, depois, como partido político em 5 de abril de 1967. Sua configuração inicial foi estabelecida enquanto agremiação com funções partidárias, como exigido pelo AC-4, não podendo usar o nome “partido” em sua denominação. A sigla foi formada principalmente a partir do projeto de seus integrantes em fazer oposição ao novo regime político que havia sido imposto no Brasil. Sua principal insígnia, amplamente defendida por seus membros, era a defesa da democracia.

Dado o fim dos partidos existentes pré-1965, os políticos tinham 45 dias para se organizarem dentro do Congresso, criando agremiações a partir do poder federal junto a outras instâncias, ou seja, de forma vertical. Os dois partidos nasceram não de maneira orgânica por vontade de um grupo social que expressasse a necessidade de organização em prol de novos

⁵⁶ Ver: DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁵⁷ GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*. *op. cit.* p. 30 e 31.

programas a serem defendidos, mas sim das circunstâncias histórico-políticas que foram impostas.

Quando anunciado o AC-4, o Congresso já esperava a imposição da redução da quantidade de partidos. Alguns parlamentares entendiam que a permissão seria para no máximo três partidos, porém a maioria acreditava que haveria a imposição de dois partidos: um de oposição e outro de situação.⁵⁸ Já após o anúncio do AI-2, as casas legislativas federais se encontravam divididas e reorganizadas em blocos contra ou a favor da “revolução de 1964”: “Bloco Parlamentar Democrático”, como grupo de resistência democrática e de oposição; e o “Bloco Parlamentar da Revolução”, primeiro a ser formar e reunir parlamentares pró-governo.⁵⁹ René Armand Dreifuss também sinalizou em sua obra “1964: a conquista do Estado”, a formação de dois grupos durante o governo de João Goulart: a Ação Democrática Parlamentar (ADP) de direita e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) de esquerda.⁶⁰ Dessa maneira, os grupos políticos já estavam previamente se definindo em dois polos específicos.

Por força maior, então, políticos de diferentes bandeiras ideológicas juntaram-se em torno de duas agremiações: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que se constituiu no partido de base do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que congregou as diferentes vozes de oposição à ditadura instalada no país. Fato importante a destacar é que, de acordo com o AI-2, os novos partidos formados deveriam seguir as definições da Lei nº4.740, de 15 de julho de 1965 (Lei orgânica dos Partidos Políticos). Essa legislação, criada poucos meses antes do AI-2, assegurava o pluripartidarismo⁶¹ como organização partidária no Brasil. Porém, as restrições do AC-4 limitaram a construção das agremiações que seriam a base dos futuros novos partidos.

Entre outros motivos, os expurgos promovidos pelas cassações e o medo dessas represálias contribuíram para que poucos políticos optassem por ser oposição ao governo. Nesse contexto, construir essa oposição foi custoso. Diante de um regime autoritário, no Senado foi difícil alcançar o número mínimo de parlamentares exigidos pelo Ato dos Partidos. Sabe-se que Castelo Branco interviu no Senado para garantir a construção ali de um partido de oposição, solicitando para que alguns senadores aderissem ao MDB.⁶²

⁵⁸ *Jornal do Brasil*. Ano LXXV, nº 273, 1º caderno. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1965. p.4

⁵⁹ *Folha de São Paulo*. Ano XLV, nº 13.283, 1º caderno. São Paulo, 28 de outubro de 1965. p. 5.

⁶⁰ DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. *op. cit.* p. 131 e 139.

⁶¹ Art. 5º da Lei nº4.740, de 15 de julho de 1965 (Lei orgânica dos Partidos Políticos).

⁶² *PMDB, 50 ANOS*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2016, p. 16.

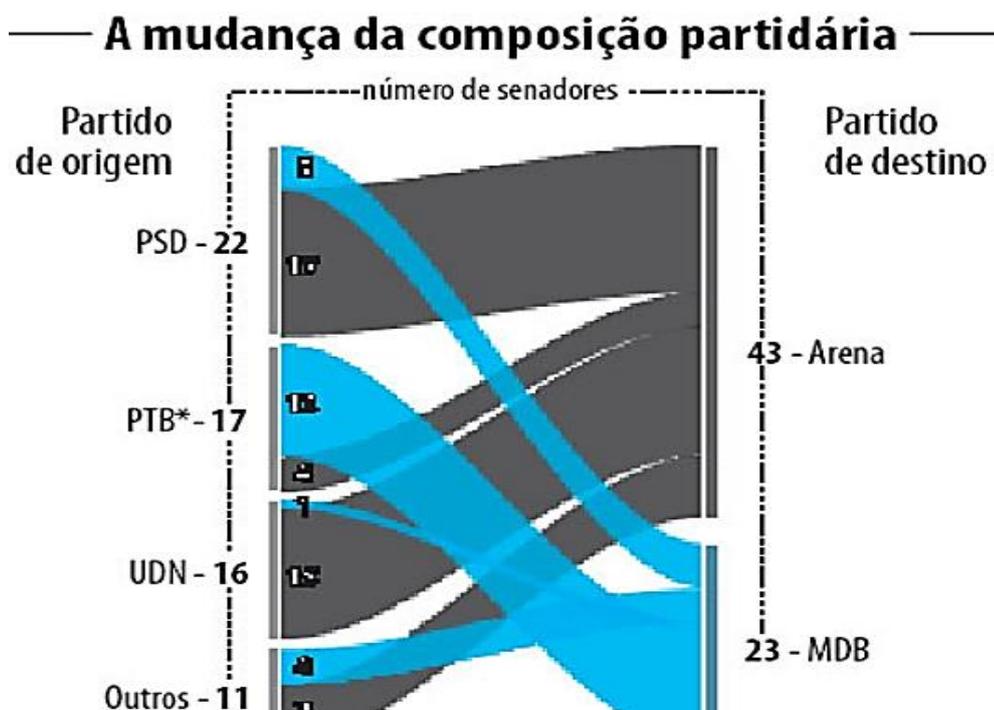
Foi no decorrer da 42ª Legislatura (1963-1967), tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, que ocorreram os processos até aqui estudados. Para efeitos de comparação, analisaremos a tabela e a imagem a seguir para compreender a formação do MDB em relação a Arena.

Tabela 1.3 - Composição do MDB e Arena na Câmara dos Deputados a partir dos antigos partidos (1965-1966):

Antigos Partidos	Arena	MDB
UDN	86	9
PSD	78	43
PTB	38	78
OUTROS	55	19
TOTAL	257	149

Fonte: KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 32.

Imagem 1.1 - Composição do MDB e Arena no Senado Federal a partir dos antigos partidos (1965-1966):



Fonte: FONTENELLE, André. *Há 50 anos, país passava a ter só 2 partidos*. Brasília: Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos>. Acesso em: 15 de novembro de 2018. * O senador Antônio Jucá (PTB-CE) faleceu na véspera do AI-2.

Analisando a tabela 1.1 sobre a estruturação do MDB na Câmara dos Deputados, é possível compreender que a formação desse grupo foi composta em sua maioria por petebistas, com 67,2% de seus deputados migrando para sigla de oposição seguidos por 35,5% dos pessedistas. Da UDN, apenas 9,4% dos deputados foram para a sigla de oposição. Já a Arena, em sua maioria, foi composta por udenistas e pessedistas, respectivamente 90,5% e 64,4% dos deputados desses partidos migraram para o partido da situação. É notado também que o grupo do governo foi integrado pela maioria dos políticos dos demais partidos que tinham representação na Câmara dos Deputados. Ao analisar essa migração partidária no Senado na imagem 1.1 o fenômeno se repete.

Observando a formação partidária parlamentar federal do MDB como consta na tabela 1.1 e na imagem 1.1, é possível verificar que o número de antigos membros do PSD era superior ao do PTB no partido em relação à formação deste no Senado, em que migraram 22 pessedistas e 17 petebistas. Já em relação à sua formação na Câmara dos Deputados, o PTB superou os pessedistas, com 78 contra 43 deputados respectivamente, em um total de 95 ex-PTB e 65 ex-PSD. Além deste fato, os partidários do PTB, em sua maioria, formaram o novo partido de oposição, enquanto a maioria pessedista migrou para Arena. Assim sendo, se analisarmos o número total de membros parlamentares do MDB, nota-se que a estrutura fundadora era petebista, mas também importantes nomes da nova oposição, como o de Ulysses Guimarães vieram do PSD. Podemos dizer que a base do PTB formou o MDB, mas também contou com a presença de “grandes caciques” do PSD em seu quadro partidário.

Primeiramente, tanto na Câmara como no Senado, o partido de oposição foi formado com um número bem inferior em relação ao partido da situação. Já no que diz respeito ao documento apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de deputados e senadores era inferior ao verificado posteriormente, como mostrado na imagem e tabela acima. Os assinantes do documento foram 141 deputados federais e apenas 21 senadores, um acima do mínimo exigido pelo AC-4.⁶³

Pode-se também verificar que o panorama anterior ao AI-2 se manteve, visto que a oposição continuou sendo em sua maioria composta por integrantes do antigo PTB e a base partidária do governo continuou sendo a UDN. Dentre outros motivos, podemos sugerir a percepção de que a ideologia política possa ter influenciado, até certa medida, na escolha

⁶³ TSE. *MDB Fundadores*. Disponível em: [HTTP://WWW.TSE.JUS.BR/PARTIDOS/PARTIDOS-POLITICOS/HISTORICO/REGISTROS-DE-PARTIDOS-POLITICOS-1945-A-1979](http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979). Acesso em: 7 de fevereiro de 2018.

particular de cada político. Porém, também cabe analisar o caso peculiar que foi o PSD, maior partido do Congresso naquele momento. Esse grupo dividiu-se, sendo que sua maioria integrou a Arena, mesmo sendo o PSD um partido de tendências getulistas e oposição à UDN.⁶⁴ Cabe destacar que o PSD era um partido moderado e de tendências conservadoras, que buscavam conter movimentos sociais.

A filiação ideológica e os interesses pessoais não podem ser compreendidos de forma engessada ou como os fatores exclusivos de escolha na opção política dos atores. Houve poucos udenistas que migraram para o MDB, bem como houve poucos petebistas que integraram para a Arena. O que buscamos aqui é fazer um balanço desse movimento, sem se aprofundar em casos específicos.

Independente da postura adotada pelos parlamentares que aderiram ao MDB, é importante notar como esse partido se formou como uma espécie de uma frente,⁶⁵ abarcando em sua postura oposicionista uma heterogeneidade de pensamentos e tradições políticas. A unidade de diferentes matizes políticas e ideológicas esteve congregada em torno da proclamada defesa da democracia.

Entretanto, há uma nítida disputa memorial entre ex-partidários do PSD e PTB sobre a ideologia que fundamentou o MDB. Para alguns pessedistas, a base da nova oposição era a do antigo PSD. Como afirmou João Pacheco Chaves em entrevista, “o MDB foi a continuação do PSD [...]”⁶⁶ Já para os petebistas, a visão era outra, como demarca Leonel Brizola:

Foram justamente deputados do extinto PTB que tomaram a iniciativa de organizar o MDB [...]. Por isso, sempre afirmamos que o MDB foi criado pelo antigo PTB, pelos seus quadros, seus deputados.

[...]

Creio que em toda parte; muitas vezes sem representar a cúpula coordenadora da fundação do partido, mas sem nenhuma dúvida foi o PTB que entrou com as bases, o MDB se organizou pelo Brasil afora nas sedes do antigo PTB, em muitos casos simplesmente viraram a placa e escreveram Movimento Democrático Brasileiro.”⁶⁷

⁶⁴ Entrevista de Renato Archer. In: MELHEM, Celia Soibermann; RUSSO, Sonia Morgenstern. *Dr. Ulysses. O homem que pensou o Brasil*. São Paulo: Arte e Meios, 2004. p.389.

⁶⁵ Entrevista de LAMOUNIER, Bolivar. In: MELHEM, Celia Soibermann; RUSSO, Sonia Morgenstern. *Dr. Ulysses. op. cit.* p. 57.

⁶⁶ Entrevista de CHAVES, João Pacheco. In: MELHEM, Celia Soibermann; RUSSO, Sonia Morgenstern. *Dr. Ulysses. op. cit.* p. 132.

⁶⁷ Entrevista de BRIZOLA, Leonel. In: MELHEM, Celia Soibermann; RUSSO, Sonia Morgenstern. *Dr. Ulysses. op. cit.* p. 175.

Leonel Brizola foi um dos nomes mais influentes ligados ao antigo PTB. Seu alinhamento político e suas defesas situadas no campo da esquerda colocaram-no na mira dos executores do golpe, levando à sua cassação pelo AI-1. Permaneceu exilado do Brasil desde abril de 1964, logo após o evento do golpe, até 1979 com a anistia.⁶⁸ Dessa forma, ele não participou diretamente como político do MDB. Sua fala pode estar relacionada, entre outros motivos, à reivindicação e legitimação de uma posição e tradição histórica oposicionista do PTB à ditadura ou como uma justificativa para alguns alinhamentos entre PDT (Partido Democrático Trabalhista), partido fundado por ele em 1980, ao PMDB na Nova República.⁶⁹

Essa disputa memorial acerca da formação da oposição nos remete aos deputados de diferentes orientações ideológicas que estavam presentes no partido que se constituía. Tanto era assim que nos estatutos do partido era previsto que a Comissão Diretora Nacional deveria “traçar a linha político-parlamentar de âmbito nacional, a ser seguida pelos membros do MDB na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e nas Assembleias Legislativas.”⁷⁰ Era uma preocupação, então, do partido traçar uma certa unidade de pensamento às dissonantes vozes que o compunham.

Ainda em seus estatutos foi traçada uma organização hierárquica que partia da Comissão Diretora Nacional, indo para Comissões Diretoras Regionais e finalizando mais próximo à base nas Comissões Diretoras Municipais.⁷¹ O fato é que por partir sua formação no âmbito do parlamento nacional, ou seja, de cima para baixo, o MDB, até a década de 1970, tinha pouca representatividade em nível local. Seus diretórios municipais inexistiam em várias partes do país. Caso corriqueiro era o MDB, por vezes, nem possuir candidatos para concorrerem em pleitos políticos por alguns estados ou cargos municipais. De acordo com Kinzo, isso acontecia porque:

O receio de se filiar a um partido de oposição em uma época de grande repressão política não foi o único ponto desfavorável ao MDB; dois tipos de preconceito afetaram o partido pelo menos até 1974. No eleitorado do interior, onde

⁶⁸KELLER, Vilma; DIAS, Sônia; COSTA, Marcelo; FREIRE, Americo. *Leonel Brizola*. Verbete. DHBB. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

⁶⁹KELLER, Vilma; DIAS, Sônia; COSTA, Marcelo; FREIRE, Americo. *Leonel Brizola*. *op. cit.*

⁷⁰ TSE. *MDB Estatutos*. Disponível em: <HTTP://WWW.TSE.JUS.BR/PARTIDOS/PARTIDOS-POLITICOS/HISTORICO/REGISTROS-DE-PARTIDOS-POLITICOS-1945-A-1979>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2018. p.2.

⁷¹ TSE. *MDB Estatutos*. Disponível em: <HTTP://WWW.TSE.JUS.BR/PARTIDOS/PARTIDOS-POLITICOS/HISTORICO/REGISTROS-DE-PARTIDOS-POLITICOS-1945-A-1979>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2018. p.2, 4 e 7.

o conservadorismo é bem mais arraigado, muitas vezes o MDB era tido como sinônimo de subversão (comunismo), o que dificultava o partido recrutar políticos locais que pudessem assumir a tarefa de organizá-lo no Município. Nas áreas mais urbanizadas e industrializadas, [...] o MDB era visto com descrédito.⁷²

Soma-se a isso, de acordo com Kinzo, o fato de que a aproximação dos partidos junto à população ocorrer apenas durante as campanhas eleitorais, não criando relações sólidas em outros momentos entre partido e eleitor.⁷³ Essa estrutura precária do MDB só começou a mudar a partir de 1974, quando, alavancado pela sua vitória eleitoral sobre a Arena, o partido ampliou o número de diretórios municipais⁷⁴, após sua mudança de postura em relação a fazer e ser oposição.

No que concerne aos objetivos traçados pelo partido em seu programa, cabe destacar o primeiro que parece expor a principal plataforma do partido:

I- Fortalecimento da democracia representativa e da Federação, sob a forma republicana de governo, baseada no respeito:

- à soberania popular, manifestada através do voto direto, universal e secreto;
- à pluralidade dos partidos políticos;
- à autonomia dos Estados e justa distribuição de rendas públicas [...]
- à harmonia e independência dos Podêres.⁷⁵

Além da defesa da democracia que se tornou a principal bandeira empunhada por esse grupo, os demais tópicos que se seguem assumem especificamente o papel de crítica à política que estava sendo realizada sob comando da ditadura. Primeiro, a crítica sobre o voto. O AI-2 definiu eleições indiretas para presidente da República, bem como o terceiro Ato Institucional (AI-3) tornou as eleições para governadores, vice-governadores e prefeitos de capitais também por pleito indireto.⁷⁶ Sendo assim, o partido de oposição passou a defender o voto direto afirmando em seus estatutos que “o poder só é legítimo quando emana do povo e em seu nome

⁷² KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 40.

⁷³ KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 41.

⁷⁴ KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 41.

⁷⁵ TSE. *MDB Estatutos*. Disponível em: [HTTP://WWW.TSE.JUS.BR/PARTIDOS/PARTIDOS-POLITICOS/HISTORICO/REGISTROS-DE-PARTIDOS-POLITICOS-1945-A-1979](http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979). Acesso em: 7 de fevereiro de 2018. p.19.

⁷⁶ Em 1968, com por meio da Lei nº 5.449, o presidente Costa e Silva estabeleceu interesse de segurança nacional sobre alguns municípios, os quais também ficavam impedidos terem eleições diretas para prefeitos e seus vices. A escolha era realizada pelos governadores e aprovados pelo presidente da república.

é exercido.”⁷⁷ Já a defesa da pluralidade partidária dava-se contra a manobra do governo em limitar a constituição de novas agremiações, restringindo a apenas dois partidos.

Quanto ao último tópico do primeiro objetivo aqui destacado, a defesa da harmonia e independência entre os poderes, ficava evidente uma crítica à constante escalada das ações do poder executivo federal em detrimento do poder legislativo, bem como a extensão dos poderes militares sobre a sociedade civil, com a ampliação de atuação da justiça militar, por exemplo.

Entretanto, ser e fazer oposição durante o governo ditatorial não era garantia de ter liberdade de expressar seus posicionamentos. Ao assumir o poder em 1967, o general Arthur da Costa e Silva prometeu, de acordo com Maria Helena Moreira Alves, “restabelecer os processos político-representativos normais e as regras democráticas”,⁷⁸ buscando dialogar com a oposição. Porém, a chamada “política de alívio”⁷⁹ encontrou um cenário conturbado em 1968. Esse ano foi marcado por manifestações estudantis⁸⁰ e sindicais com greves⁸¹, além da atuação da Frente Ampla, uma articulação política em prol da redemocratização, criada em 1966 por Carlos Lacerda com apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart.⁸²

Diante desse cenário conturbado e grande agitação político-social, o MDB teve que se posicionar em relação aos fatos. Quanto à frente política formada por Lacerda, o que prevaleceu no partido legal de oposição foi seu tom moderado enquanto instituição. De acordo com Maria D’Alva Kinzo, diante da repressão e do crescimento da Frente Ampla, o MDB pendia para o “antilacerdismo”, dado o temor de aumento da violência e autoritarismo do Estado, além do receio de perder sua representatividade e funcionalidade enquanto partido e canal de oposição.⁸³ Essas leituras operavam como entraves à sua participação na Frente Ampla. Porém, isso não impediu que seus partidários se aproximassem desse movimento. Principalmente os políticos que ficaram conhecidos como o grupo dos “imatuross” participaram dessa frente. Eram políticos recentes no cenário nacional, eleitos em 1966, que tinham posicionamentos e ações radicais de oposição⁸⁴ e, sentindo o cenário social, entenderam que era necessário se posicionarem diante

⁷⁷ TSE. *MDB Estatutos*. *op. cit.* p. 1.

⁷⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. *op. cit.* p. 112.

⁷⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. *op. cit.* p. 112.

⁸⁰ Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁸¹ Ver: NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar brasileiro*. *op. cit.* e; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. *op. cit.*

⁸² *Idem*.

⁸³ KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo*. *op. cit.* p. 112.

⁸⁴ KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo*. *op. cit.* p. 108.

dos fatos. Antes do AI-5, os parlamentares desse grupo, por meio da sua “retórica radical”⁸⁵ e resistência, mudaram a inexpressiva imagem do MDB como oposição, tornando o partido atraente naquele período.

Destes políticos se destaca o deputado Márcio Moreira Alves. Em discurso realizado na Câmara dos Deputados, em 3 setembro de 1968, criticou a invasão violenta da polícia na Universidade de Brasília (UnB) em agosto de 1968, advertindo que era necessário promover um boicote aos militares, como para que os pais não deixassem que seus filhos participassem dos desfiles patrióticos de 7 de setembro, bem como para que as moças não dançassem ou namorassem cadetes e jovens oficiais.⁸⁶ Denunciou os militares como torturadores em um livro intitulado “Tortura e Torturados”.⁸⁷

O discurso foi mal recebido pelas forças armadas. Assim, os militares pediram para que Márcio Moreira Alves fosse processado.⁸⁸ Porém, pela Constituição de 1967 os deputados gozavam da imunidade parlamentar. Por isso, era necessária aprovação do Congresso para que o deputado fosse julgado por algo que tivesse dito na tribuna da Câmara. Mesmo com a maioria arenista, o pedido dos militares foi rejeitado pelos deputados que temiam pelo próprio direito da imunidade.⁸⁹

Diante da crise, do desprestígio do governo e da forte oposição que envolvia o movimento estudantil, com apoio de diversos setores sociais, bem como o surgimento da coalizão política apartidária da Frente Ampla, o governo já contava com um dispositivo preparado desde julho de 1968,⁹⁰ que foi finalmente editado em dezembro do mesmo ano, o AI-5.⁹¹ Usando a ocasião da crise política desencadeada pelo discurso de Moreira Alves e a derrota no Congresso, o governo passou a utilizar seu trunfo mais repressivo.

[...] foi baixado o AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco

⁸⁵ KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 108.

⁸⁶ Rádio Câmara. Ato Institucional 5 - Íntegra do discurso do ex-deputado Márcio Moreira Alves. Câmara dos Deputados. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/337450--ATO-INSTITUCIONAL-5---INTEGRA-DO-DISCURSO-DO-EX-DEPUTADO-MARCIO-MOREIRA-ALVES-\(02-51\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/337450--ATO-INSTITUCIONAL-5---INTEGRA-DO-DISCURSO-DO-EX-DEPUTADO-MARCIO-MOREIRA-ALVES-(02-51).html). Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

⁸⁷ KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 108.

⁸⁸ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro. op.cit.* p. 93.

⁸⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil. op. cit.* p. 130.

⁹⁰ CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA. Livro de Atas nº4. 41ª Sessão. 11 de julho de 1968. P. 2 a 7.

⁹¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil. op. cit.* p. 130, 131.

de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. [...] No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado - só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.⁹²

Assim, o AI-5 inaugurou um novo tempo na política brasileira, na qual predominou o mais forte autoritarismo de todo período ditatorial. Com a ampliação dos poderes do Executivo, as cassações se multiplicaram. Um momento de incertezas passou a fazer parte da oposição, que viu sua representatividade declinar. As ações mais ousadas do MDB, que vinham sendo realizadas pelos “imatuross”, encontraram grande empecilho no AI-5 e o medo agora mais presente e constante das punições e cassações que freavam os políticos opositoristas. Como exemplo, ocorreram as cassações de Moreira Alves e Carlos Lacerda logo após a edição do AI-5. Dos 139 deputados do MDB, 60 foram cassados nesse período.⁹³

Se alguns partidários do MDB vinham buscando medidas contundentes de oposição, o AI-5 mostrou que essa posição efetiva teria consequências. Rodrigo Patto Sá Motta chegou à seguinte conclusão a respeito dos efeitos do ato sobre a dinâmica parlamentar:

Durante o ano de 1968, os debates parlamentares foram intensos, passando a impressão de ter havido um clima de agitação febril no Parlamento. Os deputados reverberavam o que estava acontecendo na sociedade, que viveu um ano politicamente muito conturbado.

Contudo, depois do AI-5, decretado em dezembro de 1968, o tom dos discursos na tribuna mudou bastante. O Congresso foi fechado no dia seguinte à edição do novo Ato Institucional e ficou em recesso por quase um ano, só reabrindo no final de 1969. Lendo os discursos proferidos entre 1969 e 1970, temos um grande contraste com o período anterior. A temática política praticamente desapareceu dos discursos, revelando a existência de um forte temor no ar. A maior parte do trabalho parlamentar passou a concentrar-se em projetos e problemas insignificantes.⁹⁴

Assim, o Congresso foi calado pelo fechamento e pelas cassações. A oposição foi assombrada pelo constante medo. Isso refletiu nas eleições de 1970, que redundaram em um fracasso para a oposição, que elegeu pouquíssimos políticos. A década de 1970, pouco após a

⁹² D'ARAÚJO, Maria Celina. *O AI-5. Fatos e imagens*. CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 28 de dezembro de 2018.

⁹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. op. cit.* p. 134.

⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. op. cit.* p. 134.

reabertura do Congresso, marcou o período em que a oposição teve que se autoavaliar e replanejar suas ações.

Surgiu em meio aos políticos do MDB a proposta da autodissolução como era previsto em seus programas. Já não sendo possível fazer e ser oposição efetiva devido aos instrumentos legais de opressão do governo, alguns políticos eram contrários à oposição moderada exercida pela liderança do partido.

Com medo do desfecho do partido, a liderança lançou a discussão em 1971 por meio de dois grandes congressos, nos quais foram redefinidos os programas de oposição, traçando novas estratégias de ações. No primeiro deles, no Rio Grande do Sul em abril, por meio da Declaração de Porto Alegre, reafirmou-se o compromisso com a defesa da democracia, bem como com um programa nacionalista. Já em julho, com a Carta de Recife, a oposição passou a levantar também a bandeira da Constituinte. Nesse processo de refazer a oposição, o nascimento e organização do grupo dos autênticos deu a vitalidade que o partido precisava para se reorganizar.

Em abril de 1971, através da “Declaração de Porto Alegre”, desenvolvida no Seminário de Integração e Debates pela seção do MDB/RS, na presença das lideranças emedebistas, o partido rearticulou seu programa de oposição, definindo os 20 pontos a serem seguidos e que orientariam a ação oposicionista. Eram eles:

- 1- Defesa da Anistia Ampla;
- 2- Retorno da normalidade democrática, pondo fim a vigência do AI-5 e reformando a Constituição que fora outorgada;
- 3- Independência e harmonia entre os poderes e a intangibilidade do poder judiciário;
- 4- Retorno das eleições diretas em todas as instâncias;
- 5- Revogação de leis que restringiam a liberdade de imprensa e organização dos trabalhadores e estudantes no processo político;
- 6- Restauração do *habeas-corpus* em caso de crimes políticos;
- 7- Mudança na legislação eleitoral, com o fim das sublegendas, estendendo o direito de voto aos analfabetos;
- 8- Remuneração de vereadores;
- 9- Liberdade acadêmica (cátedra) e ensino público gratuito em todos os níveis;
- 10- Fim da pena de morte – apelo à consciência jurídica e cristã;
- 11- Reforma agrária assentada no Concílio Vaticano II;
- 12- Desenvolvimento com justiça social e melhor distribuição de renda;

- 13- Elevação do poder aquisitivo do povo;
- 14- Reforma da legislação sobre a remessa de lucros ao exterior;
- 15- Racionalização e controle dos empréstimos externos;
- 16- Coibir a desnacionalização da indústria brasileira;
- 17- Preservação e defesa das riquezas naturais;
- 18- Política externa independente;
- 19- Combate ao abuso do poder econômico e ao alto custo de vida, assegurando a adequação salarial;
- 20- “pelo império da liberdade e da lei, do direito e da justiça, da ordem e da paz, com progresso e bem-estar para todos os brasileiros.”⁹⁵

Em seu novo programa, o MDB redefinia sua linha de atuação e defesa enquanto grupo que representava a oposição à ditadura. Primeiramente, cabe observar a construção de diversos pontos em contrariedade às realizações do regime. O primeiro item de defesa emedebista foi a Anistia Ampla que se relaciona ao segundo ponto de reestabelecimento da democracia e fim do AI-5. O quinto Ato Institucional, junto aos órgãos de repressão, afetou a vida de diversas pessoas e famílias. O reestabelecimento do *habeas-corpus*, assim também fazia parte da defesa da oposição. Na jurisdição política, o MDB defendia o retorno das eleições diretas em todos os níveis de poder, contrariando as leis criadas durante a ditadura, como AI-2 e AI-3, que tornaram, por exemplo, indiretas as eleições para presidente, governadores e seus vices. Ainda convém destacar os itens que se opõem a alguns tipos de censura que foram utilizadas, como nos tópicos cinco e nove em que pedem pela liberdade de imprensa e organização sindical e estudantil e liberdade de cátedra no ensino, respectivamente. Por meio dessas exemplificações, nota-se que o MDB buscava construir e definir uma linha de ação para o grupo com base no que consideravam ser os principais temas para a atuação oposicionista ao regime.

Em julho de 1971, ocorreu o II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira. Nessa ocasião, o evento aconteceu em Pernambuco e, liderado por uma frente de novos políticos com posições mais ousadas, chamados de autênticos, postulou-se a defesa da Constituinte, tema que causou uma divisão do partido.⁹⁶ Mediante a cisão do partido sobre o tema, ele foi ratificado no documento Carta de Recife, porém sem a exigência de uma data para que ela fosse

⁹⁵ MDB. Seminário de Integração e Debates. *Declaração de Porto Alegre*. RS, 1965. p. 10 a 12. In: Acervo CPDOC. Arquivo João Goulart. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Exilio&PagFis=1413>. Acesso em: janeiro de 2018.

⁹⁶ *Estado de São Paulo*. Ano 92, nº 29.523, 1º caderno. São Paulo, 4 de julho de 1971. p.4.

convocada. Sua convocação deveria ocorrer “no momento em que desapareçam os instrumentos de força atualmente vigentes”.⁹⁷ Além, da discussão em torno da Constituinte, o partido reafirmou seu compromisso com o Estado democrático, bem como os pontos já apresentados da Declaração de Porto Alegre.⁹⁸

Ainda no início de 1970, já sob liderança de Ulysses Guimarães, o partido se uniu a um grupo de intelectuais que formaram o CEBRAP.

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP – foi criado em 1969, por um grupo de professores de diferentes áreas afastados das universidades pela ditadura militar, para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil.⁹⁹

Essa aliança aconteceu após a campanha da anticandidatura em 1973, na qual o próprio Ulysses Guimarães buscou auxílio no CEBRAP para reformular o programa do MDB.¹⁰⁰ Esses intelectuais, principalmente Fernando Henrique Cardoso, que se tornou político filiado e eleito pelo partido em 1978 como suplente do senador Franco Montoro por São Paulo, passaram a ter grande influência no partido, contribuindo para leitura social e econômica do período, e colaborando com a construção da campanha de 1974 e a elaboração do “Manual do candidato”, bem como com o programa do partido enquanto oposição.¹⁰¹ Essa aproximação do MDB com o CEBRAP fazia parte do período de reconstrução da oposição.

É importante notar que esses eventos promovidos pelo MDB visavam sua reestruturação enquanto partido e, principalmente, enquanto oposição. Após conturbados resultados eleitorais, em que o partido não era visto como opção de voto pelas esquerdas e outros setores opositores ao governo pela sua postura de moderação, o MDB precisou se reorganizar e reestabelecer suas metas de ação oposicionista. Inclusive, uma das discussões travadas pelo partido foi a proposta de autodissolução,¹⁰² visto que até aquele momento não conseguiam cumprir o papel que lhes era proposto. Essa tese de pôr fim ao partido foi levantada na reunião de abril de 1971 pelos deputados pernambucanos, dadas as cassações e outras limitações impostas pelo quinto Ato

⁹⁷ *Estado de São Paulo*. Ano 92, nº 29.524, 1º caderno. São Paulo, 6 de julho de 1971. p.4.

⁹⁸ *Estado de São Paulo*. Ano 92, nº 29.524, 1º caderno. São Paulo, 6 de julho de 1971. p.4.

⁹⁹ CEBRAP. Institucional. Disponível em: <https://cebrap.org.br/institucional/>. Acesso em: janeiro de 2018.

¹⁰⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. In: MELHEM, Celia Soibelman; RUSSO, Sonia Morgenstern. *Dr. Ulysses*. *op. cit.* p. 94.

¹⁰¹ KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo*. *op. cit.* p.154 e 155.

¹⁰² KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo*. *op. cit.* p. 130.

Institucional.¹⁰³ Para que o tópico fosse rejeitado por tais deputados, o partido deveria criar novas alternativas de fazer oposição.¹⁰⁴

O MDB, portanto, assumia em seus programas uma postura oposicionista contra o governo ditatorial. O lugar ocupado pelo MDB, em nível nacional, foi o de oposição, visto que durante o período em que foi vigente sua atuação (1966-1979), não formou maioria no parlamento. Em um regime marcado por uma administração do partido majoritário, e assim mantida pelo governo por meio de ferramentas de controle eleitoral, a oposição tinha sua atuação limitada e podada pelo poder executivo. Mesmo com a defesa de assuntos importantes em seu programa, diante da repressão sobre o legislativo, muitas vezes a cúpula do MDB buscou por uma postura conciliatória, por meio do diálogo, o que lhe custou por muito tempo o reconhecimento de uma oposição efetiva e válida diante da opinião pública.

1.3 Divisões internas no MDB

Dadas as especificações de criação das agremiações em 1965, sendo somente possível criar um partido de oposição, essa sigla recebeu em seus quadros uma grande diversidade de vozes opositoras ao governo, desde a direita, quanto a esquerda, inclusive com apoio do PCB, recebendo também políticos que apenas ingressaram em suas fileiras por questões particulares e rivais a políticos que já haviam integrado a Arena. O pensamento principal e de coesão desse grupo heterogêneo era a defesa da democracia, sendo considerado bem-vindo quem com ele se comprometesse.¹⁰⁵

Reconhecido, por isso, como uma frente, por abarcar diferentes correntes em seu interior, o MDB apresentava internamente divisões entre grupos de políticos que manifestavam diferentes crenças sobre o que era e como deveria ser feita a oposição. Essa cisão interna não significa, contudo, graves rupturas no interior do partido. Apesar das várias correntes e variedade ideológica, o que aproximava os diferentes grupos que compunham o partido era a oposição à ditadura, mesmo havendo distintas leituras sobre como e em que grau ela deveria ser realizada.

¹⁰³ *Jornal do Brasil*. Ano LXXXI, nº 72, 1º caderno. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1971. p.4.

¹⁰⁴ *Jornal do Brasil*. Ano LXXXI, nº 72, 1º caderno. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1971. p.4.

¹⁰⁵ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo*. op. cit. p. 55 a 57.

Imagem 1.2 – Deputado Federal, David Lerer, identifica divisões internas no MDB

MDB: composição

Os membros do MDB classificam-se em 2 categorias fundamentais: a 1ª. - dos que estão no MDB porque não podem estar na ARENA (constituem uma minoria inexpressiva e marginal e a 2ª (esmagadora maioria) dos que querem fazer oposição.

Esta 2ª categoria por sua vez tem duas atitudes perceptíveis: uma tendência liberal democrática e mais ou menos conservadoras que tem como bandeira fundamental o restabelecimento de uma democracia liberal do tipo clássico com o predomínio do Poder Civil. Uma 2ª tendência, heterogênea ainda e indefinida de características nacionalistas e mais ou menos socializantes.

O desenvolvimento da crise brasileira forçará a médio prazo a definição destas tendências em organizações autônomas.

A curto prazo porém vários dos nossos objetivos são comuns e portanto não só é possível coexistir como, muito mais que isto, é útil e patriótica a nossa colaboração e unidade de propósitos e ação.

Fonte: Acervo CPDOC. Arquivo Ernane do Amaral Peixoto (EAP). *EAP mdb 1966.08.06*. p. 54.

Esse documento foi produzido em junho de 1967 pelo deputado federal David Lerer (MDB/SP).¹⁰⁶ Com o título de “Algumas propostas de conduta para o MDB”¹⁰⁷, ele sugeria ações que o partido poderia assumir frente a problemas urgente à vida partidária. Assim, é possível identificar na imagem 1.2 que, de acordo com esse deputado, o partido identificava três divisões em seus quadros, porém divididos em duas categorias: primeiro estavam os políticos governistas que por algum motivo não puderam integrar a Arena. Estes constituíam os chamados adesistas. Já na segunda categoria estavam os políticos que verdadeiramente pretendiam fazer oposição ao governo, mas expressavam seus pensamentos e ações de forma distinta. Nesse segundo grupo, basicamente, os emedebistas passaram a ser identificados em duas tendências: moderados e autênticos.

Quanto a essa primeira orientação interna ao partido, seus expoentes tratavam de fazer oposição em tom conciliatório, usando a moderação como ferramenta política no trato com a

¹⁰⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *David Lerer*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131209/biografia>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

¹⁰⁷ Acervo CPDOC. Arquivo Ernane do Amaral Peixoto (EAP). *EAP mdb 1966.08.06*. p. 54.

ditadura. Era um grupo formado pela maioria do MDB, e seus representantes estavam no comando do partido, sendo políticos com experiência que vinham do momento anterior ao bipartidarismo.¹⁰⁸

Dado o período de exceção em que se encontravam, é possível perceber que essa face moderada foi delineada pela tradição política, mas também e principalmente pelo interesse de permanência na política e possibilidades de futuras conquistas eleitorais ou no próprio processo político junto ao governo.¹⁰⁹ Arriscar-se ao embate direto contra o governo autoritário era expor a si, família e partido às sanções do regime, como interrogatórios, perseguições, cassações etc.

Até 1974, essa foi a visão de oposição no bipartidarismo brasileiro. O partido do “sim” como era conhecido o MDB, passava à opinião pública a imagem de oposição controlada e sem exercer de fato uma atuação desafiadora ao regime. Isso fez com que não fosse reconhecida eleitoralmente e nem pela maioria dos diferentes setores de esquerdas e movimentos sociais como um partido que pudesse lhes representar contra a ditadura.

Contrários a essa posição comedida da Direção Nacional do partido, foi formado o grupo dos “autênticos”. Esses eram, em sua maioria, jovens políticos que entraram para o Congresso Nacional na 43ª legislatura iniciada em 1971.¹¹⁰ Começaram sua formação com a identificação de suas posições comuns, seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados, nos quais percebiam ter em comum um apelo mais ousado e de enfrentamento ao regime.

Analisando e baseando-se na memória e no discurso dos autênticos, é possível compreender o surgimento e atuação do grupo em relação a diversos assuntos. Primeiramente, quanto à construção dos autênticos, seus integrantes analisam que o grupo surgiu de forma espontânea e orgânica, com a percepção de quem queria mesmo fazer oposição à ditadura, diferentemente dos adesistas (eram políticos ligados a ditadura, chamados também de infiltrados)¹¹¹ e aos moderados. Essa identificação ocorreu na Câmara dos Deputados, sendo os autênticos os políticos que usavam o plenário com discursos mais incisivos contra a ditadura.¹¹²

¹⁰⁸ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 57.

¹⁰⁹ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos. op. cit.* p. 439.

¹¹⁰ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: história oral de vida política.* São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 170, 373.

¹¹¹ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.* p. 81, 377.

¹¹² NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.*

Naquela legislatura, esse grupo somava 23 deputados federais, sendo eles: Alencar Furtado (CE), Álvaro Lins (CE), Amaury Müller (RS), Eloy Lenzi (RS), Fernando Cunha (GO), Fernando Lyra (PE), Francisco Amaral (SP), Francisco Pinto (Chico Pinto) (BA), Freitas Diniz (MA), Freitas Nobre (CE), Getúlio Dias (RS), Jaison Barreto (SC), Jerônimo Santana (GO), JG de Araújo Jorge (AC), João Borges (BA), Lysâneas Maciel (MG), Marcondes Gadelha (PB), Marcos Freire (PE), Nadyr Rossetti (RS), Paes de Andrade (CE), Severo Eulálio (PI), Santilli Sobrinho (SP) e Walter Silva (RJ).¹¹³ Destes políticos, todos tinham formação superior, a maioria em Direito, e alguns já estavam atuando na política a nível local ou regional, mas estreando em nível nacional na maior parte dos casos.¹¹⁴ Dos 23 autênticos, apenas sete – Francisco Amaral, Freitas Diniz, Nadir Rossetti, Paes de Andrade, Santilli Sobrinho, Álvaro Lins e João Borges – tiveram mandado na Câmara dos Deputados em legislatura anterior à iniciada em 1971.¹¹⁵ Apesar de nenhum deles afirmarem a existência de um ou mais líderes, identificavam Chico Pinto como uma das principais figuras do grupo, bem como seu principal articulador¹¹⁶ (apesar de Eloy Lenzi afirmar que partiu dele a ideia de separar na Câmara os “deputados autenticamente populares”).¹¹⁷

Sobre sua denominação e distinção de grupos no MDB, muitos políticos identificaram que a formulação partiu da imprensa, que passou a ver neles atitudes diferentes dos demais emedebistas.¹¹⁸ Mas houve quem especulasse que o termo passou a ser usado pela mídia após denominação dada por Chico Pinto.¹¹⁹ Antes do termo “autênticos” ser aplicado a esses políticos de posições mais expressivas de oposição, foram chamados ainda de ortodoxos,¹²⁰ radicais,¹²¹ ou identificados pelas suas características políticas, como em matéria do *Estadão* em que são chamados de “grupo jovem” ao marcar sua posições quanto à Carta de Recife.¹²² O importante é compreender que a opinião pública fazia distinção entre os grupos que formavam e agiam dentro do MDB. Era nítida, inicialmente, a diferença de postura entre os políticos do partido.

¹¹³ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.* p. 16.

¹¹⁴ _____. *Quem são?* Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em: 6 de dezembro de 2018.

¹¹⁵ *Idem.*

¹¹⁶ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.* p. 47, 70, 118, 232.

¹¹⁷ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.* p. 81.

¹¹⁸ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.* p. 98, 116,

¹¹⁹ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.* p. 48.

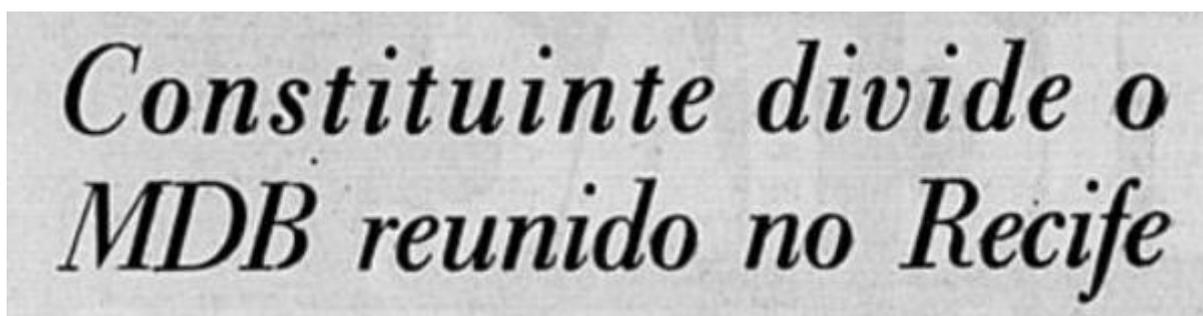
¹²⁰ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.* p. 163

¹²¹ *Folha de São Paulo*. Ano LI, nº 15.359. São Paulo, 5 de julho de 1971. p. 7.

¹²² *Estado de São Paulo*. Ano 92, nº 29.523, 1º caderno. São Paulo, 4 de julho de 1971. p.4.

Logo, essa distinção dentro do MDB acabava por gerar conflitos entre seus correligionários. No surgimento dos autênticos e em sua primeira “aparição” pública - como identificado pelo grupo - ocorrida no II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira, em 1971,¹²³ tornou-se claro que embates ocorreriam no partido por conta destes diferentes posicionamentos. Sobre a discussão da inclusão do tema “Constituinte” na Carta de Recife, o deputado Pedrosa Horta, vice-presidente do MDB e líder dos emedebistas na Câmara dos Deputados,¹²⁴ afirmou ao jornal *Estado de São Paulo* pensar que “unidade política do MDB ia se desfazer”¹²⁵ devido à discussão do tema. O conflito foi tão evidente que estampou o título de matérias jornalísticas e foi o principal assunto presente nas reportagens sobre a Carta de Recife.¹²⁶

Imagem 1.3 – Título de matéria do Jornal do Brasil sobre a divisão do MDB em relação a Constituinte.



Fonte: *Jornal do Brasil*. Ano LXXXI, nº 75, 1º caderno. Rio de Janeiro, 4 e 5 de julho de 1971. p.4.

Imagem 1.4 – Título de matéria do Jornal Estado de São Paulo sobre a divisão do MDB em relação a Constituinte.



Fonte: *Estado de São Paulo*. Ano 92, nº 29.523, 1º caderno. São Paulo, 4 de julho de 1971. p.4.

¹²³ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB*. op. cit.

¹²⁴ PANTOJA, Sílvia. *Pedroso Horta*. Verbete CPDOC. DHBB Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oscar-pedroso-horta>. Acesso em: 6 de dezembro de 2018.

¹²⁵ *Estado de São Paulo*. Ano 92, nº 29.524, 1º caderno. São Paulo, 6 de julho de 1971. p.4.

¹²⁶ *Folha de São Paulo*. Ano LI, nº 15.359. São Paulo, 5 de julho de 1971. p. 7.

Dessa forma, o grupo jovem ou radical, como nominado por diferentes veículos de informação, buscava uma posição mais contundente em relação à Constituinte. Isso envolvia a pressão para uma definição de data para que a mesma ocorresse. No caso, eles desejavam que ela fosse realizada já na legislatura de 1974. Porém, o grupo moderado, buscando não pressionar o governo, mas ainda manter a unidade do partido, consentiu com a presença da Constituinte na Carta de Recife e nos novos programas da oposição, sem, contudo, definir exatamente uma data para que ela ocorresse, limitando-a ao fim do período de exceção.¹²⁷ Esse episódio revelou, como a partir do advento do grupo dos “autênticos”, se dariam as relações internas do partido, bem como a distinção entre os autênticos e moderados.

Os moderados controlavam a liderança do partido e, na visão de diferentes políticos autênticos, impediam a participação dos políticos mais ousados em cargos importantes do partido.¹²⁸ Para muitos autênticos, a maior luta estava travada dentro do partido, ou seja, além de serem malvistas pelo governo da ditadura, eram assim também compreendidos pelo próprio partido – mesmo que inicialmente.¹²⁹ Além disso, no ponto de vista dos autênticos, eram eles que faziam a oposição de fato no partido. Nas palavras de Lysâneas Maciel,

“Ao chegar à Câmara, já nas primeiras horas, percebi que o MDB defendia a seguinte tese: não contestar as coisas importantes, para assegurar o direito de mais tarde, defender e falar sobre coisas supérfluas. Quero dizer que o MDB foi criado apenas para fazer *pendant* com a ARENA e, que na verdade não era um partido de oposição.”

[...]

“Era um Congresso realmente castrado. Tinha e tenho consciência de que não éramos deputados ou senadores. Basta dizer que o MDB era uma oposição consentida. E é aí que o Grupo Autêntico teve uma importante missão: transformar o MDB em um partido de oposição, ou seja, buscar através do exercício de oposição verdadeira, a redemocratização do país.”¹³⁰

Essa visão não era apenas de Maciel, mas de vários outros políticos que compunham o grupo. Na perspectiva deles, só houve oposição de fato com a criação e atuação dos autênticos.¹³¹ A importância do grupo era tamanha no partido, principalmente junto à opinião

¹²⁷ *Estado de São Paulo*. Ano 92, nº 29.523, 1º caderno. São Paulo, 4 de julho de 1971. p.4.
Jornal do Brasil. Ano LXXXI, nº 75, 1º caderno. Rio de Janeiro, 4 e 5 de julho de 1971. p.4.

¹²⁸ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB*. *op. cit.* p. 50.

¹²⁹ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB*. *op. cit.* p. 232, 274, 306.

¹³⁰ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB*. *op. cit.* p. 285 e 288.

¹³¹ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB*. *op. cit.* p. 81, 344.

pública, que outros políticos emedebistas passaram a utilizar ações similares às dos autênticos para ganhar prestígio eleitoral.¹³² Os autênticos passaram a figurar como a “cara” do MDB.¹³³

Porém, esse fato só se concretizou após - o que os autênticos consideram seu ápice -, sua principal ação: a anticandidatura. Há um consenso entre esses deputados em compreender que o ponto alto do grupo foi a articulação da anticandidatura.¹³⁴ Por meio dela buscavam expor a farsa democrática que existia no país, denunciando a eleições indiretas.

Assim, em torno da questão, novo confronto se formou no MDB. A direção do partido decidiu que Ulysses Guimarães seria, junto de Barbosa Lima Sobrinho, candidato à presidência da República para as eleições indiretas de janeiro de 1974. O caos se formou em torno da atuação do partido no dia das eleições indiretas. Para os autênticos, o partido deveria retirar a candidatura de Ulysses Guimarães e os deputados não deveriam comparecer à eleição, pois isso seria legitimar o modelo que questionavam.¹³⁵ Porém, a direção do partido, em boa medida liderada pelos moderados, levou a eleição adiante. Os autênticos mostraram insatisfação, visto que a proposta da anticandidatura foi elaborada por eles. Assim recusaram-se a votar, abstendo o voto em favor do povo.¹³⁶ Entretanto, essa anticandidatura impulsionou o partido elevando a importância dos autênticos no cenário emedebista, bem como nacional.

Há uma disputa sobre esse evento no campo da memória. O partido que foi por extensão continuidade do MDB, o PMDB – recentemente (2018) retomou a sigla MDB – afirma, em livro de sua história, que a anticandidatura foi planejada e executada pelos moderados.¹³⁷ Isso deve ser compreendido pela desagregação dos autênticos. Em 1979, no governo João Figueiredo, houve a reforma partidária na qual houve a volta do pluripartidarismo. Como era de se esperar, pelas dissonantes vozes na oposição, muitos políticos migraram do MDB para formar novas siglas partidárias, em particular os autênticos.¹³⁸ Assim, a memória do partido em

¹³² NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.* p. 232, 253, 358.

¹³³ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.* p. 82, 252.

¹³⁴ Baseado nas entrevistas realizadas por Ana Beatriz Nader com políticos que pertenceram ao grupo dos autênticos. Ver: NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.*

¹³⁵ Baseado nas entrevistas realizadas por Ana Beatriz Nader com políticos que pertenceram ao grupo dos autênticos. Ver: NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.*

¹³⁶ ARNOLFO, João. *A anticandidatura de Ulysses e o colégio eleitoral - Bloco 2*. Brasília: Rádio Câmara. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/483954-A-ANTICANDIDATURA-DE-ULYSSES-E-O-COLEGIO-ELEITORAL-BLOCO-2.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

¹³⁷ *PMDB, 50 ANOS*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2016. p 26.

¹³⁸ Baseado nas entrevistas realizadas por Ana Beatriz Nader e Célia Melhem e Sônia Russo em seus respectivos livros. Ver em: NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.*
MELHEM, Celia Soibelman; RUSSO, Sonia Morgenstern. *Dr. Ulysses. op cit.*

sua continuidade foi construída em boa medida pelos moderados, que já eram maioria na sigla e acabaram predominando no partido.

Uma figura polêmica para os autênticos, que não compunha o grupo, era Ulysses Guimarães. Muitos viam nele um porta-voz da oposição. Isso ocorria porque quando ele assumiu a presidência do partido, na década de 1970,¹³⁹ houve a formação do grupo dos autênticos e a demanda de reestruturação da oposição. Muitas das ações dos autênticos eram capitalizadas por Ulysses. Por isso, ele passou a ser visto por alguns autênticos como um aproveitador das circunstâncias e da fama junto ao eleitorado e opinião pública da que gozavam os autênticos.

Dessa forma, a construção dos autênticos dentro do MDB foi marcada por forte cisão entre diferentes posições e entendimentos de como fazer oposição. Porém, dada a importância de suas atuações, passaram a ser a face visível do MDB como um efetivo partido de oposição, o que levou outros políticos emedebistas a buscarem uma postura mais próxima desse grupo e também de oposição ao governo e ao regime. Tamanha era a importância da postura ousada assumida, que, segundo Flávia Amorim Souza,¹⁴⁰ nasceu na legislatura de 1975, um novo grupo: os neo-autênticos. Não buscando fugir da divisão principal que marcou as relações internas do MDB aqui já discutida, é importante notar o advento desse novo grupo pequeno dentro do partido. Eram políticos recém-incorporados após o intenso crescimento eleitoral do MDB nas eleições legislativas em 1974, que buscavam ampliar a atuação dos autênticos,¹⁴¹ chegando a criticá-los. Analisando o surgimento dos neo-autênticos, o deputado autêntico Fernando Cunha afirmou: “Os Neo-Autênticos achavam que os Autênticos eram ‘históricos’, os mais afoitos diziam até que éramos acomodados [...]”.¹⁴²

Para além das cisões em nível nacional no partido, existiam as dissidências regionais/locais. Uma dessas foi o “chaguismo”. Antônio de Pádua Chagas Freitas assumiu o governo do estado da Guanabara em 1971.¹⁴³ O problema é que o chaguismo em si era distante de outros grupos do MDB, o que possibilitou constantes dissidências entre Chagas Freitas e a direção do partido. De acordo com Olavo Brasil e Maria Teresa Dias: “O partido, em sua ala

¹³⁹ KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 137.

¹⁴⁰ SOUZA, Flávia Amorim. *Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971-1982)*. Mestrado (dissertação). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013. p. 63.

¹⁴¹ SOUZA, Flávia Amorim. *Chico Pinto e os Autênticos do MDB. op. cit.* p. 63.

¹⁴² NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. op. cit.* p. 102.

¹⁴³ KELLER, Vilma; XAVIER, Libânia. *ANTONIO DE PADUA CHAGAS FREITAS*. Verbete. CPDOC. DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-padua-chagas-freitas>. Acesso em: 27 de dezembro de 2018.

chaguista, embora formalmente oposição, não apresentava como tal em questões políticas que de fato constituíam-se na marca registrada do MDB no resto do país”.¹⁴⁴

Muitas vezes confundindo-se com a Arena,¹⁴⁵ o chaguismo integrava no MDB o denominado grupo dos “adesistas” (também chamados de “governistas” ou “populistas”).¹⁴⁶ Sua vitória e predomínio eleitoral no estado da Guanabara e, posteriormente no estado do Rio de Janeiro, dava-se pela afeição da população pela política oposicionista do MDB em nível nacional, bem como e, principalmente, pela sua identificação com os partidos anteriores (PSD, PTB, PSP, PSB)¹⁴⁷ ao bipartidarismo, que integraram em sua maioria nesse estado o partido de oposição à ditadura.¹⁴⁸

Marly Motta afirma que Chagas Freitas estruturou “uma máquina política clientelista baseada na prática do favor, a que se convencionou chamar de máquina chaguista”.¹⁴⁹ Ainda sobre essa máquina chaguista, Carlos Sarmiento, afirmou que havia um tripé no qual se baseava o chaguismo: partido, jornal e poder.¹⁵⁰ Sarmiento explica que o partido dava legitimação de oposição ao chaguismo, que agia, entretanto, dentro dos limites do Estado autoritário, enquanto o poder vinha de seu controle sobre o governo estadual da Guanabara. O interessante nesse tripé é notar o controle e uso de jornais, que segundo Sarmiento servia para:

[...] o fluxo de informações que atingia uma grande parcela da população do estado, sendo o mais importante canal de propaganda política do MDB e [...] de distribuição de capital político indispensável para sobrevivência político-eleitoral de lideranças e mesmo da própria legenda oposicionista.¹⁵¹

¹⁴⁴ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil; DIAS, Maria Tereza Ramos. *As Eleições Parlamentares de 1978 no Rio de Janeiro: O Chaguismo, a Oposição e o Regime*. In: FLEISCHER, David V. (org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Vol II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 9.

¹⁴⁵ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil; DIAS, Maria Tereza Ramos. *As Eleições Parlamentares de 1978 no Rio de Janeiro... op. cit.* p. 3.

¹⁴⁶ DINIZ, Eli. *Máquina Política e Oposição: o MDB no Rio de Janeiro*. In: FLEISCHER, David V. (org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Vol II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 31 e 32.

¹⁴⁷ DINIZ, Eli. *Máquina Política e Oposição*. *op. cit.* p. 30.

¹⁴⁸ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil; DIAS, Maria Tereza Ramos. *As Eleições Parlamentares de 1978 no Rio de Janeiro... op. cit.* p. 9, 11, 19.

DINIZ, Eli. *Máquina Política e Oposição*. *op. cit.* p. 28, 30, 31.

¹⁴⁹ MOTTA, Marly Silva da. *Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara*. *História Oral*, São Paulo, nº 3, p.91-108, jun. 2000. p. 3.

¹⁵⁰ SARMENTO, Carlos Eduardo. *Política e administração pública em tempos de exceção: a máquina chaguista no governo da Guanabara*. In: MOTTA, Marly Silva da; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 220

¹⁵¹ SARMENTO, Carlos Eduardo. *Política e administração pública em tempos de exceção*. *op. cit.* p. 219 e 220.

Tendo posse de jornais cariocas de grande circulação, como *O Dia* e *A Notícia*,¹⁵² Chagas Freitas conseguia interferir e influenciar na opinião pública local. De acordo com Libânia Xavier e Vilma Keller, por não ter posições contrárias ao governo federal, ganhou simpatia nos círculos militares, sendo o único governador do MDB eleito no sistema indireto de votos.¹⁵³ Ao mesmo tempo em que era próximo do governo, crescia no MDB uma insatisfação com a política chaguista. Os autênticos do Rio de Janeiro eram grandes críticos de Chagas Freitas.¹⁵⁴

Em abril de 1975, o deputado federal J. G. de Araújo Jorge apresentou um requerimento apoiado por 82 colegas de bancada pedindo a expulsão do ex-governador do MDB em virtude das irregularidades cometidas por ele durante a campanha eleitoral do ano anterior.¹⁵⁵

Como na citação acima, ele era acusado de usar de meios ilegais em suas práticas políticas, o que pode ter contribuído ao desgaste de sua imagem junto aos companheiros partidários, que levou ao pedido de expulsão do partido. Pelas tensas relações entre chaguistas e “amarelistas” – antichaguistas, referência a Ernani Amaral Peixoto –, Chagas Freitas pediu desligamento do partido em maio de 1975, porém retornando à legenda em 1977, com a pacificação entre os grupos emedebistas no estado.¹⁵⁶

Assim sendo, ao observar e analisar o MDB em sua heterogeneidade é importante compreender essas diferenças entre as tendências dentro do MDB para poder analisar suas ações oposicionistas após a vitória eleitoral de 1974. Pode-se identificar três distintos agrupamentos de tendências políticas: adesistas, moderados e autênticos, porém apenas os dois últimos entendidos como praticantes de uma clara oposição à ditadura. Essas diferentes formas de como cada político se comportou ao cumprir sua posição de oposição está expresso dentro daquilo que político acredita e que foi manifestado no partido pelo surgimento desses diferentes grupos que existiam no MDB.

Em suma, compreendemos que o MDB surgiu de um contexto autoritário e impositivo. Na dissolução dos partidos existentes até 1965, os artifícios legais criados pela ditadura

¹⁵² DINIZ, Eli. *Máquina Política e Oposição*. *op. cit.* p.30.

¹⁵³ KELLER, Vilma; XAVIER, Libânia. *ANTONIO DE PADUA CHAGAS FREITAS*. *op. cit.*

¹⁵⁴ KELLER, Vilma; XAVIER, Libânia. *ANTONIO DE PADUA CHAGAS FREITAS*. *op. cit.*

¹⁵⁵ KELLER, Vilma; XAVIER, Libânia. *ANTONIO DE PADUA CHAGAS FREITAS*. *op. cit.*

¹⁵⁶ KELLER, Vilma; XAVIER, Libânia. *ANTONIO DE PADUA CHAGAS FREITAS*. *op. cit.*

impossibilitaram a livre associação e rearticulação dos agentes políticos daquele período. Dessa forma, essa sigla de oposição foi composta por diferentes posicionamentos políticos, que se tornaram evidentes na identificação e distinção de grupos internos. Esse partido, então, não se formou de uma maneira orgânica entre seus pares, ou seja, não havia um projeto de governo desenhado que unificasse o grupo em um mesmo propósito ou mesma linha de ação.

Assim, apesar dos esforços da direção partidária em criar uma linha de atuação comum para os políticos da sigla, principalmente com as reformulações desenvolvidas durante o início da década de 1970, e na mediação entre os conflitos surgidos entre as frações existentes no interior do grupo, era evidente as cisões que dividiam o partido de oposição, em que se conflitavam os diferentes posicionamentos e entendimentos de como atuar como opositores ao governo. Dessa forma, a organização interna do partido funcionava mais como uma frente parlamentar no Congresso que se opunha de várias maneiras ao regime, do que um grupo coeso em torno de um mesmo propósito.

Capítulo II

Eleições legislativas de 1974: campanha e vitória oposicionista em nível federal

“Surpreendente” foi o adjetivo usado por muitos contemporâneos e também pesquisadores ao se referirem às eleições legislativas ocorridas em 15 de novembro de 1974. Dados os pleitos de anos anteriores, cujos índices de votação no MDB eram baixos, o grupo de oposição parecia não constituir uma ameaça eleitoral ao partido da situação, a Arena. Este partido, junto ao governo, acreditava na certeza da continuidade da vitória eleitoral sobre o grupo antagônico.

Porém, o pleito legislativo de 1974 mostrou-se inesperado, dados os rumos que o bipartidarismo seguia até ali. Com a possibilidade de campanhas em ambiente com maiores liberdades, diferentemente dos períodos anteriores, bem como com o cenário interno e internacional em crise, provocando na nação diversos problemas sociais, como a grande concentração de renda derivada do “milagre” econômico, o MDB soube se planejar e realizar com êxito uma incisiva campanha com aspecto mais presente de oposição, criticando não só a falta de democracia, mas os problemas econômicos-sociais, o que possibilitou a aproximação do eleitorado, mudando os rumos da eleição e do quadro político de então.

Assim, nesse capítulo buscamos questionar como a reorganização partidária e as diferenças existentes dentro do partido contribuíram para a vitória eleitoral do MDB em 1974. Para isso, comparamos esse pleito com outros ocorridos anteriormente. Analisamos o contexto e o desenvolvimento das campanhas eleitorais para os pleitos indireto para presidência da República e as eleições diretas para a composição do poder legislativo entre 1973 e 1974, com ênfase no nível federal, bem como interpretando a reação do MDB e do governo frente à vitória do partido de oposição.

Usamos como principais fontes para essa análise jornais de grande circulação do período, principalmente do eixo Rio-São Paulo, como Jornal do Brasil, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e a revista Veja. Também utilizamos como fontes os dados eleitorais presentes no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Câmara dos Deputados e Senado, além de discursos dos políticos da época.

2.1 Eleições anteriores à campanha eleitoral de 1974

A organização de um sistema político bipartidário, entre outras finalidades, colaborava para a legitimação do regime ditatorial. As cassações iniciais criadas pelo governo, por meio dos AI-1 e AI-2, contribuíram para retirar do cenário político muitas personalidades opositoras. Ainda assim, manter um partido de oposição servia ao propósito da manutenção da imagem pública que a ditadura pretendia junto aos seus aliados liberais. Nas palavras de Marcos Napolitano:

O autoritarismo implantando em 1964, apoiado pela coalização civil militar que reunia liberais e autoritários, tinha dois objetivos políticos básicos.

O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista [...]. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados para tal fim.

[...]

O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês.

[...]

A relativa liberdade de expressão que existiu entre 1964 e 1968 explica-se menos pelo caráter “envergonhado” da ditadura e mais pela base social do golpe de Estado e pela natureza do próprio regime por ele implantando. [Teve] forte apoio nas classes médias e produto de uma conspiração que envolveu setores liberais (ancorados na imprensa e nos partidos conservadores) [...].¹⁵⁷

Dessa forma, o MDB tinha como função desejável, de oposição consentida pela ditadura militar, validar as ações do governo ditatorial. Na medida em que o governo precisava do apoio de setores liberais, não era atrativo efetivar uma ditadura evidente. Dessa forma, a constituição do bipartidarismo assistia aos interesses do governo, desde que o grupo de oposição pudesse ser controlado.

Nesse cenário, o MDB encontrou dificuldades em se estruturar no contexto político-eleitoral. Dentre outros motivos, havia os Atos Institucionais e outras medidas restritivas que criaram cenários propícios ao controle do governo, como eleições indiretas nas capitais e para os executivos estaduais e federais, além dos expurgos políticos. O grupo de oposição também encontrava empecilhos para chegar ao seu eleitor. Para além da dificuldade de atuar em diversas

¹⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. op. cit. p. 70 e 71. [Grifo nosso].

localidades com a construção de diretórios municipais, o partido ainda enfrentava alguns impedimentos de usar os meios de comunicação, como transmissões de sua plataforma de governo e dos discursos de seus políticos durante as campanhas eleitorais devido à “censura à imprensa, rádio e televisão [...]”¹⁵⁸, como demonstrado por Maria D’Alva Kinzo. Cabe ainda destacar a heterogeneidade partidária e de interesses que compunha o partido, que contribuía para dificultar a formação de unidade e coesão de atuação partidária, corroborando para a imagem de uma oposição sem força que representasse os grupos contrários à ditadura. Dessa maneira, é possível analisar que nas primeiras eleições o MDB não tenha conseguido estruturar suas campanhas nem mesmo passar a imagem de legítima sigla que representasse a oposição ao regime militar, principalmente após os efeitos do AI-5.

Analisando os dados eleitorais das duas primeiras eleições diretas para a composição do poder legislativo federal, desde a vigência do bipartidarismo, em 1966 e em 1970, é possível notar uma baixa representatividade alcançada pelo MDB em ambas às eleições. Entretanto, para a oposição foi marcante o pleito de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Este era o segundo pleito geral ocorrido para composição dos poderes legislativos federais e estaduais desde a formação do bipartidarismo. Mas, para o partido de oposição, esse ano marcou uma importante derrota eleitoral nas urnas, sendo evidentes os expressivos votos brancos e nulos.

Tabela 2.1 - Dados comparativos entre votos no MDB e votos brancos e nulos nas eleições legislativas de 1966:

	Senado Federal	Câmara dos Deputados
Total de votantes no MDB (%)	5.911.361 (34,24%)	4.915.470 (28,43%)
Total de votantes da Arena (%)	7.719.382 (44,72)	8.731.638 (50,51%)
Total de votos nulos (%)	1.614.276 (9,35%)	1.176.925 (6,81%)
Total de votos Branco (%)	2.014.579 (11,67%)	2.461.523 (14,24%)
Total de eleitos pelo MDB	4	132
Total de eleitos pela Arena	18	277

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966*. v. 8. Brasília: 1971. p. 19 a 27.

¹⁵⁸ KINZO, Maria d’Alva G. *Oposição e autoritarismo*. op. cit. p. 135.

Tabela 2.2 - Dados comparativos entre votos no MDB e votos brancos e nulos nas eleições legislativas de 1970:

	Senado Federal	Câmara dos Deputados
Total de votantes no MDB (%)	13.440.875 (28,60% ¹⁵⁹)	4.777.927 (21,29%)
Total de votantes da Arena (%)	20.524.470 (43,68%)	10.867.814 (48,44%)
Total de votos nulos (%)	2.821.306 (6,00%)	2.098.828 (9,35%)
Total de votos Branco (%)	10.199.841 (21,71%)	4.690.952 (20,91%)
Total de eleitos pelo MDB	6	87
Total de eleitos pela Arena	40	223

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais realizadas no Brasil em 1970*. v. 9. Brasília: 1973. p. 17 a 30.

Analisando inicialmente o número de eleitos para as casas legislativas federais, é possível perceber a clara derrota eleitoral do MDB em ambos os anos analisados. De acordo com a Constituição de 1966, em seu Capítulo IV que discorre sobre o poder legislativo, as aprovações de emendas bem como a criação de comissões de inquérito necessitavam de um terço das casas legislativas, porém o MDB não obteve esse quórum mínimo de representantes eleitos para o parlamento.

Já sobre a votação em brancos e nulos para formação do poder legislativo federal entre os anos de 1966 e 1970, é possível perceber um exponencial crescimento, principalmente, dos votos em branco. Analisando as tabelas 2.1 e 2.2, constata-se que em 1966 os votos brancos e nulos somavam pouco mais de 21% sobre o eleitorado para o Senado, saltando para mais de 27% em 1970. Quanto à Câmara dos Deputados, em 1966 os votos nulos e brancos representavam 21% do eleitorado, ultrapassando a margem de 30% em 1970.

A título de exemplo, se somadas as porcentagens de votos brancos e nulos para o Senado em 1966, chegando-se ao resultado de 21,03% sobre os votantes, percebe-se que ambos os votos

¹⁵⁹ Dado indisponível no documento oficial. Cálculo baseado no número total de votos nas eleições para o Senado Federal em 1970, cujo valor foi de 46.986.492 votos totais para 13.440.875 votos no MDB.

são inferiores ao alcançado somente na votação em branco do ano de 1970, que alcançou 21,71% sobre os votantes.

Prosseguindo a análise comparativa, no ano de 1970, o MDB obteve 28,6% dos votos sobre os votantes para o Senado e 21,29% para a Câmara dos Deputados. Contudo, somando-se a porcentagem sobre a votação de brancos e nulos para o Senado e Câmara dos Deputados, respectivamente, 27,71% e 30,26%, encontramos o problema enfrentado pelo MDB nesse pleito: seu número de votantes foi próximo ou superado pelos brancos e nulos. Assim, observou-se uma tendência de queda na votação do partido de oposição em relação ao ano de 1966.

Propomos ainda a comparação das expressões dos votos brancos e nulos no período anterior ao bipartidarismo. Nas últimas eleições antes do golpe civil-militar, em 1958 e 1962, para composição também do Senado e Câmara dos Deputados, percebemos a seguinte situação: em 1958 no Senado, os votos brancos e nulos somavam-se nas porcentagens de 16,32% e na Câmara em 9,15%.¹⁶⁰ Já no pleito em 1962, no Senado, atinge a marca de 30,16%, e na Câmara dos Deputados era de 17,73%.¹⁶¹ Dessa forma, podemos perceber que há uma tendência anterior à ditadura e ao bipartidarismo do crescimento dos votos brancos e nulos. Em 1970 não foi um evento isolado se comparado a outros processos eleitorais que já tinham acontecido. Entretanto, temos que compreender que na lógica do bipartidarismo, durante o regime autoritário, as eleições eram vistas pelos seus sujeitos históricos como um plebiscito. Para o governo, manter-se em maioria, principalmente por meio de eleições diretas, simbolizava de certa maneira apoio e legitimação à sua existência e atuação. Já para o MDB, em um sistema com dois partidos, perder as eleições, ainda mais sendo superado por votos brancos e nulos, fazia-lhes perder o sentido de existência enquanto sigla que representava a oposição.

A esse respeito, uma vasta produção historiográfica produziu um importante debate sobre as causas que culminaram na inexpressiva atuação política e representação do MDB enquanto oposição, bem como a subida dos votos brancos e nulos em 1970, que entre elas destacam-se o autoritarismo, na figura do AI-5, as cassações políticas, a campanha pelos votos brancos e nulos e o “milagre” econômico.

¹⁶⁰ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958, e em confronto com anteriores*. v. 4. Brasília: 1961. p. 21 e 34.

¹⁶¹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores*. v.6. Brasília: 1964. p. 23 e 36.

Maria d'Alva Kinzo aponta que anteriormente a 1968, o MDB atuava combativamente no Congresso Nacional. Porém, nesse mesmo ano, culminando com o “caso Moreira Alves”, estourou a crise política que levou à implantação, por parte do governo, do quinto Ato Institucional¹⁶². Vale lembrar que o ano de 1968 foi marcado por diversas manifestações estudantis em um contexto de movimento internacional.¹⁶³ No Brasil não foi diferente.

O ano de 1968 ficou marcado como um grande momento de mobilização social de protesto contra o autoritarismo. De fato, ele teve esse caráter, com as grandes passeatas, protestos de rua e choques entre manifestantes populares e polícia. [...]. A grande mobilização de 1968 deve ser entendida como a explosão de um descontentamento que vinha-se acumulando desde algum tempo.¹⁶⁴

A mobilização popular ocorrida em 1968 fez com que os militares, principalmente os pertencentes aos preceitos da chamada “linha dura”, exercessem forte pressão sobre o governo Costa e Silva para que houvesse controle da situação.¹⁶⁵ Com esse ato de força, o governo passou a deter prerrogativas que aumentaram seu poder. Por meio do AI-5, Costa e Silva decretou recesso ao Congresso Nacional e de algumas Assembleias estaduais¹⁶⁶. O golpe mais duro ao partido de oposição, entretanto, veio com as ondas de cassações. Entre dezembro de 1968 e abril de 1969, foram cassados 98 políticos apenas na Câmara dos Deputados, sendo 65 eleitos pelo MDB¹⁶⁷. Nas palavras de Rodrigo Patto Sá Motta,

Praticamente todos os parlamentares mais combativos, mais agressivamente oposicionistas, foram cassados. [...] Portanto, quando o Congresso foi reaberto, em 1969, o partido de oposição voltou desfalcado das suas melhores e mais representativas lideranças. Todos aqueles deputados que se bateram para tornar o partido mais representativo do ponto de vista social, que se empenharam pessoalmente em estabelecer vínculos mais sólidos com os grupos sociais, foram anulados politicamente. Assim, o debate político desapareceu do Parlamento entre 1969 e 1970, não apenas por medo daqueles que ‘sobreviveram’ ao AI-5, mas também porque faltavam lideranças mais agressivas¹⁶⁸.

¹⁶² KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 108 e 109; 116-118.

¹⁶³ SKIDMORE. *Brasil. op.cit.* p. 161.

¹⁶⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. op. cit.* p. 100 e 101.

¹⁶⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. op. cit.* p. 162 e 163.

¹⁶⁶ Por meio do Ato Complementar nº 47, de 7 de fevereiro de 1969, ficavam fechadas as Assembleias Legislativas dos Estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe.

¹⁶⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PARLAMENTO MUTILADO: DEPUTADOS FEDERAIS CASSADOS PELA DITADURA DE 1964*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012. Págs. 99 a 170. Disponível em: file:///C:/Users/Tamires/Downloads/parlamento_mutilado_bithiah&rabat.pdf. Acesso em: 23 de março de 2018.

¹⁶⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. op. cit.* p. 134.

Compartilhando em parte com a leitura de Kinzo, Motta entende que o AI-5 desarticulou as ações combativas do partido de oposição ao retirar-lhe suas principais vozes no Congresso. Para ambos os autores, o MDB apresentava um tom mais aguerrido antes de 1968. Após o recrudescimento do governo ao final desse ano, o discurso emedebista tomou novas formas, agora mais comedido, não apenas pelos expurgos, mas também pela maior influência exercida pelo grupo moderado sobre o partido nesse período¹⁶⁹. Esse posicionamento da oposição pode, segundo esses autores, ser uma das principais causas da derrota de 1970.

O comportamento excessivamente conformista do MDB foi certamente um dos fatores que contribuíram para sua derrota fragorosa nas eleições de 1970. [...] O fato de o MDB não ter dado mostras de autêntica oposição em 1970, além de sua cautelosa campanha eleitoral, contribuíram para o descrédito da imagem do partido junto ao eleitorado¹⁷⁰.

Ou seja, além censura¹⁷¹, da constante ameaça de perseguição política, como já explícito nas cassações de 1968 e 1969, bem como as realizadas às vésperas das eleições de 1970,¹⁷² a própria desmobilização do partido oposicionista contribuiu para uma enfadonha campanha, que não foi capaz de representar a oposição, atraindo os diferentes grupos opositores ao governo ditatorial. Esse fato é importante para compreender a atração que a campanha pela anulação de votos promovida por setores de esquerda teve sobre o eleitorado descontente¹⁷³.

Percebe-se, claramente, que a redução do voto no MDB foi acompanhada pelo crescimento dos votos nulos e brancos. Na verdade, os resultados negativos do partido da oposição não implicaram ganhos para a ARENA. O MDB perdeu votos para a campanha do voto nulo, mais intensa do que nunca nas eleições de 1970. O crescimento percentual de votos nulos e brancos corresponde aproximadamente à perda sofrida pelo MDB. Esses resultados demonstram o grau a que chegou o descrédito da população em relação às instituições políticas no imediato pós-AI-5.¹⁷⁴

¹⁶⁹ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 129.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. op. cit.* p. 135.

¹⁷⁰ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 133 e 134.

¹⁷¹ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 135.

¹⁷² Thomas Skidmore apresenta em sua obra a "Operação Gaiola" que prendeu diversas pessoas suspeitas, inclusive políticos, no início de novembro de 1970. Ver em: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo. op.cit.* p. 228 e 229.

¹⁷³ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 134.

¹⁷⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. op. cit.* p. 137.

O MDB, apesar de legalmente ser o grupo que representava a oposição ao regime, não passava a legitimidade de atuação que fosse capaz ser atraente eleitoralmente. Sendo assim, a campanha informal pelos votos brancos e nulos foi, até certa medida, pouco mais cativante em 1970 do que a própria sigla oposicionista. Mais do que atender ao movimento das esquerdas, para Jacob Gorender esse evento significou a “desorientação e indiferença por parte do eleitorado atrasado e de repúdio à ditadura militar por parte do eleitorado politizado”.¹⁷⁵ Muitas vezes votar no MDB poderia representar validar o sistema imposto pelo governo, visto que até aquele momento o partido vinha com uma imagem desmobilizadora e conciliatória com o governo, por efeitos do AI-5.

Se a conjuntura em 1970 era para o MDB, o governo gozava de melhores condições. Para seu partido político, a Arena,¹⁷⁶ essas eleições não marcaram muitas mudanças. Assim, o regime continuava na liderança e na maioria absoluta das casas legislativas federais, por meio da representação arenista, dispondo também de uma vantagem na área econômica, o “milagre”.

Para contrabalançar as medidas repressivas contra a oposição, o regime mostrava ao eleitorado as altas taxas de crescimento econômico geradas pelo assim chamado “milagre brasileiro”. A propaganda do governo, maciçamente intensificada durante a campanha eleitoral através do rádio e da televisão, mostrava os feitos da Revolução e apresentava uma imagem do presidente Médici como grande empreendedor, que faria do Brasil uma futura Grande Potência.¹⁷⁷

O fato é que o “milagre” atraía eleitores com seus surpreendentes índices de crescimento econômico, bem como com seus efeitos. Entretanto, é importante destacar que isso não foi o suficiente para encantar a todos. A proporção dos votos de protesto e a consequente derrota do MDB nesse pleito provocaram surpresas tanto nos emedebistas quanto no governo.

Foi diante desse cenário que o MDB se pôs a repensar sua existência e atuação oposicionista. Nesse processo, os autênticos tiveram grande importância para contribuir com uma atuação mais ousada ao partido, trazendo junto uma visão mais próxima do partido como oposição. Foram os responsáveis pela elaboração do projeto da anticandidatura para as eleições

¹⁷⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 195.

¹⁷⁶ O partido do governo, a Arena, apesar de obter expressiva votação nos primeiros anos do bipartidarismo, não estava exatamente no poder. Isso porque os militares controlavam as principais decisões. Havia uma clara distinção entre governo e Arena. Ver: GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*. op. cit.

¹⁷⁷ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo*. op. cit. p. 135.

indiretas para presidência em 1974. Pode-se dizer que esse foi o passo inicial para as campanhas para as eleições legislativas em novembro de 1974.

A anticandidatura foi uma campanha, não com vistas à concorrência de fato pela eleição de um presidente pelo MDB, mas sim como um ato de denúncia ao sistema antidemocrático das eleições indiretas, que não se destinava à disputa eleitoral, mas apenas legitimar o candidato já escolhido pelo governo militar.

Imagem 2.1- Geisel é anunciado como novo "candidato" a presidência.



Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, nº 72, 19/06/1973. Matéria de capa.

Ao título de uma notícia fornecida pelo *Jornal do Brasil* em 19 de junho de 1973, conforme apresentada na imagem 2.1, seu conteúdo não anuncia a escolha de candidato do governo, mas sim o “futuro” presidente do Brasil. Na capa do jornal, em destaque, aparece a chamada com o título “Ernesto Geisel sucederá Médici”. O jornal não coloca em hipótese ou dúvida a sua eleição, mas a confirma por meio do verbo “sucederá”, passando a certeza do que ocorrerá nas eleições. Na matéria que se segue ao título é possível observar que o jornal afirma: “O General Ernesto Geisel, atual presidente da Petrobrás, será o futuro Presidente da República [...] O futuro Chefe do Governo será o 23.º Presidente [...]”.¹⁷⁸ Era assim o sistema indireto eleitoral, com um colégio eleitoral controlado pelo governo, através da Arena.

É essa certeza de escolha do Colégio Eleitoral, formado por maioria arenista, que provocou a reação emedebista à anticandidatura, em meio ao processo de transformação de postura partidária. Via-se como necessário fazer o papel de oposição, e para essas eleições escolheram a denúncia do sistema não democrático de eleições presidenciais.

Na IV Convenção Nacional do MDB, ocorrida em 21 de setembro de 1973, Ulysses Guimarães discursou ao confirmar seu nome para concorrer às eleições. Com o discurso

¹⁷⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, nº 72, 19/06/1973. Matéria de capa.

intitulado de “Navegar é preciso. Viver não é preciso”,¹⁷⁹ Ulysses demonstrava o que era a anticandidatura, como ela seria feita e qual seu objetivo.

O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira.

Na situação, *o anunciado como candidato em verdade é o presidente*, não aguarda a eleição e sim a posse.

Na oposição, também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. A 15 de janeiro próximo, com o apelido de “eleição”, o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação na qual senadores, deputados federais e estaduais da agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade.

[...]

A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a nação e perante o mundo que *o sistema não é democrático* [...].

Não é o candidato que vai recorrer o país. É o *anticandidato*, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5 [...].

Não como campanha, pois isto equivaleria a tola viagem rumo ao impossível, a peregrinação da oposição pelo país perseguirá tríplice objetivo:

I – Exercer sem temor e sem provocação sua função institucional de crítica e fiscalização ao governo e ao sistema, clamando pela eliminação dos instrumentos e da legislação discricionários, com prioridade urgente e absoluta a revogação do AI-5 e a reforma da Carta Constitucional em vigor.

II – Doutrinar com o programa partidário, unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conscientizando o povo sobre seu conteúdo político, social, econômico, educacional, nacionalista, desenvolvimentista com liberdade e justiça social, o qual será realidade assim que o Movimento Democrático Brasileiro for governo, pelo sufrágio livre e sem intermediários do povo.

III – *Concitar os eleitores, frustrados pela interdição, a 15 de janeiro de 1974, de eleger o presidente e o vice-presidente da República, para que a 15 de novembro do mesmo ano elejam senadores, deputados federais e estaduais da oposição*, etapa fundamental para atuação e decisões parlamentares que conquistarão a normalidade democrática, inclusive número para propor emendas e reforma da Carta Constitucional de 1969 e a instalação de comissões parlamentares de inquérito, de cuja ação investigatória e moralizadora a presente legislatura se encontra jejuna e a atual administração imune, pela facciosa intolerância da maioria situacionista.

[...]

É inócua a prerrogativa que faculta falar em Brasília, não podendo ser escutado no Brasil, porquanto *a censura à imprensa, ao rádio e à televisão venda os olhos e tapa os ouvidos do povo*.

[...]

É axiomático, para finalizar, que sem liberdade de comunicação não há, em sua inteireza, oposição, muito menos partido de oposição.

[...]

¹⁷⁹ GUTEMBERG; Luiz. *Ulysses Guimarães*. Perfis Parlamentares. nº 66. 2ª ed. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012. p. 207 a 213.

Enfatize-se que desenvolvimento não é silo monumental e desumano, montado para guardar e exibir a mitologia ou *o folclore do Produto Interno Bruto, inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares.*

[...]

A oposição dará à próxima administração a mais alta, leal e eficiente das colaborações: a crítica e a fiscalização.

[...] ¹⁸⁰

O início desse célebre discurso, transcrito aqui em trechos, é marcado pela denúncia da fraude das eleições indiretas, visto que não haveria uma escolha, mas a confirmação do já eleito futuro presidente. Sobre a campanha, afirma que se trata de demonstrar o autoritarismo imposto através do AI-5 conjuntamente com a censura que retira o poder dos cidadãos de atuarem decisivamente nas escolhas de seus representantes, bem como mutilam a atuação da oposição. Ao final do discurso, frisa-se o problema gerado pelo “milagre econômico”: a má redistribuição de renda, que para poucos gera muitos recursos, mas provoca falta a tantos brasileiros que não usufruem dos efeitos do rápido crescimento econômico. Esse aspecto inclusive será um dos principais temas das campanhas emedebistas ao legislativo em novembro de 1974.

No que tange aos objetivos da anticandidatura, Ulysses pontua três norteadores: o primeiro é o MDB assumir sua posição de oposição, fiscalizando e criticando, quando necessário o governo; em segundo cabe levar a informação à população sobre os programas do MDB; e terceiro suscita a população insatisfeita a votar no MDB nas eleições legislativas e diretas que ocorreriam em 15 de novembro de 1974.¹⁸¹ Então, percorrendo o Brasil denunciando o sistema autoritário, a falta de democracia e seu próprio programa, os anticandidatos aproximavam-se dos eleitores e, assim, preparavam as bases e caminhos para o pleito direto que se seguiria à eleição presidencial¹⁸².

Com as bases lançadas e a esperada homologação da eleição de Ernesto Geisel sob a insígnia da distensão política, a preocupação do governo em 1974 girava em torno das eleições legislativas, que se dariam de forma direta. Para isso, o MDB contou com a organização de um manual de campanha. Esse documento “servia de guia básico para os candidatos”,¹⁸³ visto que nele continha a plataforma eleitoral do MDB, além de contribuir para os discursos de seus políticos com argumentos sobre a realidade da situação sócio-econômica do Brasil. A Franco

¹⁸⁰ GUTEMBERG; Luiz. *Ulysses Guimarães. op. cit.* p. 207 a 213. [Grifos nossos].

¹⁸¹ GUTEMBERG; Luiz. *Ulysses Guimarães. op. cit.* p. 208.

¹⁸² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. op. cit.* p. 144.

¹⁸³ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 154.

Montoro coube a coordenação geral da campanha, sendo o manual elaborado por intelectuais ligados ao CEBRAP¹⁸⁴.

Sobre a situação econômica, o partido de oposição soube explorar muito bem o esgotamento do “milagre” brasileiro, bem como as sequelas sociais por ele causada, como a acentuação das desigualdades sociais¹⁸⁵. Um exemplo dessa abordagem pode ser vista em um *spot* produzido pelo partido para a televisão. Nessa curta propaganda, aparecem pessoas sendo entrevistadas, cujas respostas apontam para os problemas sociais vividos pelo povo, bem como indicam o MDB ser a solução para essa questão. Ao final, aparece Ulysses Guimarães que pronuncia a seguinte mensagem: “Vote por pão, saúde, educação. Vote pela democracia e por justiça social. Se você está descontente, seja coerente. Vote por você votando no MDB¹⁸⁶”.

O uso da televisão, como no exemplo acima citado, e também de outros meios de comunicação eficientes, como rádio, foi possível devido ao programa de distensão anunciado pelo governo Geisel no início de sua gestão.

A primeira campanha que eu considero - que eu me lembro - que foi uma campanha que teve uma eficiência maior no *marketing* político, foi a de 1974. Foi quando havia televisão, a televisão era liberada, mas não era da maneira como é hoje. Os partidos tinham *spots*, eles não tinham o programa eleitoral de 20 minutos ou meia hora [...].¹⁸⁷

Assim, é possível ver como o partido aproveitou da maior liberdade concedida ao governo para articular sua campanha em 1974. Souberam usar os espaços disponíveis, fazendo críticas incisivas aos problemas sócio-econômicos, aproximando-se dos seus eleitores como um partido capaz, sim, de fazer pressão e oposição ao governo dentro os espaços que lhes cabiam e eram permitidos. Trata-se de um panorama bem diferente do enfrentado em momentos eleitorais anteriores, principalmente no que diz respeito ao receio gerado pelo AI-5 e a moderação do partido que se seguiu a ele.

2.2 Condições socioeconômicas no início da década de 1970.

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ CARVALHO, Alessandra. *Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978*. Natal: ANPUH, 2013. p. 3.

¹⁸⁶ Ver em: Documentário *Arquitetos do Poder*. Direção de Vicente Ferraz e Alessandra Aldé, 2010. (15min.34seg. até 16min.)

¹⁸⁷ Fala de Paulo de Tarso, publicitário que por muitos anos produziu as campanhas eleitorais do PT, com a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Ver em: Documentário *Arquitetos do Poder*. Direção de Vicente Ferraz e Alessandra Aldé, 2010. (15min.10seg. até 15min.35seg.)

Desde finais da década de 1960, a economia brasileira apresentava um exponencial crescimento. Com Delfim Netto chefiando o Ministério da Fazenda, houve uma reorientação da política econômica, em crítica ao modelo adotado até então, o PAEG¹⁸⁸, cujo programa tinha um “excessivo foco no combate à inflação e pela elevação da carga tributária para as empresas [...]”¹⁸⁹. Dessa forma, o objetivo passava a ser o desenvolvimento econômico, “com a liberalização do crédito e verbas para investimentos e obras”¹⁹⁰.

Não à toa, o empresariado foi o segmento social mais beneficiado por esse novo modelo de desenvolvimento econômico. “Delfim representava a resposta à pressão dos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante e atendeu amplamente aos empresários brasileiros [...]”¹⁹¹. Mas além dessa nova postura política adotada a partir do governo Costa e Silva, esse crescimento e investimento do desenvolvimento econômico brasileiro, bem como a ascensão e beneficiamento da burguesia nacional foram possíveis também pelo contexto externo mundial.

Com a economia internacional crescendo rapidamente na década de 1960, esse período foi marcado pelas intensas operações cambiais que se transformaram:

[...] em um imenso negócio de empréstimos bancários internacionais em dólar para empresas transnacionais, governos e empresas públicas. Chamava-se euro-moedas aos depósitos em moedas estrangeiras, realizados nos grandes centros financeiros europeus. [...] A grande vantagem desses mercados europeus é que não eram controlados por autoridade alguma, nem as dos países em que estavam localizados (já que os depósitos eram em moeda estrangeira), nem sequer pelos Estados Unidos, o país que emitia a moeda mais negociada nesse mercado.¹⁹²

¹⁸⁸ Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG. Esse programa continha as diretrizes econômicas a serem adotadas no governo de Castelo Branco. Ver em: PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO. Verbetes. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-acao-economica-do-governo-paeg>. Acesso em: 27 de março de 2018.

¹⁸⁹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1998*. Niterói: Eduff, 2014. p. 339.

¹⁹⁰ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais. op. cit.* p. 340.

¹⁹¹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais. op. cit.* p. 339.

¹⁹² EARP, Fabio Sá; PRADO, Luiz Carlos. *O “MILAGRE” BRASILEIRO. CRESCIMENTO ACELERADO, INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM 1967-1973*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (orgs). *O Brasil Republicano*. vol. 4, *O tempo da ditadura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007 p. 217 e 218.

Então, com essa facilidade de obter esses empréstimos sem regulamentação ou limitações foi possível que nações em desenvolvimento atraíssem esse capital internacional, como o foi o caso brasileiro.¹⁹³

[...] as principais medidas que estimularam a captação da poupança externa ocorreram já nos governos Costa e Silva e Médici, quando a liberalização dos fluxos de capitais criou condições para que firmas brasileiras pudessem integrar-se ao rápido crescimento da oferta de crédito internacional. O aumento do financiamento externo, assim como as condições favoráveis ao aumento das exportações (o comércio mundial cresceu 7.4% ao ano entre 1961 e 1973) somaram-se para criar condições externas extremamente favoráveis para a retomada do crescimento econômico brasileiro.¹⁹⁴

Dessa forma, baseada no capital estrangeiro e nos investimentos na indústria, a economia do país se fortaleceu conseguindo bater uma taxa de crescimento de seu PIB superior aos 10% anuais, além do relativo controle da inflação¹⁹⁵. Tal acontecimento passou a ser denominado de o “milagre brasileiro”.¹⁹⁶ Isso foi motivo de muita euforia, muito bem capitaneada pelo governo Médici já no início da década de 1970.

O governo Médici foi bem conhecido pelos “anos de chumbo”, mas a marca do “milagre” econômico brasileiro também o fez ser o governo do ufanismo.¹⁹⁷ Os diversos *slogans* como “Brasil Grande”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Você constrói o Brasil”, “Ninguém segura este país”¹⁹⁸ criados pelo governo foram propagandas aparentemente capazes de desviar em partes o foco dos problemas como a repressão e legitimar as ações do governo baseados na “segurança e desenvolvimento”.¹⁹⁹

O já referido empresariado brasileiro beneficiava-se com as facilidades de crédito concedidas pelo governo como política de estímulo ao desenvolvimento econômico nacional,

¹⁹³ EARP, Fabio Sá; PRADO, Luiz Carlos. *O “MILAGRE” BRASILEIRO*. *op.cit.* p. 218.

¹⁹⁴ *Idem*.

¹⁹⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. 2ªed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 212.

¹⁹⁶ Termo era usado para caracterizar *boom* econômico de nações em rápido crescimento econômico, também empregado para o caso da Alemanha Ocidental e Japão. Ver em: ¹⁹⁶ EARP, Fabio Sá; PRADO, Luiz Carlos. *O “MILAGRE” BRASILEIRO*. *op.cit.* p. 219.

¹⁹⁷ Sobre o debate dos termos anos de chumbo e anos de ouro, ver: CORDEIRO, Janaina. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 2012.

¹⁹⁸ Ver *slogans* em: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. *op. cit.* p. 221.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. *op. cit.* p. 212.

¹⁹⁹CARVALHO, Alessandra. “Democracia e desenvolvimento” versus “Segurança e desenvolvimento”: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. Vol. 18. nº 48. Belo Horizonte: Varia História, 2012. p. 562.

principalmente o setor industrial.²⁰⁰ Mas não só a burguesia nacional foi favorecida. A classe média²⁰¹ também participou dos efeitos do “milagre” econômico, ampliando sua participação na sociedade de consumo. “As montadoras do ABC paulista haviam posto na rua 307 mil carros de passeio [...]. Os trabalhadores tinham em suas casas 4,58 milhões de aparelhos de televisão [...]. Um em cada dois brasileiros achava que o seu nível de vida estava melhorando [...].”²⁰² Isso foi possível graças a maior oferta de empregos derivada da expansão econômica.²⁰³

Mas o período de crescimento econômico dos finais da década de 1960 e início da década de 1970 era contraditório.

*Do AI-5 ao início da abertura (1969-74) [...]. É, por excelência, o tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos e das supostas mortes acidentais em tentativas de fuga. É também, para a classe média, o tempo de melhorar de vida. O aprofundamento do autoritarismo coincidiu com, e foi amparado por, um surto de expansão da economia – o festejado “milagre econômico” – que multiplicou as oportunidades de trabalho, permitiu a ascensão de amplos setores médios, lançou as bases de uma diversificada e moderna sociedade de consumo, e concentrou a renda a ponto de ampliar, em escala inédita no Brasil urbanizado, a distância entre o topo e a base da pirâmide social.*²⁰⁴

Assim, além da repressão amparada no AI-5, com forte censura, principalmente sobre os meios de comunicação, como jornais, o “milagre” econômico não alcançou a todos.

Apesar dos benefícios materiais alcançados, a forte repressão foi sentida por muitos profissionais liberais, o que se tornava contraditório para esses grupos o apoio ao regime, pela aversão causada pelas ações do governo.²⁰⁵ Como exemplos desses casos situam-se advogados de presos políticos, jornalistas e artistas. Essa elite intelectualizada sofria com perseguições e

²⁰⁰SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. op. cit. p. 276.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais*. op. cit. p. 340.

²⁰¹ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar*. In: Lilia Moritz Schwarcz (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. NOVAES, Fernando A. – coordenador-geral da coleção. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 320, 321.

²⁰² GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. op. cit. p. 213.

²⁰³ EARP, Fabio Sá; PRADO, Luiz Carlos. *O “MILAGRE” BRASILEIRO*. op.cit. p. 16.

²⁰⁴ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de arara*. op. cit. p. 332 e 333. [Grifo no original].

²⁰⁵ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de arara*. op. cit. p. 333.

com a censura imposta,²⁰⁶ levando muitos a oposição privada ou até mesmo a atuação em grupos de luta armada.²⁰⁷

No que se refere à distribuição de renda no “milagre” econômico, essa também não gerou benefícios iguais a todos. Se a classe média pôde usufruir de melhores oportunidades econômicas e empregatícias no período, o mesmo não ocorreu para os segmentos economicamente mais pobres da sociedade brasileira naquele período.

Apesar do sucesso dos números da produção e da acumulação de capitais, o crescimento do período 1967-1973 foi acompanhado do aumento da desigualdade econômica, da dependência tecnológica e dos preços. A produção se elevou sobretudo em bens de consumo acessíveis a estratos intermediários e elevados da sociedade, não atendendo na mesma medida às classes subalternas, que em geral não possuíam rendimento suficiente para comprar automóveis e eletrodomésticos [...]²⁰⁸.

Claramente, enquanto uma parcela da população participava dos ganhos econômicos, uma parte foi marginalizada pela própria estrutura criada pelo governo para promover o crescimento econômico²⁰⁹. A redistribuição da renda ocorreu de forma desequilibrada, tendendo à concentração de renda, ampliando as desigualdades sociais no Brasil. Como já visto, a taxa de emprego aumentou, mas a política salarial não acompanhava o progresso econômico. O salário mínimo real, apesar do aumento de valores em números totais, teve perda em seu poder aquisitivo entre 1967 a 1973, o que afetava diretamente as classes mais baixas²¹⁰.

Em suma, no período 1967-1973 a política salarial e a política de relações trabalhistas do governo tiveram como resultado uma contenção dos níveis de salário real, dentro do espírito de combate à inflação de custos da nova administração, favorecendo a acumulação de capital via manutenção de elevada taxa de lucro, e possibilitando uma política de remuneração seletiva para o pessoal de nível mais elevado.²¹¹

²⁰⁶ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de arara*. op. cit. p. 337 a 376.

²⁰⁷ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de arara*. op. cit. p. 338.

²⁰⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais*. op. cit. p. 340.

²⁰⁹ EARP, Fabio Sá; PRADO, Luiz Carlos. *O “MILAGRE” BRASILEIRO*. op.cit. p. 23.

²¹⁰ LAGO, Luís Aranha Correia do. *Milagre econômico brasileiro*. Verbetes. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/milagre-economico-brasileiro>. Acesso em: 27 de abril de 2018.

²¹¹ *Idem*.

Ou seja, ao mesmo tempo em que a política salarial prejudicava os estratos mais baixos que dependiam do salário mínimo, ela beneficiava principalmente a classe média que, em geral, possuía níveis de estudos mais elevados que lhes possibilitavam ter acesso a melhores cargos e salários, bem como a burguesia, que usufruía da concentração de renda para aumentar seus bens.

Mas somando-se a esses problemas, os primeiros anos da década de 1970 mostrariam os limites do “milagre” econômico. Se a economia mundial conheceu um grande crescimento na década de 1960, não se pode dizer o mesmo da década seguinte. Em finais de 1973, estourou uma crise de consequências mundiais: o choque do petróleo. Com a elevação dos preços dos barris de petróleo, “a liquidez do crédito logo se retraiu e pioraram as condições de financiamento [...]”²¹² O Brasil era altamente dependente de importações desse produto, sendo que mais de 80% de seu consumo de combustíveis fósseis provinha de compras no mercado externo.²¹³

A repercussão da crise de 1973 foi imediata na economia brasileira, por sua profunda dependência externa. O modelo de desenvolvimento [...] com financiamento estrangeiro entrou em crise, e a balança comercial, já deficitária no período do “milagre”, passou a ter elevados saldos negativos, em função dos gastos com importação de combustíveis e matérias-primas.²¹⁴

Dessa forma, com as altas no preço do petróleo, bem como nas taxas de juros cada vez mais altas sobre os empréstimos que o país continuava a contrair para manter aquele modelo de desenvolvimento, a dívida externa brasileira alcançou elevadas taxas sem precedentes na história política econômica da nação.²¹⁵ O ministério sob chefia de Delfim Netto negava-se a comprometer o padrão econômico que levou ao “milagre”, já nos finais do governo Médici²¹⁶. Resultado: Geisel assumiu o governo em março de 1974 com grandes dificuldades econômicas reportadas do período do “milagre”, não só pela crise do petróleo, mas também pelo próprio modelo assumido pelo governo anterior.

Principalmente quanto à inflação, Geisel, em entrevista ao CPDOC, afirmou:

²¹² CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais. op. cit.* p. 346.

²¹³ GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 251 e 253.

²¹⁴ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais. op. cit.* p. 347.

²¹⁵ GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada. op. cit.* p. 432 e 433.

²¹⁶ GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada. op. cit.* p. 255 e 257.

A inflação era oficialmente baixa, de 13 ou 14% ao ano, mas na realidade era mais alta. Quando assumimos o governo, logo nas primeiras semanas, Simonsen [Mário Henrique, o ministro da fazenda] levou um susto. Havia mandado verificar os preços na praça, e esses preços eram bem maiores do que os que figuravam nas pautas no final do governo Médici. A conclusão a que chegou foi desagradável: a inflação era medida pela tabela de preços do governo, e não pelos preços realmente praticados.²¹⁷

Ou seja, o que se descobriu foi que o governo Médici fraudava os índices inflacionários, o que recaía diretamente sobre as classes mais baixas que tinham seus salários corroídos pelos preços altíssimos de alimentos. Para sanar esse desequilíbrio, foi necessário ao governo Geisel que essa inflação fosse exposta e corrigida, fazendo com que chegasse ao índice de 34,5%²¹⁸. Essas dificuldades econômicas e os limites do “milagre” econômico pelo modelo dependente de desenvolvimento assumido pelo governo foram essenciais para a campanha oposicionista do MDB em 1974.

[...] o crescimento eleitoral emedebista teria resultado, também, da ação pública do partido e de sua capacidade de estabelecer conexões com o eleitorado. Ao cabo desse esforço, o MDB e muitos de seus membros fortaleceram seu capital político eleitoral como articuladores e propagadores de um discurso próprio sobre a realidade brasileira que, ao redefinir a ideia de desenvolvimento e colocá-lo como decorrência do restabelecimento do Estado de direito, contestou diretamente o projeto político-econômico governamental baseado no lema *Segurança e Desenvolvimento* e na ideia do *milagre econômico*. Ao mesmo tempo, esse processo legitimou-os como adversários reais da ditadura civil-militar [...].²¹⁹

Dessa maneira, a oposição soube utilizar dos problemas sócio-econômicos derivados do período do “milagre” econômico, atacando diretamente o projeto de desenvolvimento baseado na segurança executado pelo governo.

Em síntese, o ponto de partida dessa representação foi a denúncia das péssimas condições de vida dos setores populares – os *trabalhadores*, para os emedebistas – marcadas por baixos salários, desemprego, precariedade das moradias e dos sistemas públicos (saúde, educação, transporte, assistência). Esse cenário, segundo o discurso do MDB, seria a consequência direta do modelo econômico

²¹⁷ CASTRO, Celso; D’Araujo, Maria Celina (org). *Ernesto Geisel*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 291 e 292. [Grifo nosso].

²¹⁸ CASTRO, Celso; D’Araujo, Maria Celina (org). *Ernesto Geisel. op. cit.* p. 292.

²¹⁹ CARVALHO, Alessandra. “*Democracia e desenvolvimento*”... *op. cit.* p. 562. [Grifo no original].

implementado pelo regime ditatorial, que baseou no arrocho salarial e na concentração de renda. A argumentação do MDB era que o crescimento econômico ocorrido então, o tão propagandeado *milagre*, não poderia ser visto como um desenvolvimento real, mas somente crescimento, uma vez que não beneficiou, ao contrário, prejudicou os trabalhadores do país.²²⁰

O MDB junto dos intelectuais que contribuíram para a elaboração da campanha referente ao pleito de novembro de 1974 soube ouvir e sentir o contexto social daquele período. Os salários corroídos, o aprofundamento das desigualdades e a concentração de renda, bem como os diversos outros problemas enfrentados cotidianamente pelos setores mais populares marcaram os discursos dos candidatos da oposição. O “milagre” econômico do “Brasil Grande” foi o mesmo que sustentou a campanha política da oposição, ajudando-a a construir sua campanha eleitoral, que, em grande, parte foi responsável pela “vitória” emedebista sobre a Arena.

Sendo assim, dentre diversos fatores, a crise do “milagre” econômico, além dos seus próprios efeitos danosos, que afetou a qualidade de vida dos trabalhadores somado à repressão e à falta de liberdades políticas, aumentava a insatisfação popular em relação ao governo militar, principalmente nos grandes centros urbanos. Não obstante, os votos mais expressivos recebidos pelo MDB nas eleições em 1974 foram vindos de áreas urbanas.²²¹ Então, os sinais do fim “milagre” econômico, contribuíram, em um cenário maior, para minar o apoio à ditadura.

2.3 Os resultados eleitorais

Com o grande esforço eleitoral do MDB para o pleito de 15 de novembro de 1974, o partido de oposição esperava alcançar melhores resultados do que os obtidos em 1970. Já as expectativas pelo governo Geisel para essas eleições legislativas eram as mesmas esperadas de pleitos anteriores no período bipartidário de até então: a vitória do partido do governo, a Arena. Era esperado, sim, que o MDB tivesse um desempenho melhor que em 1970, mas não se imaginava que o pleito teria a proporção que teve.

²²⁰ CARVALHO, Alessandra. “*Democracia e desenvolvimento*”... *op. cit.* p. 566.

²²¹ LAMOUNIER, Bolívar. *Presidente Prudente: O Crescimento da Oposição num Reduto Arenista*. In: REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os partidos e o regime a lógica do processo eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 7.

Em previsões do Sistema Nacional de Informações (SNI), apesar de produzir alertas de que o MDB estaria se aproveitando das liberdades permitidas para contestar o regime durante as campanhas eleitorais e a Arena “fazendo uma ‘tênue defesa’ do governo²²²”, faziam previsões positivas ao regime acerca dos resultados esperados do pleito de 1974.

Tabela 4.3 - Previsão do SNI para composição da Câmara dos Deputados em 1974.

	Nº de deputados federais antes das eleições	Previsão de resultado feita pelo SNI	Resultado das eleições de 1974
Arena	223	238 a 265	204
MDB	87	99 a 126	160

Fonte: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (org). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 45.

É, então, possível analisar que as expectativas do governo era que a Arena continuasse sua supremacia no poder legislativo federal. Sobre essas eleições, teria Geisel, em conversa com o senador Luiz Viana Filho, expressado sua certeza: “Não é por vaidade minha, nem para me comparar com o Médici, mas no interesse da Revolução, a Arena não pode – já nem digo perder – mas baixar de votação”²²³.

Pelo MDB, havia a expectativa de aumentar na Câmara a representação para um terço de políticos do partido, com vistas a aumentar sua participação nessa casa legislativa, como com a prerrogativa de conseguirem criar Comissões de Inquérito Parlamentar (CPI's)²²⁴. Sobre as campanhas eleitorais, Franco Montoro afirmou: “está havendo uma verdadeira explosão popular em favor do MDB.”²²⁵

Em Brasília, os círculos políticos admitem, pela primeira vez, a vitória do MDB no pleito para o Senado em São Paulo, observando-se que será uma surpresa a reeleição do Senador Carvalho Pinto. Mas ninguém, na direção da Arena, acredita que o MDB possa, além do senador, eleger mais de 12 deputados federais.

²²² CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (org). *Dossiê Geisel*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 44.

²²³ GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada*. op. cit. p. 447.

²²⁴ Jornal do Brasil. Ano LXXXIV, nº 217, capa. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1974.

²²⁵ Jornal do Brasil. Ano LXXXIV, nº 217, 1º caderno, p.3. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1974.

Com a relação a outros Estados, comenta-se que a Arena e o MDB estão disputando a cadeira de senador no Acre, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Na Guanabara, é tida como certa a vitória do MDB, mas são esperadas surpresas em Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, nos quais o MDB está otimista.²²⁶

Assim, sobre a eleição do Senado, a ditadura já tinha quase certa sua vitória. Mesmo as cadeiras que ainda não tinham clara definição por qual partido seriam ocupadas, o governo tinha fortes expectativas de vitória. Pensavam que a oposição não alcançaria nem 12 das 22 cadeiras que estavam em disputa para a renovação de um terço do Senado. Um fato interessante foi uma matéria vinculada pelo *Estado de São Paulo*, em 7 de novembro de 1974. Com título, “Arena já se habitua ao êxito da oposição”, os arenistas viam a possibilidade de o MDB alcançar algumas importantes cadeiras, mas esse fato não era admitido pelo governo.²²⁷ O que se pode observar é uma aparente tentativa do governo em não influenciar negativamente os possíveis resultados a uma possível melhora eleitoral da oposição, ou simplesmente o desconhecimento ou até mesmo o desinteresse sobre o assunto.

Ainda sobre a percepção da Arena quanto às perspectivas eleitorais para o pleito direto de 1974, alguns políticos arenistas começaram acusar a possibilidade de o MDB vencer as eleições ao atraso do projeto de redemocratização do país.²²⁸ Essas falas também podem ser interpretadas como uma possível tentativa de frear o avanço da oposição, praticamente empreendendo uma campanha contrária.

Já em reportagem do jornal *O Globo*, próximo às eleições²²⁹, mostra-se a posição de outros políticos da Arena. Ganhou destaque a fala do político arenista Célio Borja, em que afirmou que “as eleições são livres e a Arena ganhará”. Na mesma página da reportagem, Virgílio Távora, político também arenista, chama Franco Montoro de “otimista incorrigível” diante ao entusiasmo, não só do político, como também do MDB pelos resultados de novembro 1974.

A imprensa, às vésperas da eleição, apontava que a derrota eleitoral emedebista pudesse ser bem menor do que nos pleitos anteriores – não se pretende supor uma vitória eleitoral da

²²⁶ Jornal do Brasil. Ano LXXXIV, nº 213, 1º caderno, p.3. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1974.

²²⁷ O Estado de São Paulo. Ano 95, nº 30.558. 1º caderno, p. 3. São Paulo, 7 de novembro de 1974.

²²⁸ O Estado de São Paulo. Ano 95, nº 30.558. 1º caderno, p. 5. São Paulo, 7 de novembro de 1974.

²²⁹ O Globo. Ano L. nº 15.015. p. 3. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1974.

oposição, mas demonstrar como ela poderia ampliar o número de eleitores. Em reportagem da *Veja* afirma-se que:

A princípio, parecia ter sido iniciada mais uma rotineira campanha destinada a consagrar uma outra vitória esmagadora da Arena – afinal, o grande partido governista dispõe de uma máquina burocrática muito mais poderosa que a da oposição. Algumas poucas semanas de pregação em busca dos votos necessários para eleger senadores, deputados federais e estaduais, no entanto, bastaram para revelar diferenças notáveis das duas experiências anteriores. Enquanto o gigantesco mecanismo arenista passava a exibir, em quase todos os Estados, as fumaças denunciadoras de insuperáveis emperramentos, o MDB embalava-se ao som de seus próprios trinados, agora enriquecidos com temas mais ao alcance do gosto popular, como a inflação e o custo de vida.

Livre do cantochão monocórdio que em outras eleições o fez rodopiar em torno de abstratas pregações institucionais, o partido da oposição parece de repente capaz de atrair os quase 30% de eleitores que nas outras vezes se recusaram a fazer uma escolha, preferindo o voto em branco.²³⁰

É, primeiramente, notório como a campanha do MDB foi essencial para mudar o mantido (des)equilíbrio entre os partidos até 1974. Com a aproximação junto ao eleitorado, o MDB pôde promover uma acirrada campanha contra o governo, elevando, dessa forma, as expectativas para o pleito que se aproximava. Mas nesse mesmo editorial e em editorial seguinte, reportagens mostram como ainda era indefinido o pleito em diversas regiões.²³¹

²³⁰ *Veja*, nº 322, pág. 28, Editora Abril, 6 de novembro de 1974.

²³¹ *Veja*, nº 322, pág. 28 a 33, Editora Abril, 6 de novembro de 1974.

Veja, nº 323, pág. 20, Editora Abril, 13 de novembro de 1974.

Imagem 2.2 - Prognóstico para eleições do Senado em 1974.

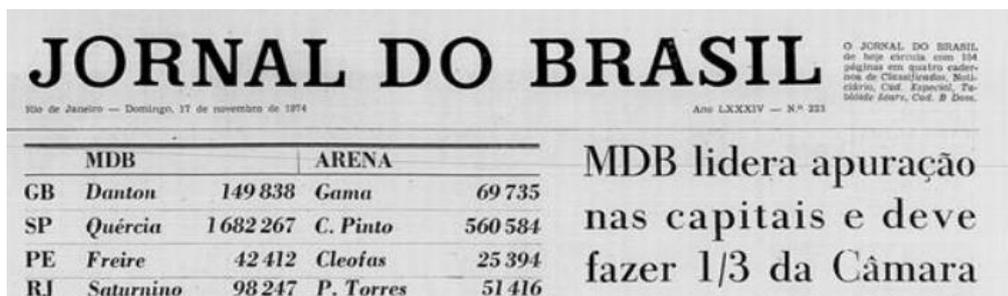


Fonte: Veja, nº 323, p. 20, Editora Abril, 13 de novembro de 1974.

Conforme imagem acima, dos representantes ao Senado por estado, apenas a Guanabara era tida como certa a vitória emedebista. Em outros seis estados, sendo eles Acre, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba, a disputa estava equilibrada entre Arena e MDB. Nos demais estados que estavam concorrendo a vagas no Senado naquele período, era tido como certo ou provável a eleição de arenistas aos cargos. Caso específico foi o Maranhão, onde o MDB não lançou candidato ao Senado, tida a vitória da Arena como já confirmada.

Essas posições demonstram um cenário incerto, em que as proposições da imprensa e também do governo, junto a alguns arenistas, acreditavam que o partido da situação manteriam a maioria no Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que o MDB empenhava-se e acreditava que conquistaria um número maior de eleitores, principalmente alcançando o um terço da Câmara dos Deputados. Entretanto, as expectativas de ambos foram superadas ao se

Imagem 2.4 - Capa do Jornal do Brasil sobre as apurações de votos das eleições de 15 de novembro de 1974.



Fonte: Jornal do Brasil, ano LXXXIV, nº 223, capa. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1974.

Em notícia de capa do jornal *Folha de São Paulo*, nos primeiros momentos de apuração dos votos, já era mostrado o MDB em vantagem nas eleições ao Senado com, naquele momento, vantagem em 17 estados, sendo a Arena liderança em apenas 5. Já o *Jornal do Brasil* destacou em sua capa a grande chance do partido de oposição conseguir o um terço da Câmara dos Deputados, como almejado pelo partido.

O término das apurações confirmou o cenário inesperado de antes das eleições e já supeitado no início do cômputo de votos: a oposição, além de aumentar seu eleitorado e sua representação no Senado e na Câmara dos Deputados, a qual conquistou o um terço esperado, promoveu uma simbólica vitória sobre o partido governista, a Arena.

Tabela 2.4 - Dados da eleição para a Câmara dos deputados em 15 de novembro de 1974.

	Câmara dos Deputados	
	MDB	Arena
Total de votos nas legendas	10.954.359	11.866.699
Representação partidária	161	203

Fonte: TSE. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974, v. 11, 1977. p.26.

Ao analisar a tabela 2.4 a respeito da composição da Câmara dos Deputados, é perceptível o crescimento eleitoral do MDB. Se em 1966 e 1970²³² esse partido de oposição

²³² Ver tabela 2.1 e 2.2.

conquistou menos de cinco milhões de votos, em 1974, superou a marca de dez milhões de votos em sua legenda, dobrando, assim, seus resultados obtidos nos pleitos anteriores. O mesmo não ocorreu com a Arena, que apresentou um tímido crescimento eleitoral entre o período de 1970²³³ e 1974, tendo recebido um pouco mais de um milhão de votos de diferença entre esses dois anos.²³⁴

O MDB superou a Arena nos estados do Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Amapá, Rondônia, mas a maior vitória nessa casa legislativa ocorreu no estado da Guanaraba, onde a votação na oposição foi o dobro da apresentada no partido do governo.

Quanto à ocupação das cadeiras na Câmara, constata-se que a Arena elegeu 203 deputados contra os 161 do MDB. Em números totais, o MDB continuou com menos cadeiras que a Arena, tendo em vista que a distribuição de cadeiras na Câmara ajudava quem tinha mais voto. Porém a vitória emedebista deu-se nessa casa legislativa pela eleição superior a um terço de seu quórum por emedebistas. Pela Constituição Federal de 1967, um terço das casas legislativas representava o poder de criar Comissões Parlamentar de Inquérito (CPI), convocar o Congresso Nacional de forma extraordinária, além de as aprovações de emendas constitucionais deverem ter a ratificação de um terço dos representantes dessas casas legislativas. Possuir esse efetivo dentro da Câmara ampliava o poder de ação da oposição em nível federal, dando, aparentemente, maiores possibilidades de desempenhar uma participação mais efetiva no governo.

Mas o inesperado ocorreu na votação para o Senado. Antes das eleições, o único estado certo da eleição de um emedebista era a Guanabara. O espanto veio quando os emedebistas conquistaram 16 das 22 cadeiras que renovariam um terço do Senado Federal para a nova legislatura a partir de 1975.

²³³ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais realizadas no Brasil em 1970*. v. 9. Brasília: 1973. p.25

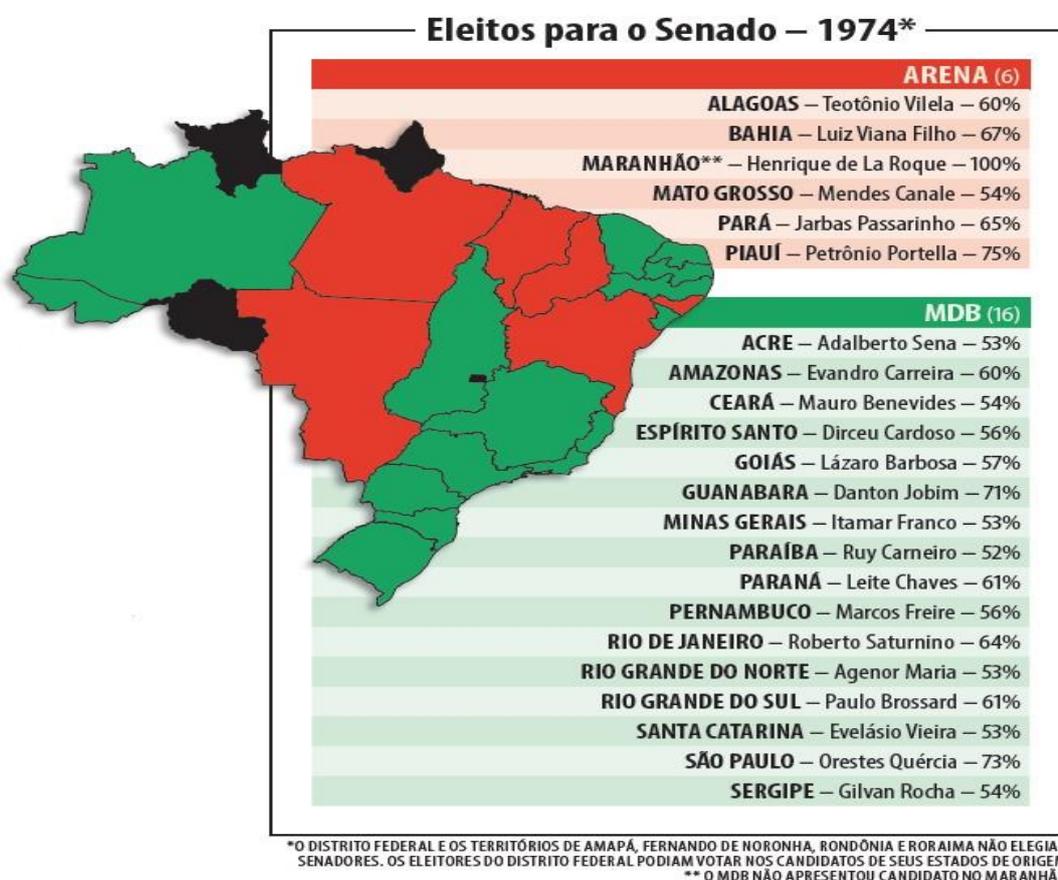
²³⁴ TSE. *Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974*, v. 11, 1977. p. 27.

Tabela 2.5 - Dados da eleição para o Senado federal em 15 de novembro de 1974.

	Senado Federal	
	MDB	Arena
Total de votos nas legendas	14.486.252 (49,98%)	10. 067.796 (34,73%)
Nº de cadeiras	16	6

Fonte: TSE. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974, v. 11, 1977. p.15.

Imagem 2.5 - Quadro representativo das eleições a senador por estado.



Fonte: Jornal do Senado. *Senado 74: A eleição que abalou a ditadura*. Ano XX, nº 4.207. p. 2. Brasília, 19 de novembro de 2014.

Conforme analisado na tabela 2.5, para a composição do Senado, apesar de o MDB não ter conseguido a maioria nessa casa legislativa por se tratar de uma renovação de parte desse poder, em números totais foi a primeira superação em eleições do partido de oposição sobre o partido governista. MDB bateu quase 50% dos votos contra os 34,73% recebidos pela Arena. Assim, é notável que, apesar de tomada como certa a vitória arenista em diversos estados e em

ourtos em que a disputada acontecia de forma acirrada, o pleito de 1974 reservou uma grande surpresa as expectativas que haviam sido geradas em relação a essas eleições.

Comparando, agora, o quadro da revista *Veja*²³⁵ com os resultados finais das eleições do Senado, é perceptível o espanto causado por esse pleito. A Arena era cotada como certa de vitória em sete estados: Mato Grosso, Pará, Santa Catarina, Piauí, Alagoas, Bahia e Maranhão, sendo este último pela não apresentação de candidato pela oposição. Desses estados, Santa Catarina elegeu um emedebista, contrastando com o esperado. A respeito dos estados em que havia maior probabilidade da Arena vencer segundo a *Veja*, como Amazonas, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe, todos elegeram senadores do MDB. Ainda sobre os estados em que ocorriam disputa acirrada, sendo eles Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Acre e Paraíba, também tiveram candidatos da oposição eleitos. Apenas o estado da Guanabara era acertado de vitória oposicionista, merecendo destaque, aqui nesta análise, juntamente com as votações no estado de São Paulo, visto que em ambos o partido de oposição alcançou suas maiores votações no Senado, superando o nível de 70%.

Além da análise da disputa eleitoral, outros fatores ainda devem ser observados, como crescimento eleitoral do MDB e queda nas abstenções e votos brancos e nulos.

Tabela 2.6 - Dados comparativos entre as eleições de 1970 e 1974.

Arena			MDB		
1970	1974	Diferença para + ou - em 1974	1970	1974	Diferença para + ou - em 1974
10.867.814	11.866.600	+ 998.786	4.777.927	10.954.359	+ 6.17.432

Fonte: TSE. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974, v. 11, 1977. p.28.

Antes de adentrar o mérito das legendas partidárias, deve-se observar que o número de votantes saltou de 22.435.521 em 1970 para 28.982.400 em 1974²³⁶. Nessa mesma proporção

²³⁵ Ver imagem 2.2.

²³⁶ TSE. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974, v. 11, 1977. p.192.

o número de abstenções caiu, sendo que em 1974 mais pessoas compareceram às urnas em um total de 80,94%, sendo 19,06% de abstenções, contra a taxa de 77,46% de comparecimento em 1970, quando a taxa de abstenção ultrapassou os 20%²³⁷, o que explica também o aumento do número de votantes, para além do crescimento do eleitorado no período.

Também os votos de protesto em brancos e nulos declinou. Se em 1970 a porcentagem de ambos os votos marcaram 27,7% no Senado e 30,3% na Câmara, em 1974 o cenário foi bem diferente. Para o Senado, os votos brancos e nulos somaram 6,6% e para a Câmara dos Deputados 21,26%.²³⁸

Assim, ao analisar essas informações, é notável o crescimento eleitoral obtido pelo MDB. Enquanto a Arena obteve um tímido crescimento inferior a um milhão de novos votos em sua legenda, o MDB superou um crescimento acima de seis milhões de novos votos em sua legenda. Esses dados contribuem para a interpretação de que além de atrair novos votantes, capitalizou os “votos de protesto”, ao empreender uma campanha mais incisiva, com mais porte de oposição que foi capaz de atrair os descontentes com o quadro político, econômico e social de então.

Ao final das apurações e constatada a vitória emedebista, várias discussões por parte do governo e também dos partidários da oposição buscaram compreender as circunstâncias desses resultados eleitorais, bem como as perspectivas do que seria esperado a partir de então.

Começando pela análise governista sobre o processo eleitoral de 1974, cabe relembrar que apesar da manutenção de um partido de oposição e alguns pleitos diretos, o bipartidarismo só servia aos interesses do governo, enquanto este pudesse controlar a oposição. Para além de um simples sistema bipartidário em que pode haver as alternâncias entre os grupos políticos no poder, no caso da ditadura brasileira o sistema funcionava mais para um partido predominante, no caso a Arena. Os mecanismos autoritários contribuía para esse controle. Assim, se antes das eleições jornais estampavam a euforia de Geisel com o clima das liberdades concedidas nas campanhas eleitorais,²³⁹ o governo mudou o tom. Sobre o uso dos meios de comunicação, Armando Falcão, ministro da Justiça, declarou:

²³⁷ TSE. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974, v. 11, 1977. p.193.

²³⁸ TSE. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974, v. 11, 1977. p. 16 e 25.

²³⁹ Jornal do Brasil, ano LXXXIV, nº 222. Rio de Janeiro, 16 de novembro 1974, p. 3.

Folha de São de São Paulo, ano LIV, nº 16.685. São Paulo, 16 de novembro de 1974, capa.

Arena é o partido do governo. O governo é dono real da televisão e do rádio, que apenas dá em concessão a particulares. Os próprios jornais, com raríssimas exceções, dependem do governo para viver e sobreviver. É mister utilizar essas armas incríveis com inteligência e habilidade. Foi um erro permitir o uso da televisão e do rádio na campanha eleitoral de 1974²⁴⁰.

A campanha eleitoral do MDB obteve tal importância sobre os resultados eleitorais, que, além da condenação do uso dos meios de comunicação para tal finalidade de cunho político, em 1º de julho 1976 foi sancionada a Lei nº 6.339, mais conhecida como Lei Falcão. A partir desse ano, estavam restritos os usos dos meios de comunicação com finalidade de campanha eleitoral. O teor dessa legislação resume-se ao inciso I, do artigo 1º: “na propaganda, os partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro dos candidatos na Justiça Eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, suas fotografias, podendo, ainda, anunciar o horário local dos comícios”.²⁴¹ Dessa maneira, pretendia-se podar qualquer oportunidade de a oposição empreender novas e incisivas campanhas como a 1974.

Além desse aspecto, o governo também compreendeu os votos como resultantes das insatisfações de cunho socio-econômico, assumindo caráter de protesto,²⁴² o que teria levado Geisel a fazer declarações internas que culpava o povo por não saber votar,²⁴³ inclusive em apreciações do SNI a mesma ideia surge sobre a ideia de os votos não serem esclarecidos e serem motivados por interesses particulares.²⁴⁴ Dissidências internas da Arena, bem como uma campanha pouco incisiva também foram compreendidas pelo governo como responsáveis por sua derrota.²⁴⁵

Também pela análise governista, a vitória emedebista foi considerada a partir do apoio recebido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).²⁴⁶ De fato, o PCB possuía como um de seus meios de luta a inserção no jogo político ao invés da luta armada, possuindo atuação junto ao MDB.²⁴⁷ O PCB já sofria perseguição política, porém esse fato deu ao governo Geisel munição para atacar o partido, investindo contra sua articulação, bem como promovendo cassações de políticos emedebistas acusados de receber o apoio comunista nas eleições de 1974.²⁴⁸ Desde de

²⁴⁰ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org). *Dôssiê Geisel. op cit.* p. 35.

²⁴¹ Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976. (Lei Falcão).

²⁴² GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada. op. cit.* p. 464 a 466.

²⁴³ GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada. op. cit.* p. 467 e 468.

²⁴⁴ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org). *Dôssiê Geisel. op cit.* p. 345.

²⁴⁵ GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada. op. cit.* p. 465.

²⁴⁶ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 165.

²⁴⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. op.cit.* p. 194.

²⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. op. cit.* p. 183.

1973, com a Operação Radar, o DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) foi responsável pela perseguição, tortura e desaparecimento de partidários do PCB.²⁴⁹ Assim, o governo também tentou, por meio do discurso anticomunista, deslegitimar a vitória eleitoral emedebista bem como a atuação da sigla de oposição, além de ampliar a perseguição ao PCB, enfatizando a repressão também ao MDB após 1974.

Enquanto o governo buscava compreender os resultados eleitorais, os emedebistas sentiram-se colhendo os frutos de sua empenhada campanha eleitoral. Ao se referir a essa preparação e à posterior vitória oposicionista nas urnas, Ulysses Guimarães declarou “quem sai na frente bebe água limpa”,²⁵⁰ em clara referência à anticandidatura e mesmo às campanhas para o pleito de 1974 terem se atentado aos problemas socio-econômicos e políticos, aproximando-se do eleitorado, o que foi essencial, segundo seus partidários, para capitalizar os votos.²⁵¹

O fato era que, a partir daquele momento, cisões ocorreriam de maneira mais forte sobre o governo no que diz respeito ao projeto de distensão. O governo gostaria de manter o controle da situação, mas o crescimento do MDB no Congresso e, principalmente, o quórum superior a um terço na Câmara dos Deputados dificultariam o projeto governista. Além, do crescimento parlamentar da oposição, o governo Geisel ainda tinha que lidar com as pressões feitas por grupos da direita radical.

Essa discussão já provinha do período de campanha eleitoral, em que partidários da Arena acusavam que uma possível vitória eleitoral da oposição poderia custar o retardamento desse projeto, enquanto a oposição acreditava ser uma ótima oportunidade do desenvolvimento democrático e mais participações e diálogos com o governo.²⁵²

Com a vitória efetiva do MDB ao poder legislativo, pelo governo, estaria em xeque o projeto de distensão.

²⁴⁹ MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Comunistas entram na mira da repressão*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunistas-entram-na-mira-da-repressao>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

²⁵⁰ *Veja*. Nº 324. São Paulo, 20 de novembro de 1974. p. 21.

²⁵¹ *Idem*.

Jornal do Brasil. Ano LXXXIV, nº 223. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1974, p. 3.

²⁵² Declaração de Franco Montoro em: *Jornal do Brasil*. Ano LXXXIV, nº 217. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1974, p.3.

A principal consequência do resultado eleitoral foi o sepultamento do projeto autônomo de distensão. Valendo-se da maioria de dois terços do Congresso, Geisel poderia reformar a Constituições como bem entendesse. Abrandaria alguns dispositivos do AI-5, criaria as salvaguardas que julgasse convenientes e iria em frente. Essa maioria estava perdida. Com 244 deputados e senadores, faltava agora ao governo 44 cadeiras. O MDB, com 186 congressistas, batera com folga a marca dos 144 votos necessários para bloquear projetos de alterações constitucionais. A lei da fidelidade partidária, criada para acorrentar a Arena ao Planalto, impedia que se fabricasse uma dissidência oposicionista²⁵³.

Enquanto a oposição esperava maior espaço para sua atuação no Congresso, Geisel e sua administração não estavam dispostos a permitir tal avanço da oposição que prejudicasse seus objetivos com a distensão. Buscando controlar o processo, o governo utilizou-se do AI-5 quando conveniente.²⁵⁴ Entretanto, tratava-se ainda de um regime de excessão, um governo de ditadura e usar esses recursos cabia perfeitamente aos interesses do próprio projeto de distensão. Os instrumentos de excessão eram imprecindíveis para o projeto do regime. Geisel havia se mostrado disposto a não abrir mão desses dispositivos arbitrários para realizar seu plano.

Sobre o uso do AI-5, Geisel afirmou em entrevista ao CPDOC:

Minha idéia, na verdade, era tanto quanto possível evitar o uso do AI-5. Mas aí se manifestou a falta de compreensão da oposição. Dei demonstrações, em discursos e em atos como esse do Francisco Pinto²⁵⁵, de querer normalizar a vida do país, acabar com a censura à imprensa etc. Eles consideraram isso uma fraqueza e resolveram passar ao ataque. Foi uma manobra imprópria — pelo menos assim considero. Com isso, me obrigaram a reagir. Há um princípio de que a toda ação corresponde uma reação equivalente e de sentido oposto. Se eu não reagisse, evidentemente meu poder iria se enfraquecendo, e aí uma série de projetos que eu pretendia realizar, inclusive a abertura, talvez se tornassem impossíveis.

[...]

Mas quero reafirmar que nesse problema [transição] a oposição não quis saber de diálogo e não facilitou minha ação. Pelo contrário. Criou dificuldades. A abertura talvez tenha demorado muito por isso. Se a oposição se tivesse conduzido de outro modo certamente a abertura se realizaria muito antes.

[...]

²⁵³ GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada. op. cit.* p. 471.

²⁵⁴ AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro. *Nas entrelinhas da distensão: a construção de memórias no arquivo pessoal de Ernesto Geisel*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2014. p. 69.

²⁵⁵ Deputado emedebista que fez duras críticas ao ditador do Chile, o general Augusto Pinochet. Foi cassado pelo AI-5. Ver: GUIMARÃES, Maria Beatriz Guimarães. MARQUES, Ana Amélia. *Francisco Pinto*. Verbetes, CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/francisco-jose-pinto-dos-santos>. Acesso em: 01 de abril de 2018.

De fato, eu não morria de amores por ele [AI-5]. Mas era um instrumento de que eu dispunha. Era preciso mostrar à oposição que, afinal de contas, havia poder. Que tinham que ser comedidos, porque eu tinha poder para reprimir²⁵⁶.

Para Geisel tratava-se de controlar a oposição e a radicalização de alguns setores da direita alinhados à “linha dura”. Não à toa, apesar de dizer não “morrer de amores” pelo AI-5, utilizou-o quando conveniente para promover ele mesmo o projeto da distensão. Se esperavam um dia normalizar a democracia, certamente não era naquele período, e não seria no seu governo, muito menos com a participação da oposição.

Sendo assim, as eleições diretas de 1974 mudaram o equilíbrio do bipartidarismo até aquele momento. O aceitável para o regime ditatorial era manter o partido do governo em predominância nas casas legislativas federais. Mas as conjunturas políticas, sociais e econômicas, além de fatores externos, contribuíram para aumentar a insatisfação popular. Somando-se à reestruturação do MDB no início da década de 1970 culminando com a campanha incisiva para o pleito em 1974, a sigla de oposição foi capaz de atrair votos de grupos opositores, superando os “votos de protetsto” em bracos e nulos.

Dessa forma, compete-nos, agora, empreender uma análise de como a oposição soube utilizar-se dos espaços conquistados por meio eleitoral, bem como foi sua atuação no Congresso Nacional. Buscamos com esse exame compreender os espaços utilizados pelo MDB, suas defesas enquanto oposição e a coerência e coesão partidárias.

²⁵⁶ CASTRO, Celso; D’Araujo, Maria Celina (org). *Ernesto Geisel. op. cit.* p.389 e 390. [Grifos nossos].

Capítulo III

A atuação emedebista no Congresso Federal

Neste capítulo buscamos traçar e compreender as principais discussões desenvolvidas e levadas pelos emedebistas no Congresso Nacional durante o governo Geisel (1974-1979). Com base nas discussões travadas nos dois capítulos anteriores, foi possível perceber se o MDB trabalhou ou não os pontos propostos em seu programa de oposição por meio de seus políticos, bem como verificar de que forma esses pontos foram abordados.

Para tal análise foi feita uma leitura inicial dos discursos e pronunciamentos feitos pelos emedebistas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo que o material mais rico levando em consideração a qualidade e a quantidade foram os encontrados na Câmara dos Deputados. Por meio desse levantamento inicial, foi possível destacar os temas mais sensíveis ou constantes entre os discursados pelos emedebistas.

Assim, a primeira parte desse capítulo busca compreender o que os emedebistas esperavam após a vitória eleitoral de 1974, que possibilitou seu crescimento dentro das casas legislativas. Já na segunda parte, discutimos os principais temas abordados pelos políticos do MDB, buscando analisar se eram compatíveis com os programas da oposição e se havia ou não unidade de pensamento e como se expressavam essas diferenças.

3.1 Expectativa de ação

Como efeito das eleições de 1974, o MDB conseguiu maior projeção eleitoral junto aos sufragistas, bem como aumentou sua representação no Congresso Nacional. Sendo assim, a oposição aumentou sua participação no parlamento para mais de um terço das cadeiras legislativas, dando-lhe meios para atuar junto ao novo governo. Dessa maneira, o partido adentrava com mais força no jogo político.

A conquista oposicionista ocorreu ao mesmo tempo em que Ernesto Geisel, junto de seu braço direito, Golbery do Couto e Silva – coarquiteto do novo governo e chefe do Gabinete Civil –, buscava executar a proposta política da distensão. Golbery interpretava que era

necessário executar uma “abertura gradual”²⁵⁷ do regime. Para Rodrigo Patto, analisando o período anterior à vitória eleitoral da oposição em 1974, os militares compreenderam que o momento era adequado para tal operação.²⁵⁸ Com os grupos de esquerda armada e as guerrilhas sob controle e praticamente inativas, também encontravam uma oposição que até o meados da década de 1970 era pouco expressiva, viabilizando o projeto sob controle do governo.²⁵⁹

A distensão, não era um projeto imediato de abertura à democracia, mas um projeto formulado pela dupla Geisel-Golbery de descompressão do Estado de exceção, como afirmado por Marcos Napolitano: “Até então ‘abertura’, dentro da concepção palaciana, era sinônimo de institucionalização da exceção, descompressão pontual, restrita e tática e projeto estratégico de retirada para os quartéis [...]”.²⁶⁰ Geisel reafirmou esse ponto de vista ao destacar em discurso o que seu governo já vinha promovendo em termos da distensão, sendo possível perceber inicialmente como houve uma atenuação da censura e clima de liberdade nas campanhas do pleito de 1974.²⁶¹ Para Napolitano, há uma diferença entre distensão e abertura. Esta última só ocorreu no governo de João Figueiredo: “[...] com a pressão das ruas e do próprio sistema político (nesta ordem), é que a abertura se transforma em um projeto de transição democrática [...]”.²⁶²

Seguindo as observações de Marcos Napolitano, em discurso de posse do governo, Geisel não abordou o tema da “democracia”, como haviam feito os presidentes anteriores a ele²⁶³. Em essência, Geisel e Golbery tinham alguns planos sobre a distensão, “mas muitas coisas vieram depois”²⁶⁴ como afirmou o ex-presidente em entrevista ao CPDOC nos anos 90. Não havia uma agenda de ações preestabelecidas, mas se sabia que não deixariam o controle do processo lhes escapar das mãos, nem para a direita e nem para a esquerda, visto que em discursos Geisel deixa bem claro que não abriria mão das legislações de exceção, como ressaltou em discurso para Arena em agosto de 1974.

No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre perseguir

²⁵⁷ GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada. op. cit.* p. 249

²⁵⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. op. cit.* p. 326.

²⁵⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. op. cit.* p. 325,326.

²⁶⁰ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro. op. cit.* p. 234.

²⁶¹ GEISEL, Ernesto. *Discursos: 1975. Vol. II.* Brasília: AERP, 1976. p. 153.

²⁶² NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro. op. cit.* p.234.

²⁶³ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro. op. cit.* p.239.

²⁶⁴ GEISEL, Ernesto. *In: CASTRO, Celso; D’Araujo, Maria Celina (org). Ernesto Geisel. op.cit.* p. 264.

para a segurança social, econômica e política dos brasileiros. As modificações necessitam ser realistas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva, e corresponder incontestavelmente à nossa índole e à vontade política da nação [...]

Os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país, sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que sejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional.

Referia-me assim, e espero não haver dado margem a falsas interpretações, ao mecanismo dos atos institucionais e complementares em vigor, à legislação especial sobre segurança nacional e outros poderes deferidos pela Revolução às responsabilidades acrescidas do Chefe do Poder Executivo.²⁶⁵

Por mais que afirmasse no segundo parágrafo citado que pretendia não fazer uso constante ou a permanência dos instrumentos excepcionais, o presidente afirmou nesse contexto a importância da manutenção destes para controlar o processo das mudanças que eram objetivadas para a normalização da vida política nacional. Essa promessa feita em discurso para a Arena de manter o uso dos instrumentos de exceção pareceu ainda mais adequada ao regime autoritário após as eleições diretas de novembro 1974, com a vitória do MDB, dado também que este pleito teve grande importância, funcionando como uma espécie de plebiscito, de acordo com Maria Helena Moreira Alves.²⁶⁶ Assim, com o resultado das eleições, os emedebistas tomaram para si grande significação da vitória eleitoral, buscando participação mais efetiva no processo decisório do Estado brasileiro. O pós-pleito foi um período em que os emedebistas e o governo avaliaram o resultado e definiram sua linha de atuação.

Começando pelo entendimento do MDB, seus partidários assumiram a vitória de 1974 como bandeira para sua atuação política. Pela interpretação de que os votos naquele sistema bipartidário indicavam a reprovação do governo, viram-se aprovados pela primeira vez desde a implantação do bipartidarismo enquanto partido de oposição. Dessa forma, os discursos sobre as eleições legislativas de 1974 indicam que o partido e seus partidários compreenderam como uma vitória o resultado eleitoral. E entenderam que era o caso de fazer uso desse resultado positivo após o pleito.

²⁶⁵ GEISEL, Ernesto. *Discursos: 1974*. Vol. I. Brasília: AERP, 1975. p. 119 e 120.

²⁶⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. op. cit. p. 189.

Os emedebistas já interpretavam no início da apuração a vontade do povo quanto à redemocratização ao votarem no partido de oposição. Em página censurada do *Estado de São Paulo*, no dia 16 de novembro de 1974, foram proibidas pelos censuradores as falas do candidato do MDB ao Senado por São Paulo, Orestes Quércia (MDB/SP), em todas as partes em que ele se referia ao termo “redemocratização”. Os trechos censurados foram:

[...] os primeiros votos apurados demonstram que “o povo anseia pela redemocratização e quer se responsabilizar pelos destinos do Brasil”.

Quércia defendeu a retomada do processo de redemocratização por meio de uma união nacional.

[...] Ao prestar declarações visivelmente não mais como simples candidato, mas como senador, isto é, como pretendente certo da vitória, Quércia ressaltou que “somente a redemocratização, num regime de liberdade, de imprensa livre e eleições diretas, permitirá à nação resolver seus problemas econômicos.”

[...] Quércia já observava que a vitória de seu partido representaria “um grande passo para a redemocratização do país”.

[...] Tranquilo, ele promete uma grande vitória para o MDB e salienta a importância desse fato para a redemocratização.²⁶⁷

Assim, antes mesmo da oficialização dos resultados, alguns emedebistas já dotavam suas conquistas de significação. Na interpretação feita pelo MDB, votar na oposição passava a significar apoiar o que era contrário ao governo e ao regime vigente em predominância naquele momento, constituindo-se como uma espécie de voto de protesto. Se o regime era uma ditadura autoritária, o povo diria, na visão do MDB, que desejava, a partir dali, apoiar a bandeira oposicionista, em que o principal ponto defendido era a redemocratização do país.

Ainda segundo Ulysses Guimarães (MDB/SP), deputado eleito e presidente do MDB, conforme seguiam as apurações em favor da oposição no Senado:

[...] será uma resposta do povo, que entendeu o programa e a campanha de nosso partido, pois suas necessidades e reivindicações estavam mais próximas de nós. [...] o voto se transformou num instrumento de modificações políticas e sociais. Nossa interpretação dos resultados é que houve uma reversão do ufanismo exagerado. Esse exagero foi esmagado pelos fatos, mostrando que as teses do MDB estavam certas.²⁶⁸

²⁶⁷ *Estado de São Paulo*. Ano 95, nº 30.566, 1º caderno. São Paulo, 16 de novembro de 1974. p.7. As partes sublinhadas foram censuradas de serem publicadas no jornal.

²⁶⁸ *Jornal do Brasil*. Ano LXXXIV, nº 223, 1º caderno. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1974. p.3.

Os emedebistas sentiam-se sancionados pela vontade do povo declarado por meio do voto. Até as eleições legislativas de 1970, o MDB carregava amargas derrotas eleitorais, em que os eleitores preferiam votar em branco ou nulo do que no partido de oposição. Além disso, o ufanismo citado em referência ao governo Médici, apelava ao sentimento nacional e ao êxito econômico do “milagre”, conquistando certa adesão popular ao governo. Nesse regime dualista, a oposição encontrava-se impotente e a parte da sociedade contrária ao governo estava aparentemente descrente do sistema político-partidário para legitimar uma oposição consentida.

Quando da sua reestruturação enquanto oposição no início da década de 1970, o MDB buscou sair da inércia apostando sua energia no sistema eleitoral que lhe era possível. Souberam usar os espaços que lhes foram permitidos. Criaram estratégias de ação juntamente com intelectuais que pontualmente criticavam os problemas presentes no governo, principalmente no tocante à economia e questões sociais. Os resultados foram colhidos em 1974.

Assim, em sessão no Senado Federal em 1975, no início das atividades da nova legislatura eleita em novembro de 1974, Itamar Franco, senador pelo estado de Minas Gerais pronunciou: “O povo outorgou ao MDB, nas recentes eleições, a autêntica e postergável tarefa da oposição. O sufrágio que recebemos tem uma significação específica: somos os delegados populares da crítica independente, da fiscalização que não concede e da sugestão que constrói.”²⁶⁹

Também utilizando o plenário, o senador pela Guanabara Danton Jobim se pronunciou:

Temos de rever nossos conceitos sobre o papel do MDB, que era um pequeno partido, mas já representa um terço da representação nacional.

Temos o dever de sugerir e defender alternativas, já que começou haver condições para o diálogo com os homens no Poder.

Imensa, pois, a responsabilidade que recai sobre os ombros do nosso Partido: não trair o seu ideário nem decepcionar o povo e, ao mesmo tempo, não dar apenas colaboração passiva, mas ativa, no esforço de descompressão.²⁷⁰

²⁶⁹ Diário do Congresso Nacional. Senado Federal. Seção II. Ano XXX, nº009. Publicação no DCN2 em 13 de março de 1975. p. 313.

²⁷⁰ Diário do Congresso Nacional. Senado Federal. Seção II. Ano XXX, nº004. Publicação no DCN2 em 06 de março de 1975. p. 176.

Diante desses dois exemplos de pronunciamentos e falas vistas anteriormente, torna-se evidente o que alguns políticos do MDB desejavam participar ativamente junto ao governo, mas dentro do seu papel de oposição crítica. Nas palavras do senador emedebista Nelson Carneiro (MDB/GB), “a Oposição fortalecida pelo voto popular, adotará uma linha de colaboração, procurando corrigir os desacertos da política governamental.”²⁷¹ Assim, ampliar sua expressão política fez com que políticos e partido criassem expectativas em agir, principalmente, em um período em que o governo planejava uma lenta e gradual liberalização, na qual a oposição sentiu-se confiante e sancionada pelo povo a participar.

Entretanto, para o governo essa participação não era bem recebida. Na esfera pública, o governo dizia-se satisfeito com o clima de liberdade das eleições.²⁷² Na verdade, de acordo com Carlos Azevedo, essa liberdade para a realização das campanhas eleitorais foi um ensaio para a tentativa de institucionalização da distensão.²⁷³ Aparentemente essa tentativa mostrou-se frustrada diante dos resultados eleitorais. Assim, no particular, o governo buscava explicações para o fenômeno que ocorreu nas eleições. A derrota atingiu em cheio o poder, chegando Geisel a afirmar que o povo não sabia votar por despreparo e falta de informação.²⁷⁴

Tanto no entendimento do governo, quanto no da oposição, as contradições e o esgotamento do “milagre” econômico, bem como a exploração desse assunto pelo MDB nas campanhas, foram fatores de peso para vitória oposicionista. Quanto à questão econômica, Geisel estava ciente do problema desde que assumiu o governo, sendo constatadas maquiagens na inflação praticadas pelo governo anterior por manobras para manter a aparência de um crescimento com baixa inflação.²⁷⁵ Porém, sobre a liberdade permitida nas campanhas eleitorais de 1974, o governo Geisel sofreu duras críticas do Serviço Nacional de Informação (SNI)²⁷⁶, chefiado por João Figueiredo, e do Ministério da Justiça, chefiado por Armando Falcão.

Para o ministro Falcão, dar condições para que o partido de oposição abordasse temas delicados para o governo, como o problema da inflação, foi um erro que não deveria ser repetido.²⁷⁷ Não à toa, o ministro esteve diretamente envolvido na formulação e execução da

²⁷¹ *Folha de São Paulo*. Ano LIV, nº 16.686, 1º caderno. São Paulo, 17 de novembro de 1974. p. 10.

²⁷² Títulos de capa dos jornais *Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. *Estado de São Paulo*. Ano 95, nº 30.566, capa. São Paulo, 16 de novembro de 1974. *Folha de São Paulo*. Ano LIV, nº 16.685, capa. São Paulo, 16 de novembro de 1974.

²⁷³ AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011. p. 10.

²⁷⁴ GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada*. *op. cit.* p. 467.

²⁷⁵ CASTRO, Celso; D’Araújo, Maria Celina (org). *Ernesto Geisel*. *op. cit.* p. 291 e 292. GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada*. *op. cit.* Capítulo “A grande encrenca” p. 251 a 269.

²⁷⁶ CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina (org). *Dossiê Geisel*. *op. cit.* p. 44 a 46.

²⁷⁷ CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina (org). *Dossiê Geisel*. *op. cit.* p. 35.

Lei nº 6339/76 (Lei Falcão), que restringiu o espaço das mídias destinado às campanhas eleitorais. Com a finalidade de atacar o MDB, a lei só possibilitava a leitura dos nomes dos políticos, partido, número e seus currículos, ficando os candidatos impedidos de explanarem e discutirem suas ideias²⁷⁸ nas eleições municipais de 1976 como ocorrera em 1974. A importância para o governo manter controle sobre o processo eleitoral fez com que essa restrição se estendesse até o final do período ditatorial.

Outro ponto de conflito com a oposição após a vitória desta em 1974 foi a questão da participação do PCB nos quadros do MDB. O “partidão”, diferente de outros grupos de esquerda que optaram pela luta armada, preferiu atuar na “legalidade”, junto com o único canal de oposição permitido: o MDB.²⁷⁹ Além da perseguição oficial aos comunistas, comum desde 1964, mas reforçada desde o resultado da eleição, o governo usou desse argumento para cassar mandatos de políticos do MDB acusados de receber apoio do PCB. Com investigações realizadas pelo governo, Armando Falcão disse que o PCB foi o responsável pela vitória do MDB e que sua atuação por meio desse partido era a “eminência vermelha no Brasil.”²⁸⁰

Assim, o governo buscou analisar o cenário que possibilitou a ascensão da oposição e traçar os modelos de atuação de seus opositores para que por meio de seus instrumentos legais não permitissem que ocorresse novamente o cenário de 1974. Por mais que se tratasse de uma discussão no novo governo sobre a necessidade de descompressão e retorno dos militares aos quartéis, o processo deveria ser gerido por Geisel e aliados, A participação, fosse da oposição ou da “linha dura” no planejamento e execução da distensão não estava prevista e nem seria aceita pelo novo presidente, que manteve o processo com “mãos de ferro”.²⁸¹

A expectativa de ação do governo ia de encontro com o que era esperado pelo MDB. Enquanto os emedebistas desejavam atuar processo decisório por meio do Congresso, Geisel rejeitava essa influência em seu governo. O presidente afirmou ainda em discurso na Arena em agosto de 1974:

Erram — e erram gravemente, porém — os que pensam poder apressar esse processo pelo jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública e, através desta,

²⁷⁸ OLIVEIRA, Guilherme. *Há 40 anos, Lei Falcão reduzia campanha eleitoral na TV a 'lista de chamada'*. TV SENADO. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/30/ha-40-anos-lei-falcao-reduzia-campanha-eleitoral-na-tv-a-lista-de-chamada>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

²⁷⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. op.cit. p. 194.

²⁸⁰ CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (org). *Dossiê Geisel*. op. cit. p. 32.

²⁸¹ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. op. cit. p. 231.

contra o Governo. Tais pressões servirão, apenas, para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da lenta, gradativa e segura distensão, tal como se requer, para chegar-se a um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora. E isso, eu lhes asseguro, o Governo não o permitirá.²⁸²

O governo, dessa forma, já se preocupava com a pressão exercida pela oposição nas campanhas. Nessa complexidade que levou a historiografia afirmar haver no governo Geisel uma ação de avanços e recuos, percebe-se que antes mesmo da vitória oposicionista, o governo já tinha o objetivo de manter e usar os instrumentos de exceção para controlar “excessos” ao que era pretendido na distensão. Não era bem dar passos para trás, já que, mesmo antes do crescimento eleitoral da oposição, o governo pretendia utilizar os instrumentos políticos de que estava munido, mas o caminho foi percorrido mapeando-se com atenção as ações do governo.

Esse era o cenário em que a oposição obteve crescimento e reconhecimento eleitoral. A partir daí, busca-se compreender como o MDB desenvolveu sua atuação frente ao governo, que pretendia empreender uma liberalização controlada, limitando a participação oposicionista. Vamos problematizar também como o partido geriu seus posicionamentos e atuações frente às suas próprias diferenças internas.

3.2 Atuação emedebista no Congresso

Os emedebistas vitoriosos em novembro de 1974 iniciaram efetivamente seus mandatos em março de 1975. Vale lembrar que muitos já possuíam mandatos anteriores no Congresso. Mesmo que diversos desses políticos eleitos tivessem familiaridade com as casas legislativas já no processo ditatorial, e até mesmo antes desse, o momento específico tinha suas próprias características e um contexto novo e aparentemente promissor para o partido de oposição.

Analisando os discursos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foi possível observar uma série de assuntos relevantes discutidos pelo MDB entre os anos de 1975 a 1978. Os políticos do partido aproveitaram os espaços de fala para se posicionarem sobre assuntos da vida política nacional e também em defesa de interesses de suas localidades. Porém, cabe aqui perceber as discussões em nível nacional enquanto posição de partido opositor, relação com o governo e as disputas internas da sigla que se tornavam evidentes nos discursos. Os

²⁸² GEISEL, Ernesto. *Discursos: 1974. op. cit.* p. 122.

pronunciamentos mais intensos e em maior número de fontes ocorreram na Câmara dos Deputados. Para facilitar as análises dos discursos, fizemos uma separação das falas por blocos temáticos de assuntos.

Começando pelo tema das eleições, houve deputados e senadores emedebistas que se pronunciaram sobre o pleito de novembro de 1974. Estes buscaram expressar suas opiniões pessoais e grupais sobre o que o resultado dessas eleições representava para eles e para o MDB. Sobre esse pleito, as posições entre os congressistas emedebistas eram próximas e, em linhas gerais, observamos principalmente dois pontos nos diferentes discursos: é recorrente nos pronunciamentos a exaltação dos resultados do MDB, corroborando a interpretação de que o povo legitimou a oposição. Em segundo lugar, alguns também reforçavam a ideia de que o resultado eleitoral expressava a insatisfação popular junto ao governo, principalmente no que dizia respeito aos problemas econômicos e sociais denunciados pelo MDB em sua campanha eleitoral. Um exemplo que sintetiza esses pontos foi o pronunciamento realizado pelo senador paulista Orestes Quércia (MDB/SP).

Assim, a manifestação de São Paulo foi um repúdio ao abstrato, um **não** sonoro a uma montanha de coisas erradas ou não bem definidas. E muitos do Partido Oficial procuraram, como único lenitivo, esconder o verdadeiro sentido da derrota e minimizá-la. Foi um **não** à malfadada política econômica, tanto mais odiada porquanto era justamente nela que se respaldava o "milagre" que nunca houve. Um povo não se manifesta em vão. E quando se manifesta maciçamente, do norte ao sul do País, após dois meses apenas de campanha, contra anos e anos de entorpecência publicitária, é que nem tudo vai bem no Reino da Dinamarca.

[...]

Tudo aquilo que O MDB denunciou de distorcido no campo econômico **continua**. Todos sabem que **continua**. E por que **continua** é que a nossa pregação não parou nos comícios e nem vai parar até que as injustiças sejam sanadas. Os erros da política salarial **continuam**. Os erros da política habitacional **continuam**. **Continua** a desnacionalização do País através do envolvimento tentacular dos trustes. Os erros do calamitoso acúmulo de riquezas nas mãos de poucos **continuam**. O poeta, não mais em versos mas em prosa, afirma: "E as riquezas da Fazenda, é mister concentrá-las antes de se pensar em distribuição, senão atrapalha toda a contabilidade".

[...]

Se falei que o povo se manifestou, em particular, contra a política econômica do Governo, longe estou de afirmar que outros fatores, fortemente preponderantes, e quem sabe com igual medida, não entraram como ingredientes para a derrota do Partido do Governo e do Governo. A vitória da Oposição foi a legitimação de todo

um conjunto de teses político-econômicas que diferem e se opõem inteiramente às do Partido Oficial.²⁸³

Orestes Quércia foi o senador mais bem votado nas eleições diretas de 1974, com 4.030.182 votos.²⁸⁴ Eleito por São Paulo, o emedebista usou o plenário no dia 18 de março de 1975 pela primeira vez para agradecer o povo paulista pelos votos recebidos. Nesse aparte, Quércia destacou a campanha do MDB em denunciar as mazelas pelas quais passava o país e a população, dando ênfase no cenário econômico como nos problemas de distribuição de renda, arrocho salarial, as multinacionais e política habitacional. Ele explorou em seu discurso a controvérsia dos problemas econômicos e a condição social da população, dando a entender que os votos recebidos por ele e pelo partido foram votos contrários às políticas do governo. Essa fala transparece a ideia de que os votos recebidos pelo MDB foram em contrariedade ao governo, mais do que pelo programa defendido pela sigla de oposição, ideia essa presente em discursos de outros emedebistas. Mediante a importância da situação da política econômica na década de 1970, esse assunto foi muito bem trabalhado pelos políticos do MDB no decorrer dessa legislatura.

Diante desse cenário precário para muitos brasileiros, o povo teria se manifestado então nas urnas. Fica evidente, não só no discurso do senador Quércia, mas de outros políticos emedebistas, como interpretavam e validavam suas ações com base na vontade popular pelo voto. Em um sistema de dois partidos, votar na oposição era desvalidar as ações do governo. O voto plebiscitário ou de protesto como já discutido em momento anterior está bem presente no imaginário do MDB e seus políticos. O deputado federal Petrônio Figueiredo (MDB/PB) também se expressou sobre as questões econômicas e a insatisfação da população em relação ao governo.

Sr. presidente. srs. Deputados, o último pleito eleitoral realizado no País ocasionou a análise e o estudo por parte de muitos dos nossos homens públicos, de jornalistas, curiosos e sociólogos, buscando a razão e os seus efeitos na problemática político-sócio-econômica da Nação. A qualquer conclusão que se chegue, indiscutivelmente não poderemos negar a desilusão e insatisfação do povo brasileiro com o sistema instalado em 1964.

[...]

²⁸³ QUÉRCIA, Orestes. Diário do Congresso Nacional. Senado Federal. Seção II. Ano XXX, nº12. DCN2 de 19/03/1975. p. 420 e 421. [Grifos do orador].

²⁸⁴ TSE. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974, v. 11, 1977. p. 20.

A Lei nº 6.091 foi um atestado das boas intenções do Presidente Geisel. Aliás, este foi o único passo digno de crédito na legislação eleitoral nesses dez anos de revolução. A suspensão de qualquer audiência com políticos nos quinze dias que antecederam as eleições, comprovou que Sua Excelência desejava que o povo votasse livremente, revelando os seus fiéis sentimentos.

Era a coragem de sentir a opinião nacional, a vontade dos humildes, que a muito poucos interessava. E recebeu o NÃO do povo ao seu Partido, com a postura de democrata, com a austeridade de Líder, sem abdicar dos atos de exceção e dos compromissos com os seus camaradas da revolução, da qual foi um dos comandantes.

Neste ângulo, desejamos sinceramente ajudar ao Governo. Cooperar sem participar diretamente; aplaudir atos sem aderir e sem abdicar dos sagrados compromissos para com o povo, denunciando erros, apontando violências e até crimes.²⁸⁵

Nesse discurso, Petrônio Figueiredo corrobora a posição do MDB sobre a sanção do voto. Votar no partido de oposição era dizer não ao regime ditatorial. Porém, ao exaltar a figura de Geisel e dizer que a oposição deseja participar, mas não diretamente dos novos rumos do governo, não condiz com as falas de outros deputados e senadores. O MDB formava uma frente parlamentar, visto que dentro do partido existiam diferentes posicionamentos de como ser ou exercer a oposição. O deputado Figueiredo demonstrou uma posição conciliatória, que não era unanimidade dentro da sigla oposicionista.

Ainda assim, alguns políticos do MDB reafirmavam as teses do partido, pelo qual foram eleitos. Em seus discursos, alguns deputados e senadores reafirmaram os compromissos do MDB com seu programa de oposição e com seus eleitores. O deputado federal Júlio Viveiros (MDB/ PA) relembrou os pontos abordados na última campanha eleitoral do MDB. É possível observar com o que a oposição se comprometia na legislatura que se iniciava.

Passaram-se as eleições. Empossada a nova Câmara, o MDB procura, através de seus 160 representantes, trazer ao Congresso Nacional a formalização - dar corpo - à sua pregação durante a campanha eleitoral. As teses estão aí a desafiar todos nós.

TESES SOCIAIS

- 1 - Direitos Humanos;
- 2 - Garantia plena ao Poder Judiciário;
- 3 - Política Salarial;
- 4 - Aposentadoria do Servidor Público aos 30 e 25 anos;
- 5 - BNH - Correção Monetária;

²⁸⁵ FIGUEIREDO, Petrônio. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº003. DCD 04/03/1975. p. 81.

- 6 - Agricultura - Política do Café, Soja, Trigo, Insumos etc.;
- 7 - INCRA - Terra para os que querem trabalhar;
- 8 - Educação - Universidades Regionais; Bolsas de Estudos: 477 etc.;
- 9 - Unificação salarial dos rodoviários;
- 10- Salário da Magistério;
- 11 - Sindicatos;
- 12 - Saúde pública;
- 13 - Poder aquisitivo do povo;
- 14 - Divórcio;
- 15 - Política dos minérios.

TESES POLÍTICAS

- 1 - Remuneração dos Vereadores;
- 2 - Sublegenda (abolir);
- 3 - Fidelidade partidária;
- 4 - Desvinculação do voto;
- 5 - Eleições nas Capitais e estâncias hidrominerais;
- 6 - Direitos políticos aos cassados que já terminaram pena;
- 7 - Censura;
- 8 - Novos Partidos;
- 9 - Coincidência nas eleições para Governo, Senador, Deputados, Vereadores e Prefeitos;
- 10 - Eleições livres;
- 11 - Terceiro Partido²⁸⁶

Dessa forma, alguns dos emedebistas levavam ao Congresso suas defesas oposicionistas presentes em sua campanha eleitoral e traçados desde sua reestruturação ocorrida no início da década de 1970 com a Declaração de Porto Alegre e a Carta de Recife. Notáveis foram os discursos dos políticos emedebistas em torno dessas defesas da oposição de fato. Alguns desses assuntos assumiram maior importância e empenho por parte dos políticos opositores. Diante desse discurso, é possível analisar que havia políticos comprometidos com as teses do partido, bem como outros que agiam de forma independente do objetivo e direção partidária. Logo,

²⁸⁶ VIVEIROS, Julio. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº013. DCD 19/03/1975. p. 575.

importando compreender a atuação do MDB enquanto oposição durante o governo Geisel, abordaremos esses pontos e compromissos do partido, como a agenda econômica, que foi amplamente utilizada e questionada pelos emedebistas durante as campanhas de 1974.

Baseados em um discurso nacionalista, como já defendido em 1970 pela Declaração de Porto Alegre, os emedebistas teceram duras críticas às multinacionais que atuavam na área agropecuária ou industrial. O maior defensor da agricultura nacional de soja e trigo foi o deputado Antônio Bresolin (MDB/RS). Defendendo a agricultura sulista, extrapolava suas críticas e defesas ao cenário nacional. A maioria de seus pronunciamentos estava relacionada a essa temática.

É inconcebível o que se passa neste País. O Brasil poderia ser o celeiro da Humanidade se o Governo dispusesse de infra-estrutura para assegurar comercialização oportuna e preços justos ao produtor. O ideal não seria reajustar o preço do trigo, mas conter o aumento dos insumos. Enquanto o Governo não conseguir isto, só há uma opção: reajustar anualmente o preço do trigo. Este reajustamento, no entanto, deverá ser feito em bases justas.

[...]

Outro problema de alta gravidade é o que se relaciona com a comercialização da soja. [...] O que está ocorrendo agora é o que se repete todos os anos: aproxima-se a safra e, no meio da euforia dos produtores, as multinacionais tramam e o Governo não adota medidas seguras em defesa da produção.²⁸⁷

Já em seu primeiro pronunciamento da casa legislativa, Bresolin defendeu a cultura de trigo e soja no país contra a atuação de multinacionais nesse setor. Além disso, criticou a atuação do governo no setor agrícola, na qual faltariam por parte deste apoio aos produtores, com insumos e investimentos, prejudicando o agricultor nacional em prol de empresas estrangeiras. De acordo com a historiadora Sônia Regina de Mendonça, na década de 1970, houve, por parte do governo, um “discurso da penalização da agricultura, face ao suposto favorecimento estatal aos industriais”.²⁸⁸ As críticas às multinacionais, somadas à própria política econômica adotada pelos governos “revolucionários”, apareciam como uma grande preocupação de alguns deputados oposicionistas e alguns senadores. Eloy Lenzi (MDB/RS) teceu críticas nesse sentido ao setor industrial brasileiro em competição com as multinacionais.

²⁸⁷ BRESOLIN, Antônio. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº003. DCD 04/03/1975. p. 74

²⁸⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Patronato Rural Brasileiro na atualidade: dois estudos de caso*. Anuario del Centro de Estudios Históricos. Córdoba (Argentina), año 8, nº 8, 2008, 139-159. p. 142.

Para atrair novos e vultosos capitais estrangeiros o Governo passou a conceder-lhes toda sorte de estímulos, em prejuízo da capitalização do empresário brasileiro, relegado a plano inferior e a quem se dispensava tratamento diverso, discriminatório e injusto. Não recebia os favores reservados ao capital estrangeiro em operação no Brasil e aos que aqui viessem operar, pois fora transformado apenas num simples órgão gerador de riquezas e pagador de impostos.

Assim, preterido e, por vezes, até desprezado pelo Governo, nosso industrial tem curtido amargas desilusões, numa competição desigual e injusta com as empresas estrangeiras na obtenção de créditos bancários para o capital de giro, para ampliação de suas indústrias e para a melhoria de sua tecnologia.

Em sua grande maioria, não tiveram condições de resistir à competição por muito tempo e acabaram por ser absorvidos pelas empresas estrangeiras.²⁸⁹

Assim, como é possível observar nas falas de Eloy Lenzi, com relação à presença das multinacionais, as críticas eram veladas contra o governo, que não estabelecia limites de atuação e ainda por cima baseava o crescimento econômico no favorecimento ao capital estrangeiro, abrindo as portas da economia do país aos conglomerados internacionais. Esse era outro quesito que os políticos do MDB não diferiam muito em suas opiniões. O programa do partido, como estabelecido na Declaração de Porto Alegre, em seu décimo sexto ponto, previa a coibição do que chamaram de desnacionalização da indústria brasileira fazendo referência à questão da atuação das multinacionais no país, bem como em seu décimo quarto ponto defendia a necessidade de reformar a legislação sobre a remessa de lucros para o exterior. Para muitos políticos emedebistas, como Nadyr Rosseti (MDB/RS)²⁹⁰, a remessa de lucros, então vigente, espoliava a economia nacional. Porém, quanto ao desenvolvimento de empresas estatais, houve os que se empenharam na defesa da ideia de estatização de importantes setores da economia brasileira, como o senador Roberto Saturnino (MDB/RJ)²⁹¹ e o deputado José Maurício (MDB/RJ) além dos deputados Carlos Santos (MDB/RS) e Eloy Lenzi.

Defendendo seu ponto de vista e baseando-se em falas de Roberto Saturnino no Senado, o deputado José Maurício expôs seus pensamentos sobre a defesa da estatização alguns setores da economia.

²⁸⁹ LENZI, Eloy. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº030. DCD 18/04/1975. p. 1664.

²⁹⁰ ROSSETI, Nadyr. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXVII, nº083. DCD 18/08/1973. p. 4463.

²⁹¹ SATURNINO, Roberto. Congresso Nacional. Senado Federal. Seção II. Ano XXX, nº163. DCN2 02/12/1975. p. 7654.

Estamos desenvolvendo de maneira simples a questão da democracia e o princípio da intervenção do Estado na ordem econômica e social, sobretudo nacionalizando determinadas empresas, especialmente aquelas que se podem tornar um meio de exploração do capitalismo privado contra o bem comum. Não se trata somente de regulamentar a produção e a distribuição das riquezas, mas também de garantir a dignidade e a independência do ser humano contra toda a opressão política e econômica seja do capitalismo privado, seja do Estado.

Procura-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados, debitar à conta das indústrias nacionais que estão sob o controle estatal o desgaste econômico brasileiro, para encontrar-se uma justificativa capaz de levar o povo a aceitar a entrega do complexo industrial deste País à voraz e insaciável fome de capital que anima as multinacionais.

O grande mal não está na estatização, posto que somos um País onde a economia pública combinou-se perfeitamente com a livre iniciativa, sendo evidente a participação do Estado na garantia dos investimentos nos vários períodos evolutivos do sistema econômico.²⁹²

De acordo com o pensamento desenvolvido por este deputado, o Estado, cujo poder e vontades emanam do povo, deve assegurar o pleno desenvolvimento econômico para o mesmo. Diante das críticas que vinham sendo feitas na Câmara dos Deputados e no Senado contra essa forma de intervenção do Estado na economia, José Maurício culpabilizava as multinacionais por ocuparem espaços importantes que deveriam ser geridos pelo governo para o bem-estar do povo. Entretanto, internamente ao MDB, os deputados e senadores divergiam sobre a estatização de setores da economia. Não havia um consenso de atuação sobre um projeto de política econômica comum aos políticos do partido, havendo defensores de uma ação mais ortodoxa e outros, cuja defesa era a de um perfil de ação mais heterodoxo. Inclusive, nasceu um movimento conhecido como a campanha “contra a estatização da economia”, promovido principalmente pela classe empresarial brasileira e companhias de comunicação contra a política do governo Geisel de criar empresas estatais.²⁹³ Então, contrário ao pensamento de estatização, o deputado Eloy Lenzi, utilizando-se do espaço da ordem do dia, critica o governo por seu constante intervencionismo na economia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo tem proclamado, reiteradamente, ser o homem e seu bem-estar social o objeto principal das suas ações.

Todavia, a realidade nacional nos leva à convicção de que isso não está ocorrendo, pois suas decisões, via de regra, são direcionadas para outro rumo para

²⁹² MAURÍCIO, José. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº76 DCD 26/06/1976. p. 6104.

²⁹³ CODATO, Adriano Nervo. A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição. Paraná: Revista de Sociologia e Política, nº4/5, 1995. p. 56-87. p. 60 a 64.

outra entidade, a que chamamos de Estado. A disposição constitucional determinadora de que o poder emana do povo e em seu nome será exercido não tem aplicação neste País, embora a Constituição vigente tenha sido imposta pelo Governo Revolucionário, que tem sido o primeiro - e talvez o único - a violá-la. Não estou dizendo novidades, mas lembrando fatos que se repetem freqüentemente.

Constata-se facilmente e iniludivelmente que o Governo substituiu a figura do homem pela do Estado, que passou a ser o centro das suas decisões.

[...]

Substituindo o aforismo "desenvolvimento com democracia", tão ao gosto da maioria dos povos ocidentais, pelo de "segurança e desenvolvimento", o Governo Revolucionário passou a trabalhar - na área econômica - segundo os cânones da doutrina do liberalismo financeiro, abrindo, escancaradamente, as portas do País ao capital estrangeiro, irrestritamente.²⁹⁴

Utilizando-se de argumentos similares aos José Maurício de que o poder emana do povo, Lenzi constrói seu posicionamento divergente da linha defendida por Maurício. O Estado estaria assumindo na economia maiores poderes do que lhe seria cabido. Ao mesmo tempo em que o Estado crescia de tamanho e funções, ele baseava seu crescimento também no capital estrangeiro, causando danos à livre iniciativa do capital privado nacional, criando uma disputa desleal aos interesses nacionais.²⁹⁵ Na defesa desse mesmo tipo de pensamento, o deputado Carlos Santos (MDB/RS) culpabiliza as empresas estatais e a atividade das multinacionais por liquidarem com as empresas privadas brasileiras.²⁹⁶

O que se pode observar é que, em comum, a oposição via com ressalvas a atuação de empresas estrangeiras no país, além de condenar o governo por oferecer vantagens e pouco controle sobre as suas atividades na economia nacional. Na visão deles, esse capital externo trazia como um dos problemas a desmobilização de criação e atuação de empresas nacionais, deixando o país refém do capital externo e também da tecnologia estrangeira, prejudicando a balança de pagamentos e aumentando ainda sua dívida externa. Já em relação à criação e manutenção de empresas estatais, os pensamentos divergiam. Para os seus defensores, era primordial a intervenção do Estado para controlar setores importantes à vida nacional em que atuavam as multinacionais. Já os seus antagonistas compreendiam que a intervenção estatal trazia os mesmos problemas das multinacionais, já que prejudicava a livre iniciativa do capital privado nacional. Analisando o perfil social dos políticos que compunham o MDB, como feito

²⁹⁴ LENZI, Eloy. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº150. DCD 20/11/1975. p. 10745.

²⁹⁵ LENZI, Eloy. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº150. DCD 20/11/1975. p. 10746, 10747.

²⁹⁶ SANTOS, Carlos. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº84. DCD 19/08/1975. p. 5957.

por Alessandra Carvalho,²⁹⁷ percebemos que o grande capital não tinha representação entre os setores do MDB, sendo geralmente os políticos emedebistas profissionais liberais com formações tradicionais, como muitos que possuíam formação em Direito e Medicina.²⁹⁸ Além disso, pela discussão travada entre os deputados e senadores sobre o processo de estatização, percebemos não haver no partido homogeneidade acerca de teorias e práticas econômicas, contribuindo para a compreensão dessa sigla atuar mais como uma frente, mais do que um partido orgânico.

Independente do posicionamento assumido em relação à economia, os políticos da oposição compreendiam que as multinacionais traziam prejuízos às empresas nacionais e ao povo brasileiro por seus espólios e vantagens econômicas no Brasil. Não à toa, uma CPI foi instalada, sob liderança do deputado federal do MDB Alencar Furtado, para investigar a atuação dessas empresas estrangeiras no país. Presidida por este deputado emedebista e com relator arenista – deputado Herbert Levy (Arena/SP) -, a CPI das multinacionais buscava “investigar o comportamento e as influências das empresas multinacionais e do capital estrangeiro no Brasil.”²⁹⁹ Iniciada em abril de 1975, teve seu relatório apresentado à Câmara dos Deputados em maio de 1976 e aprovado entre novembro de dezembro de 1976. A Comissão Parlamentar de Inquérito, responsável por analisar a atividade das multinacionais, apresentou uma cisão entre seus membros no momento de votação sobre o parecer e conclusões realizadas em 6 de novembro de 1975. Os deputados arenistas Herbert Levy, Cardoso de Almeida (Arena/SP), Geraldo Freire (Arena/MG), Passos Porto (Arena/SE), Gonzaga Vasconcelos (Arena/PE), Gabriel Hermes (Arena/PA) e Teotônio Neto (Arena/PB) votaram a favor do resultado do relatório, porém os deputados emedebistas Alencar Furtado (MDB/PR), Sebastião Rodrigues (MDB/PR), Nadyr Rosseti (MDB/RS), Joaquim Bevilacqua (MDB/SP), Moreira Franco (MDB/RJ) e Marcondes Gadelha (MDB/PB) votaram contra o resultado obtido.³⁰⁰

Essa divisão tornou-se evidente ao constatar as conclusões a que chegaram as análises de denúncias e depoimentos colhidos. A Comissão afirmou que o problema encontrado foi a falta de informações do governo sobre a produtividade das multinacionais e que, assim, governo não podia gerir eficientemente o que não conhecia. Também afirmaram que as multinacionais

²⁹⁷ CARVALHO, Alessandra. *Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e MDB* / Alessandra Carvalho. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2008.

²⁹⁸ CARVALHO, Alessandra. *Elites políticas durante o regime militar. op. cit.* p. 83 e 84.

²⁹⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PRC 77/1976 CPI*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=235895>. Acesso em: 1 de março de 2019.

³⁰⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PRC 77/1976 CPI. op. cit.* PARECER DA COMISSÃO.

traziam muitos benefícios ao país,³⁰¹ sem entrarem realmente nos problemas que a oposição buscava discutir, como beneficiamentos em concessões de impostos e concorrência desleal com produtos nacionais, conforme denunciado, entre outros, pelo deputado Lysâneas Maciel (MDB/RJ), que, inclusive acusou o relator Herbert Levy³⁰² de ter atuação em diversas multinacionais.³⁰³

Outro aspecto interessante sobre as multinacionais e o nacionalismo, foi a defesa por parte de senadores e deputados emedebistas da arte nacional contra a invasão cultural estrangeira em detrimento da valorização dos elementos nacionais. O senador Nelson Carneiro (MDB/GB), por exemplo, criticou:

A grande festa turística do Brasil é o carnaval, mas até o carnaval, Sr. Presidente, que é a única grande festa turística do Brasil, está agora com a sua música ameaçada pelas multinacionais. Os protestos contra essa situação começam a aparecer na Imprensa e quero deixar registrado nos Anais desta Casa o que divulgou no Jornal do Brasil do dia 4 de março, o crítico musical J.R. Tinhorão. Ele assinala que as empresas multinacionais estão matando as músicas de carnaval porque, no período destinado à divulgação dessas músicas, eles lançam enlatados americanos ou estrangeiros que entram no Brasil, sem pagamento de direitos e prensados em nosso território com matéria-prima e trabalhador-hora mais baratos.

[...]

Este brado de alerta que faz o jornalista merece a atenção desta Casa que está a reclamar uma legislação rigorosa para salvaguardar vários aspectos da realidade brasileira, comprometidos pelas multinacionais. Todos os países do mundo têm uma legislação especial contra as multinacionais. Mas, continuamos desatentos à gravidade desse problema que afeta não só a nossa economia, mas até as nossas tradições.³⁰⁴

O senador Nelson Carneiro faz uma proposição também contra o governo e sua política de benefício às multinacionais. Porém, ele aborda outro aspecto que também foi defendido por emedebistas no Congresso: a arte nacional. Para eles, o país estava sendo invadido pelas produções estrangeiras e relegando especialmente à música nacional um papel secundário. Houve deputados que encaminharam projetos de leis de proteção e divulgação da música popular brasileira, como as elaboradas por Pedro Lauro (MDB/PR),³⁰⁵ Moreira Franco

³⁰¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PRC 77/1976 CPI. op. cit.* Parte I INTRODUÇÃO: A CPI DAS MULTINACIONAIS E DO CAPITAL ESTRANGEIRO. p. 2 a 4.

³⁰² Herbert Levy foi empresário e, no processo do golpe de Estado, participou do Ipês (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). De acordo com Luís Otávio de Sousa: “Como diretor de várias empresas — entre as quais a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (Sanbra), a Sunbeam do Brasil Anticorrosivos e a Companhia Itaú Fertilizantes — Levy colaborou financeiramente com o Ipês e participou de suas campanhas.” SOUSA, Luís Otávio de. *Herbert Levy*. CPDOC. DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/levy-herbert>. Acesso em: 9 de julho de 2019.

³⁰³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PRC 77/1976 CPI. op. cit.* DENÚNCIAS: Lysâneas Maciel.

³⁰⁴ CARNEIRO, Nelson. Congresso Nacional. Senado Federal. Seção II. Ano XXXI, nº006.DCN2 de 11/03/1976. p. 200.

³⁰⁵ LAURO, Pedro. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº042. DCD 14/05/1975. p. 2604.

(MDB/RJ),³⁰⁶ Florim Coutinho (MDB/RJ)³⁰⁷ e outros. Essa também foi uma preocupação da esquerda nacionalista, a exemplo do jornalista José Ramos Tinhorão, que, segundo Luisa Quarti Lamarão, escrevia críticas musicais no Jornal do Brasil com enfoque marxista e nacionalista, utilizando o espaço para tecer análises sociais.³⁰⁸ O deputado Jorge Paulo (MDB/SP) explanou em sua defesa:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde a música não existe, aí não há civilização! Onde a autoridade constituída não zela pela divulgação e pela defesa da música de seu povo, aí é falha a ação governamental em prol da cultura e das tradições nacionais.

[...]

A triste realidade com que nos estamos defrontando, no Brasil, no terreno da música nacional de todos os gêneros, de todos os ritmos, é o esmagamento de nossas fontes de produção e de divulgação, umas e outras sucumbindo frente aos golpes ininterruptos das empresas multinacionais, de um lado, e, de outro, perante o mercantilismo que domina os nossos veículos de comunicação de massa (sobretudo estes) e ante a inexistência de uma fiscalização atuante e proba que se exercite em benefício da cultura e do patrimônio artístico do Brasil.³⁰⁹

Como é possível perceber, as preocupações quanto à participação estrangeira no Brasil não estavam restritas apenas ao plano econômico, mas também ao artístico. A preocupação com a música era a mais presente nos reclames no Congresso, mas também falaram sobre a produção artística num geral, porém em menor escala. Como neste aparte proferido por Jorge Paulo, é perceptível a preocupação não apenas dele, mas em outros discursos, com a questão da nacionalidade. Preservar o que era o Brasil passou a fazer parte dos pontos de defesa da oposição com a Declaração de Porto Alegre.

Seguindo ainda a problemática econômica, os deputados e senadores da oposição não deixaram de se pronunciar principalmente sobre a questão do arrocho salarial. Este tema foi por diversas vezes lembrado e questionado nas tribunas das casas legislativas. Este tema foi debatido pelo MDB nas campanhas de 1974 e fez parte dos discursos durante toda essa legislatura em análise. Para os emedebistas, de uma forma geral, o arrocho salarial colocava a

³⁰⁶ FRANCO, Moreira. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº015. DCD 24/03/1976. p. 1292.

³⁰⁷ COUTINHO, Florim. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº021. DCD 05/04/1975. p. 1060.

³⁰⁸ LAMARÃO, Luisa Quarti. *As muitas Histórias da MPB: as idéias de José Ramos Tinhorão*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008.

³⁰⁹ PAULO, Jorge. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº049. DCD 23/05/1975. p. 3195.

maior parte das categorias assalariadas, mas principalmente os dependentes do salário mínimo, em condições precárias de sobrevivência, enquanto a política econômica do governo beneficiava a concentração de renda. Na visão dos que se pronunciaram, o problema agravou-se com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Nas palavras do deputado Antônio Pontes (MDB/AP):

Ademais, Sr. Presidente e Srs. Deputados ao aceitar a pressão oficial sobre uma entidade privada, ficou prejudicada a grande massa de trabalhadores assalariados de todo o País, principalmente do Rio de Janeiro, os quais deixam de ter um índice pelo qual possam comparar, com alguma aproximação, a elevação dos preços com os percentuais de reajustamento de salários decretados por ato do Poder Executivo Federal.

Assim, a política de neo-arrocho salarial, inaugurada em meio ao II PND, que prometera uma era de distensão salarial, como forma de redistribuição da renda nacional, recai sobre os trabalhadores brasileiros. Estes, que numa economia de mercado com especialização do trabalho, se empregam em afazeres diversos, recebendo o salário como retribuição, adquirem o que afinal produzem a preços cada vez mais elevados, enquanto, paralelamente, os salários são submetidos a pressões reducionistas.

[...]

Enfim, Sr. Presidente, uma política de neo-arrocho só pode contribuir para alargar a desigualdade da distribuição da renda nacional, eis que a inflação representa, sem dúvida alguma, dos mais eficientes mecanismos de reconcentração da renda. É simples: se os preços sobem em dez por cento, por exemplo, e os salários apenas oito por cento, a diferença é recebida pelos que são beneficiários das elevações de preços.

Mas a estrutura institucional brasileira, ao invés de reprimir a inflação, pelo estabelecimento de mecanismos de controle sobre a especulação, mais do que evidente, em diversos setores, prefere reprimir os salários, favorecendo, assim, mais concentração da renda nacional.³¹⁰

O deputado, bem como outros, chegou à conclusão de que o II PND produziu um efeito completamente diferente do que pregava. Não conseguindo controlar a inflação, produziu mais uma política de contenção salarial, em que quem saía prejudicado era o trabalhador. Os reajustes salariais inferiores à inflação fizeram o senador Roberto Saturnino (MDB/RJ) afirmar categoricamente que isso era um roubo sobre as rendas do trabalhador assalariado.³¹¹ O II PND, de acordo com os economistas Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza, tinha entre seus objetivos “garantir a todas as classes e, em particular, às classes média e

³¹⁰ PONTES, Antônio. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXII, nº027. DCD 26/04/1977. p. 2143.

³¹¹ SATURNINO, Roberto. Congresso Nacional. Senado Federal. Seção II. Ano XXXIII, nº053. DCN2 17/05/1978. p. 2222 e 2223.

trabalhadora, substanciais aumentos de renda real; [...] eliminar, no menor prazo, os focos de pobreza absoluta.”³¹² Ao analisarem os efeitos do II PND, os autores chegaram à conclusão de que as metas para a estrutura produtiva foram, em certa medida, alcançadas. Entretanto, houve fracasso com relação ao cumprimento do objetivo da chamada “estratégia social”, visto que o plano econômico não obteve sucesso no repasse de renda.³¹³ Sendo assim, como observado por alguns partidários da oposição, a política econômica desenvolvida pelo governo Geisel gerava graves problemas sociais ao conter os aumentos salariais acima da inflação e diminuir o poder de compra do trabalhador.

Passando agora para as discussões sobre assuntos de ordem política, o MDB, representado pelos deputados e senadores, empenhou-se em discutir no Congresso seus principais pontos de defesa, como prometido na campanha de 1974, bem como na reestruturação de sua posição oposicionista nos documentos já mencionados elaborados na década de 1970.

Iniciando pela discussão em torno da questão do divórcio, que fazia parte dos programas de oposição do MDB, as discordâncias entre os emedebistas se davam na ordem da esfera religiosa. Um dos propositores do tema, o deputado Rubem Dourado (MDB/GB), defendia a adoção do divórcio no país, apresentando ao Congresso uma emenda constitucional que mudaria a redação do 1º parágrafo do artigo 175 da Constituição, sobre a indissociabilidade do casamento.³¹⁴ Eram ainda a favor dessa proposição os deputados Florim Coutinho (MDB/GB), Freitas Nobres (MDB/SP), dentre outros.

Mas, por outro lado, havia os deputados emedebistas contrários ao direito do divórcio. Embasados no discurso religioso, deputados como padre Nobre (MDB/MG)³¹⁵ e Celso Barros (MDB/PI) fixavam seu ponto de vista contrário às proposições que desejavam tornar o casamento solúvel. Nas palavras do deputado padre Nobre, o mais ferrenho defensor a permanência da indissociabilidade do casamento:

³¹² CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 30.

³¹³ CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira... op. cit.* p. 47.

³¹⁴ DOURADO, Rubem. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº007. DCD 08/03/1975. p. 238.

³¹⁵ NOBRE, Padre. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº007. DCN 07/03/1975. p. 164.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados comunico a V. Ex.as que estou falando no horário destinado à Liderança do meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, mas o faço em meu nome pessoal e sob minha exclusiva e inteira responsabilidade.

Pena que eu seja levado a iniciar o meu discurso afirmando o óbvio; nunca fui, não sou e peço a Deus a graça de jamais ter de ser favorável ao divórcio.

Sacerdote, e mesmo que não o fora, como simples católico, minha formação e minhas convicções não me dariam o direito de emprestar apoio a uma instituição que só pode acontecer como negação da estabilidade conjugal, como falência da sociedade, como prerrogativa burguesa e como dissolução do vínculo natural que procede do influxo biológico do homem.³¹⁶

O interessante é notar que após esse pronunciamento, travou-se um notável debate entre Rubem Dourado e padre Nobre, em que cada um buscou ratificar seu ponto de vista. Rubem Dourado utilizou do mesmo ponto de “defesa da família” para sustentar sua proposição pelo divórcio.

Qualquer agressão à conduta moral e parlamentar daqueles que acompanharam a nossa assinatura, ilustre Deputado Padre Nobre, também o será a nós outros, porque, como V, Ex.^a, somos cristãos. E o somos com a mesma fé daqueles que, vestindo a batina, têm coragem de afirmar absurdos, como naquele programa, em São Paulo, em que um prelado da Igreja Católica afirmou que o desquite era uma instituição de Cristo. Se V. Ex.^a desejar, poderá analisar esse trecho, que considero lamentável para a Igreja de Cristo. Devo dizer, nobre colega, que nós, que assinamos essa emenda, somos absolutamente favoráveis à família brasileira e desejamos defendê-la. Queremos afastar os efeitos jurídicos do instituto do desquite. É muito importante que toda a Casa tome conhecimento deste fato que repito insistentemente: somos favoráveis à família; temos o dever, como legisladores, de levar a lei àqueles que vivem apoiados no amor e no respeito e que não tiveram a legalização desta Casa por falta, talvez, de uma independência íntima. Acredito que, talvez por pressões, nem todos ainda se decidiram a examinar o problema mais detidamente. Mas esta 8ª Legislatura vai examinar o problema em profundidade. Assim sendo, Deputado Padre Nobre, a nossa emenda, absolutamente, não desagrega a família brasileira. Afirmação nesse sentido todos aceitamos como uma injustiça, tão grande quanto aquela que atribui a V. Ex.^a característica de um divorcista.³¹⁷

Usando do mesmo discurso religioso, Rubem Dourado defendeu a família, atacando o problema do desquite, já que não regularizaria a situação dos já separados. O deputado JG de Araújo Jorge (MDB/GB) juntou-se a Dourado para lembrar a padre Nobre que o casamento não é apenas uma relação religiosa, mas também ocorre na esfera do civil. Por isso, a casa

³¹⁶ NOBRE, Padre. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº010. DCD 13/03/1975. p. 382.

³¹⁷ DOURADO, Rubem. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº010. DCD 13/03/1975. p. 383.

deveria também legislar sobre um assunto dessa importância.³¹⁸ Houve ainda os conciliadores, como o deputado Júlio Viveiros (MDB/PA), que, por diversas vezes, tentou levar a Câmara a proposta de realizar um plebiscito para consultar a população sobre o assunto. Mas sua proposição não seguiu em frente. Assim, podemos analisar que, em alguns casos, faltava uniformidade de ação entre os partidários da oposição. Os emedebistas levavam para o plenário seus debates internos, expondo a incoerência entre seus políticos. Dadas as aparentes divergências de posicionamentos em variados assuntos, podemos perceber a atuação do partido como uma frente que agregava diferentes perfis políticos.

Outro assunto bem discutido pelos emedebistas foi a questão da remuneração de vereadores em municípios com menos de 200 mil habitantes. Nesse ponto, os emedebistas usavam o momento para frisar que partiu da oposição essa proposição, que saiu vitoriosa no Congresso. O deputado Argilano Dario (MDB/ES) pronunciou-se:

Sr. Presidente, srs. Deputados, aprovamos ontem, na Comissão Mista do Congresso Nacional, o projeto de Emenda à Constituição que dá nova redação ao § 2º do art. 15 da Constituição, dispondo sobre a remuneração dos Vereadores. E em face do interesse geral da Comissão, fixou-se que lei reguladora a ser votada nesta Casa estabeleça que o Vereador dos Municípios de população inferior a 200 mil habitantes passe a receber imediatamente os subsídios a que faz jus pelo trabalho que desenvolve a bem da comunidade.

Depois de tanta luta, de tantos pronunciamentos nesta Casa, é muito grato para nós ver a classe política reconquistar esse direito. Cabe ao Vereador grande parte da nossa vitória, pois foi com a ajuda dele e o reconhecimento do povo que o MDB se fez vitorioso em nada menos de 16 Estados nas eleições do ano findo. Foi preciso que o povo falasse através das urnas, reconhecendo a verdade das mensagens do MDB, para que o Chefe do Governo pudesse sentir a necessidade de corrigir injustiças como está há tanto tempo praticada.

O MDB, que por projetos, mensagens e apelos, continuamente, neste longo período, sempre se bateu pela extensão de subsídios a todos os vereadores, vê nesta medida a coroação de sua grande luta.³¹⁹

Dario deixa nítida a importância de remunerar os vereadores, bem como evidencia ser esse um projeto da oposição aproveitado pelo Executivo. Outro deputado, usando de tom mais incisivo contra o governo, JG de Araújo Jorge (MDB/GB) também fez questão de usar a tribuna

³¹⁸ JORGE, JG de Araújo. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº010. DCD 13/03/1975. p. 383.

³¹⁹ DARIO, Argilano. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº020. DCD 04/04/1975. p. 996.

para se pronunciar sobre a obtenção da remuneração dos vereadores como uma conquista também da oposição:

Mais uma vez, o Poder Executivo, em boa hora, toma posse, se assenhora de uma ideia defendida, durante quatro anos, na Legislatura passada, pelo nosso Partido.

Neste tribuna, Alceu Collares, Marcos Freire, Peixoto Filho e tantos outros Deputados – vale dizer, toda a bancada do MDB - chamaram a atenção, permanentemente, do Governo, para o absurdo de não se permitir que, em muitos municípios de população inferior a 200 mil habitantes, vale dizer, em quase todos os municípios do País.

E também para a interferência indébita, que então vinha se processando e se vem processando do Poder Executivo, em todas as áreas, de forma coercitiva, em especial, dentro do município, transferindo, progressivamente, municípios para as áreas de segurança, sob alegação apenas de que neles se localizam determinados elementos que caracterizam apenas o desenvolvimento industrial e o progresso dessas áreas.

O mesmo acontece nos municípios considerados estâncias hidromineiras; e, em muitos deles, tivemos oportunidade de constatar, nas eleições de 1972, - vale citar o caso de um deles, o município de Goiás Velho onde, tradicionalmente, a Oposição vencia e que foi considerado município-estância hidromineral, apenas para o efeito de não poder o MDB, lá, continuar eleger o seu prefeito [...]. Os municípios, mais de duzentos, incluídos na área de segurança, os municípios que são capitais, os municípios estância hidromineral, com isso, o Governo vem alijando, paulatinamente, dos municípios, a participação do povo na escolha dos seus prefeitos, dos seus executivos.³²⁰

Jorge dá continuidade ao tema sobre os vereadores adentrando outro assunto de grande defesa dos emedebistas. Em seu programa de oposição, acerca dos vários pontos que eram referentes ao sistema eleitoral, o MDB criticava a existência dos municípios considerados áreas de segurança nacional, como também as capitais e estância hidromineiras que, por esse motivo, perdiam a prerrogativa das eleições diretas para o poder executivo local, por conta da decisão do governo Costa e Silva de junho de 1968.³²¹ De certa forma, essa medida do regime gerava consequências para a oposição em diversas cidades, onde sua estrutura já não era muito bem estabelecida e desenvolvida como já discutido no primeiro capítulo.

³²⁰ JORGE, JG de Araújo. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº003. DCN 04/03/1975. p. 62.

³²¹ Lei nº 5.449/68.

Tamanha importância deste assunto para o MDB fez com que o deputado Peixoto Filho (MDB/RJ) encaminhasse, por meio do presidente do MDB, Ulysses Guimarães, um projeto de Emenda Constitucional nº 7/78, que, dentre suas alterações na Constituição, pedia a supressão do item VII do artigo 81 pelo qual o presidente teria a prerrogativa de nomear os prefeitos e seus vices nos municípios considerados áreas de interesse e segurança nacional.³²² Também o senador Mauro Benevides (MDB/CE) mandou ao Congresso uma proposta de Emenda Constitucional nº 12/78 que buscava estabelecer o retorno das eleições diretas para prefeitos e seus vices nas capitais. Sobre essa última PEC, os emedebistas mostraram-se insatisfeitos com os boicotes promovidos pelos arenistas em atrapalharem as votações dessa emenda. Aldo Fagundes (MDB/RS) e Peixoto Filho (MDB/RJ) usaram a bancada da Câmara para protestar contra as atitudes da Arena. Para o primeiro, em um momento em que urgia o retorno à democracia, a Arena buscava se esquivar do voto popular.³²³ Já Peixoto Filho denunciou o fato de diversos deputados arenistas terem faltado à plenária propositalmente e culpou-lhes pelo não avanço de matérias importantes durante as atividades daquela legislatura presente.³²⁴

Continuando a discussão dos direitos eleitorais, em 1976, o MDB deparou-se com mais uma medida autoritária do regime. Após a vitória de 1974 e a já discutida análise desse ganho eleitoral, alguns ministros e órgãos do governo chegaram à conclusão de que foi um erro permitir uma liberdade de campanha eleitoral, que teria para eles tido grande influência na vitória da oposição naquele pleito. Assim, em 1976, em um momento próximo às campanhas para eleições municipais, o governo Geisel editou a Lei Falcão. Já não tivessem os emedebistas redução da participação eleitoral da oposição nos municípios devido aos pleitos indiretos nas áreas consideradas de interesse de segurança nacional, capitais e áreas hidro-minerais, o MDB perdia agora o direito de expressar-se nas campanhas eleitorais. Esse fato levou muitos políticos da oposição a protestarem no Congresso, como feito pelo deputado Odacir Klein (MDB/RS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para a campanha eleitoral do corrente ano o Governo retirou dos partidos políticos o direito de divulgação de suas mensagens através das emissoras de rádio e televisão.

³²² FILHO, Peixoto. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXIII, nº115. DCN 19/09/1978. p. 1593.

³²³ FAGUNDES, Aldo. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXIII, nº134. DCN 18/10/1978. p. 1958 e 1959.

³²⁴ FILHO, Peixoto. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXIII, nº134. DCN 18/10/1978. p. 9582.

À primeira vista, em existindo apenas dois partidos políticos e ambos não podendo divulgar suas mensagens, parece haver um equilíbrio de situações.

No entanto, no modelo bipartidarista brasileiro um dos partidos torna-se, ao natural, defensor do sistema institucional e sócio-econômico vigente, e o outro é oposição ao sistema. Incumbe, assim, à ARENA a defesa e ao MDB, a oposição.

Numa campanha eleitoral a ARENA toma a defesa do sistema. O MDB critica-o.

Não existisse a Lei Falcão, os arenistas, nas emissoras de rádio e televisão, deveriam explicar os desacertos ou acertos do sistema e os emedebistas fatalmente iriam mostrar a distância entre o sistema e o povo.

Com a Lei Falcão, a ARENA ficou dispensada de defender nas emissoras de rádio e televisão, ficando o MDB impedido de, através dos referidos veículos de comunicação, criticar e mostrar os desacertos da política em vigor.

No entanto, se um partido defende o sistema e o Governo é dele - sistema - originário, toda a propaganda feita pelo sistema ou pelo Governo, através de veículos de comunicação sonogados à Oposição, visa a favorecer o partido governista.

Curiosamente, no entanto, no momento em que a Oposição é impedida de cumprir seu dever de esclarecimento ao povo, assiste-se e ouve-se, pelos veículos de comunicação cujo acesso não é permitido ao MDB, uma campanha publicitária intensa do Governo e do sistema, onde, com apurada técnica de divulgação, procuram incutir na mente do povo que "este é um País que vai pra frente".³²⁵

Assim como outros deputados, Odacir Klein compreendeu que a Lei Falcão buscava atacar diretamente a campanha eleitoral da oposição. Ao estabelecer um controle sobre as informações que circulavam nos meios de comunicação, o governo impedia que a oposição usasse o espaço para desenvolver suas críticas, como feito na campanha em 1974, ao mesmo tempo em que usava o espaço midiático com propagandas pró-governo. Aparentemente, a lei seria para ambos os partidos, mas seus efeitos prejudicavam sobretudo o MDB, que perdia acesso a um importante meio de comunicação com o eleitorado.

Acompanhando discursos anteriores à edição da Lei Falcão, os políticos emedebistas mostravam-se empolgados com as campanhas e eleições municipais que ocorreriam em 1976. Muitos estavam confiantes da vitória emedebista nas eleições municipais. Houve ainda os que, novamente, apelavam, agora em nível local, ao voto plebiscitário para medir a aprovação do governo, como discursado por Argilano Dario (MDB/ES)³²⁶ e Jorge Uequed(MDB/RS).³²⁷ Entretanto, a Lei Falcão modificou o cenário encontrado pelo MDB nas campanhas para o pleito

³²⁵ KLEIN, Odacir. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº103. DCD 02/09/1976. p. 8423 e 8424.

³²⁶ DARIO, Argilano. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº006. DCD 11/03/1976. p. 409.

³²⁷ UEQUED, Jorge. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº004. DCD 09/03/1976. p. 277.

direto de novembro de 1976. Assim, os emedebistas teceram duras críticas a essa medida do governo que, por mais que atingisse também os arenistas, tinha como principal alvo o MDB. O deputado Magnus Guimarães proferiu a seguinte fala:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, inquestionável a flagrante desigualdade existente na realização do atual pleito eleitoral. Abstenho-me de comentar o Projeto de Lei já denominado "Lei Falcão", que visa a impedir o acesso ao rádio e à televisão dos candidatos no pleito municipal, projeto esse que representa a negação total de tudo que se conquistou ao longo de tantas jornadas cívicas e democráticas e que vinha aperfeiçoando os meios de comunicação e proporcionando sempre mais e melhor informação e esclarecimento à opinião pública nacional. E chegamos, efetivamente, a um nível tal que é comum dizer-se: povo bem informado é o esteio a democracia. Agora, todavia, não vemos como exercitar a democracia, se nos é vedado, proibido manifestar o nosso pensamento político e social. Não vemos como exercitar a democracia se é vedado ao povo o direito do conhecimento das diversas opções políticas, sociais, econômicas e educacionais.

E a ARENA, nesse quadro todo, como se comporta? Por admitir e se prevalecer das desigualdades existentes, torna-se solidária com a administração pública. Revela-se incapaz e incompetente para levantar sua voz em defesa, pelo menos, das prerrogativas dos representantes do Poder Legislativo.³²⁸

O deputado avaliou o projeto de lei do governo como antidemocrático. Segunda sua leitura, a medida inibia a liberdade de expressão, ao censurar os meios de comunicação. O MDB mesmo precisou apelar à Justiça Eleitoral para valer seus direitos durante a anticandidatura, assim como a Arena os tinha, de acessar a televisão para transmitir discursos, mesmo que sem sucesso, já que apesar da permissão da Justiça Eleitoral, esta pressionou as emissoras com ameaças de possíveis consequências.³²⁹ Magnus Guimarães ainda estende sua crítica para os arenistas que ficaram imóveis diante dessa lei, não esboçando nenhuma reação contrária ao governo – possivelmente, porque viam benefício na mordança das campanhas da oposição que foram um dos pontos essenciais para a vitória de 1974. Sendo assim, essa lei buscou podar as liberdades dadas em 1974, as quais o partido opositor soube explorar em campanhas eleitorais.

Ainda sobre as questões eleitorais, os emedebistas discutiram no plenário também tópicos como a fidelidade partidária, sublegenda, voto vinculado, eleições indiretas e bipartidarismo, dentre outros. Essas matérias estavam presentes em seu programa de oposição e campanha eleitoral. Os políticos do MDB usaram o Congresso para desaprovar cada um

³²⁸ GUIMARÃES, Magnus. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº061. DCD 04/06/1976. p. 4827.

³²⁹ KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo. op. cit.* p. 148 e 149.

desses itens construídos pelo regime que compunham a base político-partidário-eleitoral no Brasil da ditadura.

Sobre a fidelidade partidária, sublegenda e voto vinculado, diversos emedebistas vinham se posicionando desde antes do início da legislatura em 1975 contra essas medidas, inclusive abordando esses assuntos conjuntamente como nos discursos de Walter Silva (MDB/RJ),³³⁰ Odacir Klein (MDB/RS),³³¹ Roberto Carvalho (MDB/SP)³³², entre outros. Com o pronunciamento de Walter Silva podemos perceber parte das críticas de alguns políticos emedebistas:

Será possível a proclamada reconciliação nacional persistindo os institutos de eleições indiretas, a fidelidade partidária, erigida em dogma e única no mundo, as sublegendas, o voto vinculado, enfim um entulho legislativo incompatível com as nossas tradições Jurídico-políticas, e que está a exigir imediato removimento, tudo a constituir artifícios legais impostos à Oposição e que o resultado eleitoral de 15 de novembro último revelou ser de todo importante para o atingimento dos objetivos colimados pela situação?³³³

Na percepção deste deputado autêntico, os artifícios legais criados pela ditadura militar, como as eleições indiretas, a fidelidade partidária, sublegendas e o voto vinculado, tinham por finalidade dificultar a atuação do MDB no sistema político bipartidário. Estes recursos, somados a outros, como a Lei Falcão, criavam impedimentos legais que prejudicavam o partido de oposição, no que diz respeito ao processo eleitoral. Para Walter Silva, esses “entulhos legislativos” impediriam a reconciliação nacional, aparentemente atentando para a distensão que havia sido prometida pelo governo Geisel.

Foquemos, agora, na questão da fidelidade partidária. Ela foi criada na Emenda Constitucional nº 1, de 1969, como instrumento de obediência às diretrizes do partido, sendo

³³⁰ SILVA, Walter. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº040. DCD 07/05/1975. p. 2424.

³³¹ KLEIN, Odacir. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº113. DCD 27/09/1975. p. 7961.

³³² CARVALHO, Roberto. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº024. DCD 10/04/1975. p. 1259.

³³³ KLEIN, Odacir. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº113. DCD 27/09/1975. p. 7961.

que o político que infringisse os acordos partidários, teria como pena perda de seu mandato.³³⁴

De acordo com seu o artigo 152, parágrafo único:

Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito. A perda do mandato será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa.³³⁵

Assim, o governo criava um mecanismo de apoio do político ao seu partido em questões de votação nas casas legislativas. Mas a fidelidade partidária foi regulada mesmo pela lei nº 5.682, de 1971, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos.³³⁶ Em seu capítulo II, “Da Perda do Mandato por Infidelidade Partidária”, é discorrido texto semelhante ao artigo 152 da primeira Emenda Constitucional, entretanto trazendo detalhamentos de como ocorreria a punição de vereadores, deputados estaduais e federais e senadores que descumprisse a agenda de seu partido.

Com relação à fidelidade partidária, no MDB houve dois momentos de distintas reclamações dos políticos emedebistas quanto a este artifício legal. Entre o final de 1976 e o ano de 1977, houve políticos da oposição que criticaram o governo e o líder da Arena, José Bonifácio, por seu projeto de lei que visava suspender a fidelidade partidária. Então, neste momento, alguns desses políticos do MDB reclamavam que o governo visava atrair os emedebistas adesistas às propostas e ao partido do governo. Isso constituiu, inclusive, um conflito interno entre emedebistas, pois alguns foram chamados de adesistas e buscaram se defender. Um desses políticos foi o deputado Oswaldo Lima (MDB/RJ).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa local vem abordando o posicionamento político de alguns parlamentares em relação a algumas reformas ao texto constitucional. Evidentemente que se trata de especulações em torno da recente Emenda Constitucional, apresentada pelo Deputado José Bonifácio, que pretende extinguir o Instituto da Fidelidade Partidária.

[...]

³³⁴ MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. *FIDELIDADE PARTIDÁRIA: um panorama institucional*. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal. 2004. p. 2.

³³⁵ MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. *FIDELIDADE PARTIDÁRIA*. *op. cit.* p. 2.

³³⁶ MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. *FIDELIDADE PARTIDÁRIA*. *op. cit.* p. 2.

É minha opinião que, se o Instituto da Fidelidade Partidária somente prejuízos trouxe ao nosso Partido, a sua extinção ensejará a dilapidação dos valores que aquele Instituto quis preservar.

Não acredito que o Movimento Democrático Brasileiro, preocupado com a Reforma do Judiciário, permita a aprovação dessa Emenda, que representa a frustração total de um povo, que insiste no reencontro com a Democracia sem adjetivações.

No que diz respeito ao noticiário, sinceramente, não posso e não devo me voltar contra os profissionais da imprensa; todavia, alerto-os com relação às fontes de informações, que procuram intrigar aqueles que se preocupam com o limiar de uma nova era política, onde os oportunistas não terão vez.³³⁷

Na visão dos políticos, como Oswaldo Lima (MDB/RJ), que defenderam naquele momento específico a permanência da fidelidade partidária, estava a compreensão de que ela preservava a unidade do MDB enquanto grupo opositor, visto que em seu ensejo havia diversos interesses e pensamentos. Mas esse fato não era compartilhado por outros emedebistas, que defenderam ainda sim o fim desse mecanismo de lei, permanecendo na defesa de um ponto de discussão da própria oposição, como fez JG de Araújo Jorge (MDB/GB).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer alguma coisa a respeito da emenda sobre a fidelidade partidária, porque me declarei a seu favor e a assinei. Considero-me absolutamente insuspeito neste caso porque fui eu quem, desta tribuna, pedi, de certa feita, a substituição da Licença do Governo, argumentando que, se realmente o Governo desejava dialogar a sério com o MDB; devia substituir o seu Líder, que, muitas vezes, na tribuna, desce a sátiras, ficando o nível do Congresso nem sempre na altura em que deveria estar.

Contudo, assinei a emenda do eminente Líder José Bonifácio porque sempre fui coerente na defesa do princípio de que a fidelidade não deve existir como uma camisa de força para os elementos que se vinculam a determinado partido. Considero muito mais perigoso para o MDB o envolvimento da cúpula do partido em diálogos com o Governo, porque isto comprova, evidentemente, que o Governo se sente inseguro e que qualquer entendimento seu com o MDB é prova de que ele deseja concessões por parte do partido da Oposição.

Não é a emenda da fidelidade que vai evitar que o Governo - na minha maneira de ver - acabe com as eleições diretas. Se este Governo que aí está, eufemisticamente denominado de forte - como disse o eminente Senador Luís Viana - quiser acabar com as eleições diretas, faz um Ato Institucional, como tem cassado e baixado Atos Institucionais na hora em que bem deseja, sem considerar se há a necessidade de dois terços dos membros do Congresso a favor.

Desta maneira, sempre fui favorável a que não existisse a fidelidade, pois considero que a ARENA e o MDB são dois sacos de gatos, dois partidos que arregimentam as sobras de outros 13 dissolvidos na época do Presidente Castello

³³⁷ LIMA, Oswaldo. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXII, nº016. DCD 23/03/1977. p. 1217.

Branco. Prefiro estar com poucos, confiando nesses poucos, do que estar com muitos, podendo ser apunhalado pelas costas ou levar rasteiras.³³⁸

Em um contundente discurso, JG de Araújo Jorge (MDB/GB) declarou-se a favor da emenda constitucional proposta pelo líder da Arena. Porém, deixou claro seu ponto de vista. Independente de qual partido tenha vindo essa emenda que propunha o fim da fidelidade partidária, o cenário ainda continuaria o mesmo com partidos inorgânicos que não correspondiam à realidade do cenário político brasileiro.

Em 1978, próximo às eleições indiretas para o poder executivo federal, o assunto sobre a fidelidade partidária retornou ao cenário do Congresso. Diferente da proposta de emenda de 1976 na qual o governo pretendia pôr fim à fidelidade partidária, a Arena e, mais especificamente, o governo apelaram para este artifício legal nas eleições que sucederiam à do presidente Ernesto Geisel, para conseguir aprovação do general João Baptista Figueiredo no pleito indireto de 1978. Deve-se notar que para estas eleições indiretas para presidência, o MDB apoiou a candidatura também de um militar, o general Euler Bentes Monteiro. Essa candidatura foi viabilizada por um movimento de dissidente das forças armadas e da Arena, com apoio de empresários e representantes do MDB.³³⁹ Novamente, diversos políticos emedebistas reafirmaram-se contrários ao fim desse princípio eleitoral, como Antunes de Oliveira (MDB/AM),³⁴⁰ Oswaldo Lima (MDB/RJ)³⁴¹ e Celso Barros (MDB/PI)³⁴², entre outros. Este último fez o seguinte pronunciamento:

Sr. Presidente, srs. Deputados, a ARENA, temendo o fracasso da candidatura do General João Baptista Figueiredo no Colégio Eleitoral, apelou, em sua reunião de ontem, para o princípio da fidelidade partidária, obrigando, assim, os eleitores daquele Colégio a votarem no candidato oficial, mesmo contra a vontade.

Essa decisão viola o princípio que fundamenta o sufrágio eleitoral, que só admite fidelidade aos imperativos da consciência, tornando a escolha livre de qualquer injunção ou conveniência externa. Do contrário, não haverá eleição, mas

³³⁸ JORGE, JG de Araújo. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXII, nº016. DCD 23/03/1977. p. 1223.

³³⁹ _____. *Euler Bentes Monteiro*. Verbete DHBB. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-euler-bentes>. Acesso em: 19 de julho de 2019.

³⁴⁰ OLIVEIRA, Antunes de. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXIII, nº101. DCD 26/08/1978. p. 7264.

³⁴¹ LIMA, Oswaldo. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXIII, nº089. DCD 10/08/1978. p. 6386.

³⁴² BARROS, Celso. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXIII, nº076. DCD 23/06/1978. p. 5388.

homologação; não haverá voto, mas simplesmente ordem; não haverá consciência eleitoral a preservar, mas interesses subalternos a defender.³⁴³

A reclamação do deputado Celso Barros (MDB/PI) foi semelhante à de outros deputados e senadores. Isso exemplifica como os governos do regime usavam os recursos de legislação conforme lhes traziam benefícios, de forma casuística, conforme as circunstâncias. Em um momento, buscaram pôr fim à fidelidade partidária, no outro a usaram para garantir a eleição de seu candidato. E, assim, a oposição ainda esbarrava em outro problema: as eleições indiretas. Em discurso repudiando a fidelidade partidária a qual o governo apelava à Arena para homologar seu candidato, o deputado Antunes de Oliveira (MDB/AM) iniciou seu discurso abordando essa questão:

Sr. Presidente, Eminentíssimos Pares, a escolha de Presidente e Vice-Presidente da República, de Governadores de Estado e senadores de proveta, por Colégios Eleitorais, é inteiramente contra-indicada. Escolha é antidemocrática e inoportuna, eis que realizada sob a égide de um regime semiditatorial. As eleições de 15 de outubro deste ano, pelo chamado colégio eleitoral, são equivocadamente chamadas de eleições indiretas. Não são eleições indiretas, por não serem secretas. Eleições diretas, ou indiretas, têm que ser secretas. Quando não secretas, não são eleições, quer diretas quer indiretas.

[...] Com eleitores, diretamente, não é do seu gosto, da sua vocação. Assim, sendo o candidato oficial à Presidência da República, sente-se bem no colégio eleitoral, de voto a descoberto, com respeito a lei de fidelidade partidária. Só que a escolha eleitoral é contra-indicada para o Brasil. Não é escolha com votos livres e secretos. Não é escolha que se chame de eleição indireta.³⁴⁴

Oliveira criticava o sistema eleitoral vigente para o executivo federal. Votos não secretos, fidelidade partidária e eleições indiretas não condiziam com uma opção de “escolha” democrática. Os emedebistas em diversas ocasiões e momentos proferiam em seus discursos críticas ao modelo eleitoral adotado pelo governo. Os partidários do MDB colocavam-se a favor das eleições livres e diretas, além de discutirem a funcionalidade do bipartidarismo.

Quanto a este último tópico, alguns julgavam haver artificialidade presente na existência de apenas dois partidos, como dito pelos deputados Luiz Henrique (MDB/SC)³⁴⁵ e Fernando

³⁴³ BARROS, Celso. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXIII, nº076. DCD 23/06/1978. p. 5388 e 5389.

³⁴⁴ OLIVEIRA, Antunes de. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXIII, nº101.DCD 26/08/1978. p. 7264 e 7265.

³⁴⁵ HENRIQUE, Luiz. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº111. DCD 25/09/1975. p. 7843.

Coelho (MDB/PE).³⁴⁶ Assim, as diferentes visões e tendências políticas ficavam restritas a grupos fechados e heterogêneos, que, como disse o deputado João Gilberto (MDB/RS), formaram-se em duas agremiações, uma com tendência governista e outra oposicionista, que tentavam ser como partidos políticos, mas não eram de fato.

Muitos políticos do MDB desejavam a restauração do pluripartidarismo. Porém, havia outros que não acenavam para o fim do bipartidarismo. Havia emedebistas que criticavam o sistema de dois partidos, mas para falar sobre o que eles denominaram de “impasse”. Segundo o deputado Rubem Dourado (MDB/GB), quem teria usado tal termo para explicar o problema do bipartidarismo teria sido o senador Luiz Viana Filho (Arena/BA). Definindo em discurso, Dourado afirmou:

Qual será o impasse, Srs. Deputados? Feita a Revolução, que conseguiu inclusive o apoio popular nas eleições seguintes, foram idealizados dois Partidos, um de Governo e um de Oposição. Aliás, momentos houve em que o Governo entendeu seria seu Partido tão grande que a Oposição desapareceria. Mas eis que os tempos passam, os preços aumentam e as cassações se estendem muito além daqueles considerados comunistas, atingindo até os que fizeram a Revolução.

Não podemos deixar de reconhecer verdade nas palavras do Senador Luiz Viana Filho, quando disse: "Aí está o impasse".

Qual é o impasse? O bipartidarismo sugerido naquele momento.

Temos como modelo as democracias inglesa e americana, ou seja, a alternatividade do poder. Apesar, todavia, dos esforços indiscutíveis do Presidente Geisel no sentido de manter a democracia progressiva, observam-se pressões de todos os ângulos e de todas as partes, a fim de não permitir que o MDB seja maioria e, como maioria venha a governar.³⁴⁷

Impasse foi então, o modelo de bipartidarismo desejado pelo regime militar no momento em que ele foi constituído. Isto porque a existência de apenas dois grupos políticos só era interessante ao regime enquanto este, com seus mecanismos legislativos, pudesse beneficiar a manutenção da Arena na liderança do poder, enquanto partido majoritário. Porém, como analisado nessa fala do deputado e também em discurso proferido por Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), esse sistema partidário entrou em colapso quando o MDB se fortaleceu diante da opinião pública e dos eleitores, aumentando sua força e presença no cenário político-legislativo

³⁴⁶ COELHO, Fernando. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº012. DCD 19/03/1976. p. 1076.

³⁴⁷ DOURADO, Rubem. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº095. DCD 03/09/1975. p. 6751.

no pleito de 1974. A respeito desta posição, a crítica aparentemente vinha em favor da existência e importância do MDB enquanto grupo de oposição dentro especificamente do cenário da ditadura. Se só existiam dois partidos, o MDB, mesmo que oposição ao regime, deveria ter as mesmas condições e direitos de alcançar o domínio do governo como a Arena vinha fazendo até então. A questão não se tratava de concordar ou não com o bipartidarismo, mas de acessar e reivindicar o próprio discurso do regime ditatorial.

Nesse quesito entra a questão da distensão. Com a vitória eleitoral do MDB, alguns dos seus políticos deixaram claro no Congresso que queriam participar do processo decisório no governo. Entretanto, o tom nos discursos mudava de político para político. Havia os que dispunham de um tom conciliatório e cordial com o governo. Outros já traziam pronunciamentos mais estridentes e combativos.

Na linha mais conciliatória temos um discurso aqui já mencionado do deputado Petrônio Figueiredo (MDB/PB): “[...] desejamos sinceramente ajudar ao Governo. Cooperar sem participar diretamente; aplaudir atos sem aderir e sem abdicar dos sagrados compromissos para com o povo, denunciando erros, apontando violências e até crimes.”³⁴⁸ Ou seja, Petrônio Figueiredo declarava que o MDB deveria continuar no seu papel de oposição consentida, atuando apenas até onde seria permitido. Alcir Pimenta (MDB/GB) também acenava para essa linha simpática ao governo. Em discurso o deputado afirmou:

Sr. Presidente. Srs. Deputados, ninguém mais pode ter dúvidas quanto aos propósitos e intenções do Presidente Ernesto Geisel em relação à almejada abertura democrática.

Desde que assumiu o governo, Sr. Ex. se vem mantendo numa irrepreensível linha de coerência, que não se alterou nem mesmo diante do surpreendente resultado das urnas, em 15 de novembro.

Não há de negar, pois, estar o Governo empenhado em devolver o País à normalidade constitucional, abolindo os atos de exceção que o Movimento Revolucionário de 31 de março estabeleceu como indispensáveis à obra que se propôs executar, não sendo nosso intuito analisar, nesta oportunidade, os méritos ou deméritos da ação renovadora oriunda da orientação político-administrativa imposta ao País pelos sucessivos governos, a partir de 64.³⁴⁹

³⁴⁸ FIGUEIREDO, Petrônio. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº003. DCD 04/03/1975. p. 81.

³⁴⁹ PIMENTA, Alcir. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº015. DCD 21/03/1975. p. 677.

O deputado Pimenta, em 1975, pedia ao partido de oposição que confiasse no novo presidente em sua promessa de distensão. Não abordou enquanto político da oposição o desejo de participar desse mesmo processo, aparentemente relegando ao regime os trâmites sobre as mudanças nos aspectos políticos, retornando ao pensamento de oposição consentida. Entretanto, deve-se, também, compreender que o presidente Geisel enfrentou forte oposição ao projeto de “distensão” por parte de uma ala da extrema-direita contrária à descompressão política, pois, de acordo com Marcos Napolitano, “para a extrema-direita militar, a volta do chamado “grupo castelista” ou ‘Sorbonne’ [...] poderia significar o aumento da corrupção, início de um processo de transição política e desmontagem do aparato repressivo.”³⁵⁰ Assim, podemos, também, compreender a postura de alguns emedebistas em consentir apoio ao projeto de distensão como maneira de se colocarem contrários aos agentes da extrema-direita e suas possíveis ações repressivas, como fica evidente no discurso do deputado Fernando Coelho (MDB/PE):

As posições firmes adotadas pelo MDB, guardando fidelidade aos compromissos assumidos na campanha eleitoral [...] em nenhum momento deixaram de ser assinaladas pelo equilíbrio e pela serenidade. Desafiamos que se possa imputar à Oposição, no exercício da atividade parlamentar, nesses dois meses, qualquer excesso que contribuísse para o agravamento da crise institucional - instalada não aqui, mas fora desta Casa, pelos grupos radicais que se recusam a aceitar a política de distensão inaugurada pelo Presidente Geisel.

Surpresos e frustrados, ao contrário, devem estar tanto os que, acaso, pretendiam uma Oposição inconstante ou irresponsável, como aqueles que a desejaram tibia ou subserviente.³⁵¹

Sendo assim, nos diversos discursos analisados, percebemos que os emedebistas, até certa medida, debitavam apoio ou esperanças no projeto de distensão do governo Geisel. Alguns emedebistas acreditavam na disposição do governo ao diálogo, tanto que o deputado Peixoto Filho (MDB/RJ) leu no Congresso um documento enviado por Ulysses Guimarães – presidente do partido – tecendo considerações de como a oposição iria contribuir para o processo de distensão e “reestabelecimento da normalidade democrática”.³⁵² Nessa nota, o partido reafirmou seus princípios oposicionistas, como a defesa dos direitos humanos, o voto secreto e

³⁵⁰ NAPOLITANO, Marcos. 1964. *op. cit.* p. 237.

³⁵¹ COELHO, Fernando. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº035. DCD 29/04/1975. p. 2043.

³⁵² FILHO, Peixoto. Diário do Congresso Nacional. Ano XXX, nº064. DCN 22/06/1975. p. 1625 a 1630. Ata da 82ª sessão conjunta, em 21 de junho de 1975.

direto e também o fim da legislação de exceção. O MDB, por meio de sua liderança, esperava contribuir no processo de distensão, entretanto, fazia uma interpretação do processo diferente do governo. O partido de oposição entendia o processo como uma abertura à democracia ou como a redemocratização do sistema político, termo usado por alguns políticos como Antônio Belinati (MDB/PR),³⁵³ porém o que o governo buscava, como dito por Marcos Napolitano, era a institucionalização do regime e não a abertura democrática.³⁵⁴

Ainda na defesa dos princípios da oposição, o MDB também discutiu outros dois pontos importantes: anistia e constituinte. A anistia ganhou respaldo em diversas manifestações na sociedade. Já a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte compunha um dos principais pontos de defesa do MDB, principalmente pelo grupo dos autênticos.

Sobre a defesa da Constituinte, na Carta de Recife em 1971, os autênticos exigiam sua imediata formação já para a legislação de 1974. Porém, houve deputados contrários a essa proposta. Vale compreender de antemão que a crítica não era diretamente oposta à necessidade de mudança constitucional, mas que para aquela legislatura ela seria inviável. Segundo o deputado Jorge Uequed (MDB/RS):

Sr. Presidente, srs. Deputados, setores governistas voltaram a falar em convocação de Constituinte, ainda com a atual composição da Câmara e do Senado.

O fato de o País não possuir uma Constituição que seja a Carta Magna e de que o Governo não disponha de número suficiente para fazer as alterações que deseja. Não pode levar-nos à convocação de uma Assembléia Constituinte com Deputados e Senadores que não receberam do povo poderes para serem constituintes.,

É evidente que o País precisa de uma Carta Magna; mas os elaboradores, os que vão votá-la, necessitam ser eleitos para tal fim.

Convoquem-se eleições para Assembléia Constituinte, para que o povo escolha os que se vinculam aos anseios populares e a normas que devem prevalecer na Constituição a ser elaborada. Em caso contrário, não passará de mais uma "fórmula de laboratório" para que os governantes possam alterar a atual Constituição (o que atualmente não podem fazê-lo, por não terem os 2/3 necessários) e modificar algumas regras a seu bel-prazer.

Uma maioria, que vota silenciosa e omissa, uma lei restritiva à atividade política, como a "Lei Falcão", a que não estaria sujeita se poderes tivesse para aprovar uma nova constituição?

Se a atual Constituição não satisfaz, ao menos ela já tem algumas regras do jogo. Mudá-la (com o atual Congresso) seria dizer que o partido do Governo, que está

³⁵³ BELINATI, Antônio. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº064. DCD 18/06/1975. p. 4376.

³⁵⁴ NAPOLITANO, Marcos. 1964. *op. cit.* p. 234 e 239.

ameaçado de perder a maioria em 1978, pode mudar, a seu critério, as regras do jogo.³⁵⁵

O deputado Uequed lembra que por mais que o MDB tivesse crescido no processo eleitoral e dispusesse de 1/3 da Câmara dos Deputados, a maioria da casa ainda era composta por parlamentares do partido do governo. Por mais que a Arena, como Lucia Grinberg³⁵⁶ buscou explicar em sua tese, fosse um órgão distinto do governo, compreendemos aqui que o governo tinha certa autoridade sobre os arenistas, mesmo que por artifícios como a lei da fidelidade partidária. Além disso, não se tratava de um período democrático e as regras do jogo eram constantemente violadas pela cúpula do poder. Na visão deste deputado, a Constituinte era necessária, mas se executada às pressas naquele momento, com a configuração vigente nas casas legislativas, essa reforma não atenderia aos reais objetivos e mudanças que ela deveria alcançar em meios democráticos.

Sobre essa característica de interferência do governo nos poderes legislativos, o momento de mais significativa tensão entre oposição e o governo Geisel ocorreu com o Pacote de Abril em 1977. Para Marcos Napolitano³⁵⁷ e Maria Helena Moreira Alves³⁵⁸, esse pacote previa uma reforma no poder judiciário que dependia da aprovação do MDB, agora com mais de 1/3 das cadeiras no Senado. No jornal *Movimento*, ao abordarem as negociações entre governo e o MDB, por meio da “Missão Portela”, o noticiário demonstra como o governo Geisel buscou oferecer um diálogo com a oposição. A Comissão Executiva do partido de oposição, concordou com o encontro para negociações entre Ulysses Guimarães e Petrônio Portela, desde que os acordos firmados não ferissem os programas do governo. Em resposta, o líder da Arena, José Bonifácio afirmou “O programa dos partidos? Vamos ser objetivos e práticos. Faz-se uma reunião e muda-se”.³⁵⁹

Porém, sem conciliação de interesses entre a oposição e o governo, Geisel, usando o AI-5, fechou o Congresso em abril e impôs as reformas que pretendia estender também para mudanças na legislação política (como a criação do “senador biônico”). Para esses autores, a medida do governo previa impor a distensão, afastando a oposição do centro de decisões, bem

³⁵⁵ UEQUED, Jorge. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº066. DCD 11/06/1976. p. 5272.

³⁵⁶ Tese desenvolvida no livro: GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*. op. cit.

³⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. op. cit. p. 256.

³⁵⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. op. cit. p. 192 e 193.

³⁵⁹ JORNAL MOVIMENTO. nº 90. 21 de março de 1977. p. 3.

como limitando o alcance eleitoral dela no pleito de 1978. A oposição demonstrou preocupação e receio com os trâmites para o processo de retorno à democracia. O governo havia burlado o sistema legislativo, fazendo uso de uma medida de exceção justamente em um período no qual se discutia e se confundiam os limites da distensão e redemocratização. Sobre esse episódio, em síntese, o deputado João Gilberto (MDB/RS) afirmou:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação perturbada assistiu neste 1977 às maiores demonstrações do que pode resultar do acúmulo de poderes nas mãos de um homem ou de um núcleo, em prejuízo da democrática distribuição de poderes e dos mecanismos de controle da autoridade nacional.

O chamado “Pacote de Abril” foi um dos eventos mais lamentáveis da História Contemporânea brasileira: como o Congresso Nacional não fez a vontade do Governo num projeto sobre Reforma Judiciária, rejeitando a matéria, no que era sua competência e seu direito, o Chefe de Estado assume excepcionalmente todos os poderes, decreta o recesso parlamentar e passa a jogar sobre a Nação um complexo de emendas constitucionais e decretos-lei.

[...]

A Nação ficou tão chocada, tão constrangida, tão traumatizada, que a esperança parecia desaparecer e a desilusão batia a porta das mais expressivas categorias sociais.

[...]

Sim! Foi a mágoa de ver a Oposição conquistar a audiência que os programas promocionais não tinham alcançado; foi a verdade da satisfação popular em ver homens dizerem em alto e bom tom o que a Nação realmente pensa, o que tocou mais na sensibilidade aguda e desmedida do poder.

E porque a Nação gostou, o programa foi punido, o partido foi atingido, o líder do MDB na Câmara dos Deputados, Alencar Furtado, foi cassado!³⁶⁰

Esse deputado usou em sua argumentação elementos presentes em outros discursos. O MDB viu como retrocesso o uso do AI-5 no processo de ação do governo ao ver suas pretensões barradas pela oposição. A oposição, no que se mostrou pelos discursos de seus políticos, buscava defender suas propostas e fazer frente ao governo, apoiando-se no momento político-social então em vigor. Entretanto, o governo não demonstrava disposição de negociar ou permitir que a oposição avançasse sobre seus projetos. A vitória da oposição em 1974 retirou do governo o conforto que este possuía ao gerir a política sem essas pressões de dentro do Congresso. Um governo que prometia distensão política, acabava recrudescendo sua atuação

³⁶⁰ GILBERTO, João. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXII, nº080. DCD 11/08/1977. p. 6499.

por meio da legislação de exceção. A oposição criticou veementemente esses mecanismos usados pelo governo na manutenção do poder.

Soma-se a essa situação o uso também dos instrumentos excepcionais para cassações de políticos oposicionistas. Essa foi outra maneira de reduzir e atenuar a busca do MDB por participação do governo. Vários nomes do MDB perderam seus mandatos nesse período. O caso de Alencar Furtado (MDB/PR) foi um dos mais emblemáticos. Em 1977, tinha acabado de assumir o posto de líder da oposição da Câmara dos Deputados com características pertencentes aos autênticos, foi um dos principais críticos da reforma do judiciário, contribuindo para a postura da oposição contra o projeto.³⁶¹ Porém, outros nomes como Lysâneas Maciel (MDB/GB),³⁶² Nadyr Rosseti (MDB/RS) e Amauri Müller (MDB/RS)³⁶³ foram cassados. Todos esses deputados faziam parte do grupo dos autênticos e foram depostos com base em discursos que pronunciaram. Como no discurso citado acima do deputado João Gilberto (MDB/RS), vários emedebistas usaram o Congresso para protestar contra essas cassações. Laerte Vieira, na posição de líder do partido, usou o plenário da Câmara dos Deputados para ler um manifesto no MDB, contra as cassações de Lysâneas Maciel (MDB/GB), Nadyr Rosseti (MDB/RS) e Amauri Müller (MDB/RS):

“DO MDB A NAÇÃO”

Atos de força vêm-se tornando rotina do Governo.

Manifestações de reduzida dimensão local, distorcidas do seu real sentido, são transformadas em perigoso caso nacional; a revolta de um bravo Deputado é tomada coma ofensa às Instituições; tudo para justificar o renovado uso do arbítrio, desrespeito ostensivo à vontade popular.

[...]

Conscientemente ou não, por detrás do pretexto estão bem claras as-verdadeiras causas: de um lado o fracasso da política econômica, caracterizado pela falência do "milagre brasileiro", pelo aviltamento da qualidade de vida da família trabalhadora e pela incapacidade de mobilizar os recursos internos para assegurar ao País um modelo estável e autônomo de desenvolvimento.

³⁶¹ _____. *José Alencar Furtado*. Verbetes. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-alencar-furtado>. Acesso em: 18 de abril de 2019.

³⁶² CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Livro de atas nº 8, dia 1 de abril de 1976. p. 1 a 7. Pedido do Conselho à apreciação do presidente da República, Geisel, para a cassação do deputado emedebista Lyssâneas Maciel com base em discurso proferido na Câmara dos Deputados no dia 30 de março de 1976, ao criticar a cassação de Nadyr Rosseti e Ameury Müller.

³⁶³ CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Livro de atas nº 8, dia 29 de março de 1976. p. 1 a 6. Pedido do Conselho à apreciação do presidente da República, Geisel, para a cassação dos deputados emedebistas Nadyr Rosseti e Amaury Müller após discursos proferidos em uma concentração política realizada pelo MDB em Palmeira das Missões (RS).

De outro lado, a tentativa de distorcer o processo eleitoral, de intimidar a Oposição, identificá-la com o comunismo e a subversão, amesquinhar sua força, pela mutilação de seu quadro de líderes; anestesiar, pela repetição e pelo hábito, a consciência cívica dos brasileiros, para perpetuar o regime antidemocrático.

[...]

Em suma: o AI-5 deforma permanentemente a consciência democrática do nosso povo que, sob a sua égide, é compelido a viver numa atmosfera de força, intolerância, ameaças e medo.

[...]

Na oportunidade, o MDB renova o seu protesto contra a cassação dos mandatos dos valorosos companheiros Amaury Müller, Nadyr Rossetti e Lysâneas Maciel, vítimas de violência que não apenas os atingiu, mas ao Poder Legislativo que eles integravam, ao Movimento Democrático Brasileiro a que pertenciam e aos Estados que representavam, frustrando a decisão de quase 250 mil cidadãos, exatamente dos centros mais politizados do País. Ratificando a sua solidariedade a todos quantos, no curso da nossa luta, foram injustamente proscritos, expressa também a sua homenagem de respeito aos que deram o sacrifício da vida ou foram vilipendiados nos seus direitos humanos.³⁶⁴

O MDB se posicionou contra os ataques do governo aos seus políticos, bem como ao próprio partido de oposição. Para essa sigla, ao culpabilizar os deputados emedebistas com base em seus discursos proferidos em contextos regionais, o governo buscava desestabilizar e atingir a atuação oposicionista. Assim, os emedebistas criticavam o uso do AI-5 para o avanço democrático.

As violações legislativas, como discutido acima, foram constantes. O MDB também atuou significativamente contra uma outra violação em específico: as cometidas contra os direitos humanos. Essa foi uma das principais matérias defendidas pelos políticos da oposição, desde as campanhas até o final de seus mandatos. Não à toa, conseguiram criar uma CPI para que investigassem os casos dos desaparecidos políticos.

Ao iniciar a legislatura em 1975, diversos deputados emedebistas exigiram a presença do ministro da Justiça, Armando Falcão, no plenário para prestar esclarecimentos sobre a situação dos presos políticos e o desaparecimento de alguns deles. Isso inclusive gerou críticas ao MDB por parte do líder da Arena, José Bonifácio (Arena/MG), que achava descabida a pressão e a exigência de comparecimento do ministro na casa legislativa. Dentre os deputados que solicitaram essa presença estava Laerte Vieira (MDB/SC)³⁶⁵, que discursou como líder da

³⁶⁴ VIEIRA, Laerte. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº026. DCD 08/04/1976. p. 2171

³⁶⁵ VIEIRA, Laerte. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº005. DCD 06/03/1975. p.138.

oposição na Câmara. Outros deputados criticaram abertamente a posição assumida pelo líder do partido do governo, levando JG de Araújo Jorge (MDB/GB)³⁶⁶ a afirmar que Bonifácio e o ministro Falcão acusavam o MDB de criar um clima de insegurança com a sua proposição.

Assim, os emedebistas usaram o plenário para pressionar o governo a dar esclarecimentos sobre a situação em que presos políticos eram colocados e cobravam informações sobre desaparecidos políticos. O deputado Vinícius Cansanção (MDB/AL)³⁶⁷ aproveitou um espaço de fala para protestar contra uma violenta ação policial contra presos políticos no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em Pernambuco. Esse exemplo foi replicado em diversos momentos na Câmara, nos quais deputados usavam seus tempos de fala para denunciar abusos policiais em diversos locais pelo país.

Um último assunto sensível ao analisar os discursos dos emedebistas foi a relação entre políticos e partido no Congresso. Em certas ocasiões, deputados expuseram suas opiniões sobre o MDB. Em suma, eram discursos contra a direção do partido, que buscava impor uma linha de atuação aos parlamentares do MDB. Nelson Thibau (MDB/MG)³⁶⁸ afirmou em discurso que o partido deveria permitir mais espaço aos novos, porém a cúpula partidária os ignorava. Já Henrique Cardoso (MDB/BA) pedia que o partido fosse democrático em suas ações internas como pregou nas eleições:

Eu aqui nesta hora, como Coordenador da bancada baiana, pela sua maioria de 4 em um número de 5, quero afirmar que o meu Partido, que exportou, que vendeu, que deu Democracia nas praças públicas, não está oferecendo, no seu próprio âmbito, essa mesma Democracia.

[...]

O Partido, se quiser ser realmente um estuário de vontade e de expressão democrática, tem que consultar toas as consciências, através do Líder, para dizer que é a opinião da generalidade e não a sua própria opinião.

Então, a bancada da Bahia se vê postergada no seu direito e diante da sua posição, na luta do Estado, onde um grupo domina o Partido para vaidade pessoal, para egoísmo próprio, contra o outro, que é o nosso, que luta pelos princípios, os princípios do Movimento Democrático Brasileiro.³⁶⁹

³⁶⁶ JORGE, JG de Araújo. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXX, nº011. DCD 15/03/1975. p. 435.

³⁶⁷ CANSANÇÃO, Vinícius. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº005. DCD 06/03/1975. p.128.

³⁶⁸ THIBUA, Nelson. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº004. DCD 05/03/1975. p. 84.

³⁶⁹ CARDOSO, Henrique. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Seção I. Ano XXXI, nº006. DCD 07/03/1975. p. 162.

Este assunto foi deixado por último já que sintetiza a composição do MDB: complexa e conflituosa. Ao analisar os discursos produzidos, principalmente pelos deputados, é possível perceber como o MDB era um partido heterogêneo. O partido, constituído de maneira involuntária, possuía vozes próprias dentro de seu interior.

É importante aqui diferenciar o partido da pessoa investida em cargo político. Ser oposição era colocar-se contra o regime ditatorial que se impôs sobre o país naquele período. Pelas bases legais, os opositoristas de diferentes ideologias que não foram cassados inicialmente juntaram-se em uma única agremiação. Vale constar que havia no partido agentes movidos por interesses particulares e políticos que não condiziam necessariamente com a proposta de oposição ao regime, fazendo da sigla um grupo não-coeso.

Assim, a oposição conseguia em alguns assuntos construir certa unanimidade interna, como na questão da defesa dos direitos humanos. Mas em outros assuntos, os políticos divergiam, como na questão do divórcio, fidelidade partidária e Constituinte. Nesses casos é possível verificar por meio das colocações dos deputados Thibau (MDB/MG) e Cansação (MDB/AL), que o partido buscava impor uma determinada linha de atuação aos parlamentares emedebistas. Isso poderia ser motivado pela necessidade de manter uma organicidade e coesão no discurso da oposição, mas que nem sempre se verificava na prática.

A heterogeneidade dos discursos também vinha em relação ao tom usado por alguns políticos. Os autênticos vinham com discursos muito incisivos e combativos, como os de Alencar Furtado (MDB/PR) e JG de Araújo Jorge (MDB/GB). Já entre os moderados, a maioria no partido, havia diferentes posturas, entretanto a estigma desse grupo era o de praticar posições mais conciliatórias, que atuavam com certa acomodação ou conciliação em relação ao governo.

Em suma, é importante considerar que enquanto partido de oposição, o MDB discutiu os principais pontos a que se propôs nas campanhas eleitorais de 1974. Exerceu seu papel de oposição e usou os espaços que lhe estavam abertos, como a criação de CPI's, a pressão sobre o governo, como no caso da convocação do ministro Armando Falcão, e o uso de seu 1/3 de componentes da Câmara dos Deputados para barrar politicamente a proposta de reforma do judiciário do governo Geisel.

Porém, ao analisar os discursos dos diferentes políticos do MDB, comprovamos a heterogeneidade da composição partidária da oposição. Internamente, o grupo apresentava

diferentes vozes, cada qual com sua própria interpretação de como fazer oposição. Havia maneiras diferentes de como interpretar as políticas governistas, bem como tinham visões diferentes de como interagir com o governo e mesmo com o partido. Além disso, havia no MDB um setor que não fazia oposição, considerados colaboradores da ditadura, como o “chaguismo”. O MDB, assim, pode ser visto como um partido com atuação de uma frente parlamentar. Faltavam-lhe elementos de coesão que pudessem manter uma base ideológica comum para que o grupo funcionasse como um partido político.

Conclusão

Tendo em vista o atual cenário político brasileiro, torna-se imprescindível estudar as questões históricas que envolvem os processos da constituição da nossa recente democracia. Concentrando nossos esforços em pesquisar as raízes da nossa história política recente, voltamo-nos ao período do regime autoritário iniciado em 1964 estendendo-se até 1985. Ao analisar esse período, a trajetória do MDB chamou a atenção, dado o seu percurso, especificamente a percepção de mudança em sua postura política.

Assim, essa pesquisa buscou compreender a atuação do MDB no Congresso Nacional enquanto grupo de oposição à ditadura militar, mais detalhadamente entre os anos de 1974 a 1978, especificamente pela vitória e crescimento eleitoral dessa sigla no pleito direto para o Legislativo federal em 1974. Analisar os discursos da oposição nesse momento específico é relevante dado o processo em que se deu sua constituição desde a criação do bipartidarismo, além do desenvolvimento dos conceitos e linha de atuação oposicionista. Para isso, foi necessário pesquisar a trajetória do partido, desde sua formação e construção entre 1965 e 1967, sua composição interna em questão de posições políticas, sua trajetória eleitoral das primeiras dificuldades à proposta de autodissolução, até as primeiras mudanças que resultaram nas conquistas eleitorais.

Antes de apresentar as conclusões finais a que chegamos com desta dissertação, é necessário retomar alguns pontos importantes percebidos durante o processo de pesquisa. Desta maneira, ao empreender essa análise sobre a atuação do MDB enquanto partido de oposição, foi possível chegar a conclusões parciais nos capítulos. Vimos na primeira seção deste trabalho a formação do partido. Ao pesquisar essa trajetória de construção, percebemos como que o partido se formou em cima de uma multiplicidade de pensamentos e posições políticas. Havia sob sua legenda pessoas de diferentes matizes ideológicos e distintas motivações que levaram ao ingresso na sigla de oposição. Isso provocou cisões internas, contribuindo para a formação de grupos identificados com determinadas posições políticas, havendo aproximação entre alguns políticos por afinidades e finalidades parecidas, que os diferenciava dos demais componentes do partido. Dentre esses agrupamentos, os principais grupos identificados pela historiografia que se dedica ao estudo da política durante a ditadura e pelos próprios partidários do MDB foram os moderados e os autênticos. Os primeiros tinham uma atuação mais contida frente aos governos militares que se sucederam, e geralmente controlavam a direção do partido.

Já os autênticos surgiram na década de 1970 e buscavam uma atuação mais combativa em discursos contra o regime militar.

Entretanto, o que se pôde também analisar foi a tentativa de construção de um padrão de atuação que partia da cúpula do partido. Parecia necessário à direção do partido manter uma coesão de pensamento frente à diversidade interna. Isso foi perceptível ao analisar o perfil do grupo na década de 1970. Com o desenvolvimento dos autênticos, ampliaram-se os embates entre os políticos emedebistas. Durante o processo de repensar a oposição, as frações e tendências do partido buscaram expressar e defender suas posições. Os documentos produzidos, como a Carta de Recife e a Declaração de Porto Alegre, ambos de 1971, são exemplos e resultados desse processo de embate. Mas em ambos os documentos produzidos, foi compreensível que a direção partidária tentou conciliar os interesses mais diversos e buscou produzir um discurso único e coeso à oposição. Assim, durante o processo de reconstrução partidária desenvolvida no início da década de 1970, foi necessário dar uma faceta de oposição a um grupo difuso e que até então pouco conseguia prosseguir atuando incisivamente na política nacional.

Dentre outros fatores, seja por querer buscar a unidade partidária, a clareza de ação, um discurso sem ambiguidades, ou ainda preservar a imagem de oposição coesa e confiável para o público e eleitores, o MDB como partido buscou manter uma mesma orientação oficial, apesar dessas divisões e discordâncias que existiam internamente. Tornou-se importante para eles, durante o processo de reestruturação do partido, na década de 1970, zelar pelo compromisso enquanto oposição e uma alternativa viável para aqueles descontentes com as políticas governamentais da ditadura.

No segundo capítulo verificamos que durante as eleições para o Legislativo em nível federal de 1974, essas diferentes frações dos moderados e autênticos conciliaram-se por alguns momentos para produzir uma campanha eficaz para concorrer ao pleito. Ainda a respeito das eleições indiretas para a presidência da República em 1973, os autênticos lançaram a ideia de uma anticandidatura ao partido. Uma campanha-denúncia. Esta foi aceita pela cúpula da sigla. Entretanto, as diferenças não ficaram por muito tempo apaziguadas. Sobre a votação no plenário, os autênticos tinham a ideia da retirada da candidatura, buscando evidenciar o processo forjado de escolha. Entretanto, a direção moderada optou por não forçar um ato de tamanha importância contra os militares. Por mais que houvesse interesse dos diferentes

políticos emedebistas no retorno democrático, as posições de como deveria ocorrer eram distintas.

Apesar das diferenças, o MDB conseguiu se repensar enquanto oposição, aproveitando-se também do contexto político-econômico-social em que estava inserido. O partido de oposição reconheceu-se e foi reconhecido como oposição no pleito de 1974, ampliando sua participação política na esfera nacional e também em diversos estados importantes.

Com esse avanço eleitoral da oposição, chegamos ao terceiro capítulo analisando os discursos dos emedebistas pronunciados em plenário da Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Por meio desse enfoque, foi possível compreender a atuação da oposição após seu crescimento eleitoral, buscando perceber quais pontos foram contemplados nos discursos, bem como teria ficado a questão de unidade de pensamento da oposição.

Nesse ponto, pôde-se perceber os principais assuntos discutidos pelos partidários do grupo de oposição. Interessante notar que a maioria dos políticos emedebistas abordaram os pontos previstos pelo programa do partido, os mesmos elaborados durante o processo de reorganização da oposição na década de 1970. Entretanto, não havia coesão entre os correligionários da sigla.

O que se nota nos discursos é a variedade primeiramente de tons nos pronunciamentos. Havia políticos que usavam o espaço do plenário para usar de cortesia com o governo. Alguns produziam críticas a elementos da atuação governamental de forma mais moderada e ainda notamos a presença de discursos mais incisivos contra as políticas governamentais. Assim, os emedebistas tinham maneiras diferentes de colocarem e discutirem os problemas do país naquele período.

Em uns pontos, havia clara discordância entre os integrantes do partido. Em alguns assuntos, como a questão do divórcio, fidelidade partidária entre outros, os emedebistas viam de diferentes maneiras as matérias em questão, além de perceberem de forma conflitante as diversas possibilidades de atuação que o partido poderia ter. Essas diferenças se davam ou por motivos de formação e crença pessoais, ou por distinção na postura e tendência política. Claramente havia políticos que enxergavam a questão fora dos padrões que a direção do partido tentava colocar. Agiam e falavam em alguns casos de maneira autônoma em relação ao escopo partidário.

Isso gerava um outro debate no partido. Muitos políticos do MDB usaram o plenário para declarar insatisfação com a direção da sigla. Alguns afirmavam que suas ideias não eram contempladas pelas discussões internas no partido. Outros ainda reclamaram da pressão da cúpula partidária para que o foco e tom dos debates seguissem o definido pelo partido. Ou seja, o partido buscava uma unidade de pensamento e posicionamento de seus integrantes, nem sempre vislumbrada pelos seus partidários.

Assim, entramos na questão maior deste presente trabalho: a discussão sobre a atuação do MDB enquanto partido de oposição. Analisando a trajetória emedebista foi perceptível o caráter de frente política do MDB contra a ditadura. Nesse sentido, cabe retomar o que exploramos previamente acerca da conceituação de partido político.

Conforme Giovanni Sartori, partido tem princípios em comum. Mesmo diante das diferenças naturais que se encontram entre pensamentos, os partidos agem como uma associação que possui uma certa linha de atuação e crenças. Os partidos, em geral, nascem de uma mesma vontade entre seus pares de alcançarem os mesmos interesses públicos. São constituídos de maneira orgânica, por vontade própria de seus adeptos que acreditam em suas propostas de ação.

O MDB foge em parte a essa definição. Ele tinha uma organização de partido levando em consideração a organicidade interna partidária, temporalidade com duração e um objetivo comum em seu programa que era a defesa da democracia. Entretanto, foi formado pela imposição da ditadura, após as derrotas eleitorais sofridas pelo regime nas eleições estaduais de 1965. Motivados por questões pessoais ou mesmo por suas crenças políticas, os emedebistas vinham de diferentes tendências políticas e ideológicas. Ao fazerem a dissolução dos partidos do período democrático anterior, a ditadura militar criou mecanismos de lei que possibilitaram apenas a constituição de duas agremiações: uma que representasse a situação do governo e outra que reunisse os políticos opostos que ainda não tinham sido vítimas do processo de cassação dos direitos políticos. Esses grupos formados tinham a função de substituir os partidos extintos e sua criação constituiu uma maneira de legitimar o governo autoritário, tendo uma oposição controlada para manter a aparência democrática, diferenciando-se dos regimes políticos de partido único, existentes no mundo naquele período, em particular no campo socialista. Somente após a constituição das agremiações é que essas siglas formadas após a dissolução dos partidos anteriores tornaram-se partidos legalmente.

Sendo assim, o MDB era um partido com o perfil de uma frente política. Apesar dos esforços e mobilização da direção partidária em formar uma linha de ação coesa para o grupo seguir, os diferentes posicionamentos políticos afloravam. Tanto isso que notoriamente se evidenciaram na década de 1970 grupos distintos internamente na sigla de oposição.

Podemos compreender o MDB como uma frente de oposição primeiramente por ser o partido que não estava no governo e ser contrário ao mesmo. Ainda, podemos abordar esse grupo como oposição por abarcar em seu interior agentes que não se identificavam com a Arena por questões pessoais ou crenças políticas. Estavam juntos no mesmo grupo, não por manterem os mesmos propósitos de ação, mas por ser o MDB a única sigla de oposição permitida pelo regime. Para quem tinha esse interesse, lutar contra a ditadura por meios considerados legais, ou seja, por via eleitoral e parlamentar, seria necessário ingressar no MDB.

Nasceu, então, uma frente partidária e parlamentar contrária a ditadura. Usavam ainda como elemento coesivo no discurso partidário a defesa da democracia. Provavelmente estes eram os elementos que os identificava como oposição, mas não foi o suficiente para trazer a unidade de atuação que um partido precisasse possuir.

A atuação emedebista no período em análise, pós 1974, foi heterogênea. Entretanto, os parlamentares mais combativos, identificados com uma ação de oposição e resistência deram ao partido, naquele período, a imagem de grupo atuante. Isso contribuiu para a aproximação da sigla com movimentos sociais que passaram a aflorar no final da década de 1970. Assim, o significado dessa atuação oposicionista, mesmo que heterogênea, foi usar os espaços que lhe eram permitidos, como o Congresso para movimentar ações que combatessem a ditadura, como por meio dos discursos incisivos, criação de CPI's e barrar por meio de votos proposições do governo dos quais eram contrários. O MDB conseguiu, como partido e frente, atuar com suas possibilidades contra a ditadura.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar*. In: Lilia Moritz Schwarcz (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. NOVAES, Fernando A. – coordenador-geral da coleção. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 320, 321.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro. *Nas entrelinhas da distensão: a construção de memórias no arquivo pessoal de Ernesto Geisel*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2014.
- ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.
- AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília: Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2012.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *UDN e o UDENISMO: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981
- BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed., trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. 13ªed., trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- BROSSARD, Paulo. *É hora de mudar*. Porto Alegre: L&PM, 1977.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Empreiteiros e poder no Brasil*. nº 18. Revista Socialismo e Liberdade, 2017.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1998*. Niterói: Eduff, 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (coords.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2ªed., Rio de Janeiro: CEBRAP/Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, Alessandra. “Democracia e desenvolvimento” versus “Segurança e desenvolvimento”. *As eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970*. vol.28, no 48. Belo Horizonte: VARIA HISTORIA, jul/dez 2012. p.555-572.

CARVALHO, Alessandra. *Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2008.

CARVALHO, Alessandra. *Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978*. Natal: ANPUH, 2013.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (org). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CASTRO, Celso; D'Araujo, Maria Celina (org). *Ernesto Geisel*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

CODATO, Adriano Nervo. A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição. Paraná: Revista de Sociologia e Política, nº4/5, 1995. p. 56-87.

CODATO, Adriano Nervo. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47, 2004.

CORDEIRO, Janaina. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 2012.

CPDOC. ALVES, Márcio Moreira. In: CPDOC. DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcio-emanuel-moreira-alves>. Acesso em: 23 de março de 2018.

CPDOC. Euler Bentes Monteiro. Verbetes DHBB. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-euler-bentes>. Acesso em: 19 de julho de 2019.

CPDOC. José Alencar Furtado. Verbetes. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-alencar-furtado>. Acesso em: 18 de abril de 2019.

CPDOC. Leonel Brizola. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

CZAJKA, Rodrigo. “Esses chamados intelectuais de esquerda”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe. v. 8, n. 15, p. 219-242. Londrina: Antíteses, jan./jun. 2015.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O AI-5. Fatos e imagens*. CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 28 de dezembro de 2018.

DINIZ, Eli. *Máquina Política e Oposição: o MDB no Rio de Janeiro*. In: FLEISCHER, David V. (org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Vol II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.
- EARP, Fabio Sá; PRADO, Luiz Carlos. *O “milagre” brasileiro. Crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda em 1967-1973*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (orgs). *O Brasil Republicano*. vol. 4, *O tempo da ditadura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.9, n.20, p. 05-74. Jan./abr. 2017.
- FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FLEISCHER, David. *Os partidos políticos*. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema Político Brasileira: uma introdução*. São Paulo: UNESP, 2004.
- FURTADO. Alencar. *Salgando a terra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura derrotada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura encurralada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. 2ªed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GEISEL, Ernesto. *Discursos: 1974*. Vol. I. Brasília: AERP, 1975.
- GEISEL, Ernesto. *Discursos: 1975*. Vol. II. Brasília: AERP, 1976.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- GUIMARÃES, Maria Beatriz Guimarães; MARQUES, Ana Amélia. *Francisco Pinto*. Verbetes, CPDOC. DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/francisco-jose-pinto-dos-santos>. Acesso em: 01 de abril de 2018.
- GUIMARÃES, Ulysses. *Rompendo o cerco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GUTEMBERG; Luiz. *Ulysses Guimarães*. Perfis Parlamentares. nº 66. 2ª ed. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.
- HIPPOLITO, Lúcia. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

KELLER, Vilma; XAVIER, Libânia. *ANTONIO DE PADUA CHAGAS FREITAS*. Verbetes. CPDOC. DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-padua-chagas-freitas>. Acesso em: 27 de dezembro de 2018.

KINZO, Maria d'Alva G. *A DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo: São Paulo em perspectiva, 15 de abril de 2001. p. 2-12.

KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KORNIS, George. *Programa de Ação Econômica do Governo*. Verbetes. CPDOC. DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-acao-economica-do-governo-paeg>. Acesso em: 27 de março de 2018.

LAMARÃO, Luisa Quarti. *As muitas Histórias da MPB: as idéias de José Ramos Tinhorão*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008.

LAMOUNIER, Bolívar. *Presidente Prudente: O Crescimento da Oposição num Reduto Arenista*. In: REIS, Fábio Wanderley (org). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

LAMOUNIER, Bolívar; WEFORT, Francisco C.; BENEVIDES, Maria Victoria (Orgs.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

LAGO, Luís Aranha Correia do. *Milagre econômico brasileiro*. Verbetes. CPDOC. DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>. Acesso em: 27 de abril de 2018.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói*. In: REIS, Fábio Wanderley (org). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Partidos, eleições e poder legislativo*. Ciência Política. Volume III. ANPOCS, 18 de julho de 2012. p. 13-57.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil; DIAS, Maria Tereza Ramos. *As Eleições Parlamentares de 1978 no Rio de Janeiro: O Chaguismo, a Oposição e o Regime*. In: FLEISCHER, David V. (org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Vol II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MALIN, Mauro. *FRANCISCO NEGRAO DE LIMA*. Verbetes. CPDOC. DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-negrao-de-lima>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

MELHEM, Celia Soibelman; RUSSO, Sonia Morgenstern. *Dr. Ulysses. O homem que pensou o Brasil*. São Paulo: Arte e Meios, 2004.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Comunistas entram na mira da repressão*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunistas-entram-na-mira-da-repressao>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Patronato Rural Brasileiro na atualidade: dois estudos de caso*. Anuario del Centro de Estudios Históricos. Córdoba (Argentina), año 8, n° 8, 2008, 139-159.

MOTTA, Marly Silva da. *Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara*. História Oral, São Paulo, n° 3, p.91-108, jun. 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *A Formação do MDB e a Influência do Quadro Partidário Anterior*. Paraná: Revista de Sociologia e Política, n°6/7, p. 201-212, 1996. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/39350/24166>. Acesso em: 17 de novembro de 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 09 - 39. maio/ago. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade: A trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Guilherme. *Há 40 anos, Lei Falcão reduzia campanha eleitoral na TV a 'lista de chamada'*. TV SENADO. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/30/ha-40-anos-lei-falcao-reduzia-campanha-eleitoral-na-tv-a-lista-de-chamada>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019

PITELLA JUNIOR, João. *Saiba quem foram os deputados cassados pela ditadura militar*. Agência Câmara Notícias: Brasília, 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/432096-SAIBA-QUEM-FORAM-OS-DEPUTADOS-CASSADOS-PELA-DITADURA-MILITAR.html>. Acesso em: 25 de outubro de 2018.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Fábio Wanderley. *Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora*. In: REIS, Fábio Wanderley (org). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

REIS, Fábio Wanderley. *Institucionalização política (comentário crítico)*. Ciência Política. Volume III. ANPOCS, 18 de julho de 2012. p. 157-190.

REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *Política e administração pública em tempos de exceção: a máquina chaguista no governo da Guanabara*. In: MOTTA, Marly Silva da; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Trad. Waltensir Dutra; apresentação à edição brasileira do Prof. David Fleischer. – Ed. Brasileira ver. e ampl. - Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SENADO FEDERAL. *O SENADO E O INÍCIO DO REGIME MILITAR*. Agência Senado: Brasília, 1998. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1998/06/01/o-senado-e-o-inicio-do-regime-militar>. Acesso em: 5 de novembro de 2018.

SOUZA, Flávia Amorim. *Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971- 1982)*. Mestrado (dissertação). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013.

SOUSA, Luís Otávio de. Herbert Levy. CPDOC. DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/levy-herbert>. Acesso em: 9 de julho de 2019.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 3ªed., trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Fontes Primárias

_____. *ATO Nº 1, SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS*. Disponível em: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_10.htm.

_____. *Quem são?* Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em: 6 de dezembro de 2018.

_____. *PMDB, 50 ANOS*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2016.

_____. *PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO*. Verbetes. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-acao-economica-do-governo-paeg>. Acesso em: 27 de março de 2018.

Acervo CPDOC. *Arquivo Ernane do Amaral Peixoto (EAP)*. EAP mdb 1966.08.06. p. 54.

ARNOLFO, João. *A anticandidatura de Ulysses e o colégio eleitoral - Bloco 2*. Brasília: Rádio Câmara. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/483954-A-ANTICANDIDATURA-DE-ULYSSES-E-O-COLEGIO-ELEITORAL-BLOCO-2.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

Ato Complementar nº 47.

Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 19 de março de 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958, e em confronto com anteriores*. v. 4. Brasília: 1961.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores*. v.6. Brasília: 1964.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados Estatísticos: Eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966*. v. 8. Brasília: 1971.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: Eleições federais, estaduais realizadas no Brasil em 1970*. v. 9. Brasília: 1973.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974*, v. 11, 1977.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *David Lerer*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131209/biografia>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012. Págs. 99 a 170. Disponível em: file:///C:/Users/Tamires/Downloads/parlamento_mutilado_bithiah&rabat.pdf. Acesso em: 23 de março de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PRC 77/1976 CPI*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=235895>. Acesso em: 1 de março de 2019.

CEBRAP. Institucional. Disponível em: <https://cebrap.org.br/institucional/>. Acesso em: janeiro de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA. Livro de Atas nºs 1 a 9. Atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional. Memórias Reveladas. Arquivo Nacional. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BMN_ArquivoNacional&PagFis=11473. Acesso em: janeiro de 2019.

CPDOC/ALERJ. *MACIEL, Lysâneas* (depoimento, 1998). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Câmara dos Deputados e Senado Federal. Seção I e II. Analisados entre 1974 e 1978.

Documentário *Arquitetos do Poder*. Direção de Vicente Ferraz e Alessandra Aldé, 2010.

FONTENELLE, André. *Há 50 anos, país passava a ter só 2 partidos*. Brasília: Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

JORNAL DO BRASIL. Análise entre 1965-1978.

JORNAL DO SENADO, ano XX, nº 4.207, Brasília, 19 de novembro de 2014.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Análise entre 1965-1978.

JORNAL O ESTADO DO BRASIL. Análise entre 1965-1978.

JORNAL O GLOBO. Análise entre 1965-1978.

Lei nº4.740, de 15 de julho de 1965 (Lei orgânica dos Partidos Políticos)

Lei nº 5.449, 4 de junho de 1968.

Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976 (Lei Falcão).

MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. *FIDELIDADE PARTIDÁRIA: um panorama institucional*. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal. 2004

MDB. *Seminário de Integração e Debates. Declaração de Porto Alegre*. RS, 1965. p. 10 a 12. In: Acervo CPDOC. Arquivo João Goulart. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Exilio&PagFis=1413>. Acesso em: janeiro de 2018.

Rádio Câmara. Ato Institucional 5 - Íntegra do discurso do ex-deputado Márcio Moreira Alves. Câmara dos Deputados. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/337450--ATO-INSTITUCIONAL-5---INTEGRA-DO-DISCURSO-DO-EX-DEPUTADO-MARCIO-MOREIRA-ALVES-\(02-51\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/337450--ATO-INSTITUCIONAL-5---INTEGRA-DO-DISCURSO-DO-EX-DEPUTADO-MARCIO-MOREIRA-ALVES-(02-51).html). Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

TSE. *MDB Estatutos*. Disponível em: <HTTP://WWW.TSE.JUS.BR/PARTIDOS/PARTIDOS-POLITICOS/HISTORICO/REGISTROS-DE-PARTIDOS-POLITICOS-1945-A-1979>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2018.

TSE. *MDB Fundadores*. Disponível em: <HTTP://WWW.TSE.JUS.BR/PARTIDOS/PARTIDOS-POLITICOS/HISTORICO/REGISTROS-DE-PARTIDOS-POLITICOS-1945-A-1979>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2018

VEJA. Análise de 1974.